Universidade de São Paulo – USP

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH

Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e outros Legitimidades

VALDIR GODOI BUQUI NETTO

**Criminalização da Homossexualidade Masculina no Oriente
Médio**

Estudo de Caso: Líbano

São Paulo

2019

Universidade de São Paulo – USP

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH

Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e outros Legitimidades

VALDIR GODOI BUQUI NETTO

**Criminalização da Homossexualidade Masculina no Oriente
Médio**

Estudo de Caso: Líbano

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e outras Legitimidades, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Alexandre Coelho Zilli

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B944c Buqui Netto, Valdir Godoi
Criminalização da homossexualidade masculina no
Oriente Médio: estudo de caso: Líbano / Valdir Godoi
Buqui Netto; orientador Marcos Alexandre Coelho Zilli
- São Paulo, 2019.
139 f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação
Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da
Universidade de São Paulo. Área de concentração:
Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades.

1. Homofobia. 2. Homossexualidade. 3.
Discriminação. 4. Violência . I. Zilli, Marcos
Alexandre Coelho, orient. II. Título.

Resumo

O trabalho desenvolvido nesta dissertação se volta à análise dos tipos legais criminais e das perseguições policiais, investigatórias e judiciais, aplicados a homens homossexuais e bissexuais em países do Oriente Médio e do Norte da África. A análise compreende também a emergência de ativismos locais de reconhecimento da população LGBT e de promoção dos seus direitos. A perspectiva de análise adotada se baseia nas construções estruturais de controle social das práticas sexuais e da sociabilidade de pessoas gays e bissexuais. A sistematização de formas de repressão e de contenção da visibilidade da população gay são objeto central da análise do emprego de estruturas de força e de justiça na aplicação dos tipos penais. O estudo de caso do Líbano busca singularizar a experiência libanesa, particularmente pelo proeminente associativismo civil, para destaque da perseguição criminal no país e para explorar as razões do aumento da visibilidade da população LGBT local.

Abstract

The following study analyses the criminal dispositions and law enforcement, prosecution and judicial measures applied to male homosexuals and bisexuals in countries of the Middle East and North Africa Region. The analysis also highlights the rise of local activisms foccusing on LGBT recognition and promotion of their rights. The perspective in which the study is developped is that of structural constructs of social control over sexual practices and sociality of gay and bisexuals individuals. The systematization of repressive conducts and exposure containment of gay people is a central subject of analysis in the implementation of judicial enforcement of the criminal dispositions. Lebanon's study case intends to single out the lebanese experience, particularly given its outstanding civil organization effort, pontctuating lebanese criminal persecution of gay men and exploring the reasons as to why the increasing visibility of its LGBT community happened in the country.

Agradecimentos

Aos meus pais, Marco e Rosicler, cuja sabedoria e cujo amor imensuráveis me inspiram e me permitem sonhar o mais alto que eu conseguir.

Às minhas irmãs, Carol, Gabi e Bia, cujos carinho e suporte sempre me fazem perceber a capacidade da empatia e da solidariedade que o mundo pode oferecer.

Ao meu Orientador, pela paciência, pela tolerância e pela sabedoria em me fazer enxergar que a pluralidade de caminhos não me impede de escolher sabiamente aquele a se seguir na encruzilhada.

Aos meus amigos queridos, pelo carinho e pela persistência, mas principalmente pelos ombros que eu ocupei e os ouvidos que eu enchi.

E à minha avó paterna, Maria Ramilo, já falecida, que, sem querer, apenas pelo traço do sangue pulsante, me apresentou ao mundo árabe que me encantou e me fez perceber quão grande é o mundo, e quão abundante a sua diversidade.

IDAHOT 2019 – Beirute, Líbano. Pessoas brandem as bandeiras gay (arco-íris) e a bandeira trans pelo marco turístico da cidade, as *Pigeon Rocks* – FOTO: Marwan Tahtah / AFP,

“Aquele foi o melhor dos tempos, foi o pior dos tempos; aquela foi a idade da sabedoria, foi a idade da insensatez, foi a época da crença, foi a época da descrença, foi a estação da Luz, a estação das Trevas, a primavera da esperança, o inverno do desespero; tínhamos tudo diante de nós, tínhamos nada diante de nós, íamos todos direto para o Paraíso, íamos todos direto no sentido contrário - em suma, o período era em tal medida semelhante ao presente que algumas de suas mais ruidosas autoridades insistiram em seu recebimento, para o bem ou para mal, apenas no grau superlativo de comparação.”

“Um Conto de Duas Cidades”, Charles Dickens

Sumário

1. Introdução	01
2. Metodologia	04
3. Marcos Teóricos e “de onde viemos e para onde vamos”	08
4. Modelos de Criminalização da Homossexualidade no Oriente Médio e no Norte da África	14
5. Estudo de Caso: Líbano	68
6. Consideração Finais	121
7. Bibliografia	124

1. Introdução

Em 2016, o “fenômeno midiático” e radical do Estado Islâmico da Síria e do Iraque lançou o vídeo de um homem sendo arremessado do topo de um prédio e, quando finda a queda, uma multidão o aguardava com pedras para a finalização do trabalho que a queda não daria conta – o homem era presumidamente homossexual. O vídeo não fora o primeiro do gênero, e tampouco o último relato de execução de pessoas *gays*.

Autodeclarado adepto de uma vertente radical do Islã – por muitos estudiosos do Islã e muçulmanos considerada apóstata e, na verdade, anti-islâmica – o ISIS como ficou internacionalmente reconhecido chamou a atenção da mídia internacional pela crueldade do tratamento dispensado a pessoas LGBT nos territórios que dominou. O ISIS é uma anomalia no Oriente Médio, não representa os Estados Muçulmanos nem tampouco a suprema maioria dos muçulmanos.

Em 2017, na República da Chechênia, integrante da Federação Russa de maioria muçulmana sunita, organizações de direitos humanos denunciaram execuções extrajudiciais de homens *gays* e bissexuais, publicamente ou presumidos, e seu aprisionamento em “campos de concentração”, nos quais eram privados de alimentação e sofriam tortura física – as autoridades locais convidavam as autoridades patriarcais dos clãs a executarem os homens aprisionados, em assassinatos de honra. Os relatos voltaram a aparecer em janeiro de 2019 sobre uma nova onda de prisões e execuções iniciada em dezembro de 2018.

Em resposta à pressão internacional sobre as execuções, o líder checheno Ramzan Kadyrov afirmou que não havia perseguição na Chechênia, pois não há *gays* na Chechênia – se houvesse, seriam mortos pelas próprias famílias.

Os dois exemplos acima expostos, no entanto, não refletem a realidade das populações LGBT no Oriente Médio e no Norte da África – não porque as realidades são mais inclusivas, mas porque a brutalidade dos exemplos não

representa de forma alguma as nuances da perseguição a pessoas homossexuais no contexto do Oriente Médio ou das populações muçulmanas em geral.

As manifestações de práticas homossexuais estão presentes em todas as sociedades; não são uniformes ou idênticas, só essencialmente relacionam-se ao envolvimento afetivo-sexual entre pessoas do mesmo sexo.

A maneira como os sistemas de justiça predominantes e centralizados lidam com tais manifestações e os indivíduos que as praticam, varia historicamente tanto no Estados Ocidentais quanto nos Estados Orientais. A Inglaterra previa até 1967 penas de castração química aplicadas a pessoas homossexuais, Portugal só descriminalizou práticas homossexuais em 1982 e a Irlanda, em 1993. Em 2003, a Suprema Corte dos Estados Unidos reconheceu a inconstitucionalidade de leis contra sodomia, como as presentes em quatorze estados americanos e, à época, ainda vigentes.

A despeito da recente aceitação de pessoas LGBT e de implementação de políticas de inclusão e reconhecimento de direitos no Ocidente, arriscaria afirmar que as agressões que ocorrem no Leste Europeu, ou no Brasil, ou em Estados Rurais americanos, representam a totalidade do Ocidente. Para o Oriente e os países árabes, no entanto, a extensão é amplamente realizada.

Evitando-se o truísmo da crítica pautada em entendimentos religiosos ou em análises condescendentes de desenvolvimento social, a presente dissertação se volta à reflexão acerca da criminalização da homossexualidade masculina no Oriente Médio e no Norte da África. O que se busca é análise da legislação e das práticas de persecução criminal contra pessoas gays e bissexuais, na tentativa de elaborar conhecimento a partir de informações reais sobre a vida de homens gays e bissexuais na região, tentando afastar-se de uma dicotomia oriente-ocidente e atribuindo foco às ações locais de ativismo e de organização de pessoas gays e bissexuais no exercício de sua sexualidade.

Para a realização desse estudo, serão analisados os textos legais de uma seleção de Estados integrantes da região que efetivamente criminalizem, em seus Códigos Penais, práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo. A questão

fundamental que guia este estudo não é a existência somente da criminalização, mas a *forma* pela qual a criminalização se dá.

Na tentativa de responder à questão, a análise dos tipos penais que criminalizam a homossexualidade será feita a partir da literalidade de seus textos, buscando-se identificar padrões e semânticas da criminalização. Quanto à aplicação, a tentativa é de agrupamento de análise da atuação do aparato de persecução e de investigação de tais crimes, bem como a atuação do Judiciário.

Em busca do aprofundamento de um caso específico, elegeu-se o Líbano como estudo. A escolha se dá em razão de o país ter destacado lugar dentre as sociedades do Oriente Médio como um ambiente mais seguro para pessoas LGBT, e pelo crescente ativismo civil de organizações não governamentais e seu papel político nos processos de tomada de decisão e de conscientização da população local.

2. Metodologia

A criminalização de condutas sexuais consensuais entre pessoas do mesmo sexo em países do Oriente Médio é um dado facilmente aferível, inúmeras são as reportagens jornalísticas e os textos que se debruçam sobre o tema. Em face do dado, a questão fundamental que circunda este trabalho é: como é criminalizada a homossexualidade no Oriente Médio?

Na tentativa de encontrar respostas à questão, há que se compreender como a legislação dos Estados do Mundo Árabe prevê a criminalização e como age o seu aparato policial e judicial para investigar e punir os crimes cometidos. Desta forma, busca-se tanto a análise do tipo penal empregado no direito punitivo dos Estados, quanto a política criminal de persecução à conduta criminalizada.

A metodologia utilizada para tanto nesta dissertação compreende a análise dos regimes jurídicos aplicados nos países sob estudo quanto à homossexualidade, valendo-se de fontes fidedignas e de rastreabilidade para garantir a atualidade do texto legal sob análise, assim como os demais textos jurídicos em cujo conjunto a criminalização da homossexualidade se enquadra.

A literatura relativa à aplicação dos modelos legais de criminalização se volta aos textos legais e aos relatos judiciais e policiais acerca das detenções, processamento e julgamento de pessoas GB. Considerando-se a dificuldade em se identificar textos oficiais sobre detenções e julgamentos de indivíduos GB, em razão de os regimes serem demasiadamente fechados ou não apresentarem mecanismos de transparências acessíveis remotamente.

Em busca do preenchimento de lacunas oficiais, o estudo leva em conta os relatos de indivíduos *gay* ou bissexuais que se manifestaram perante Organizações Não Governamentais sobre suas experiências relativas ao sistema criminal do seu país de origem ou no qual estiveram refugiados. Relatórios especificamente destinados à cobertura da ação estatal em persecução criminal de

peças GB foram extensivamente utilizados, buscando-se a confrontação de informações para maior garantia de fidedignidade.

Em sistemas legais menos explorados por ONGs e de menor transparência, foram também utilizadas matérias jornalísticas que tiveram por tema a detenção ou o julgamento de pessoas GB, primando-se pela verossimilhança das informações, a confiabilidade das fontes apresentadas e a identificação de potenciais respostas oficiais de autoridades a demandas de veículos de informação.

Evitou-se a utilização de Relatórios de Revisão Periódica Universal – UPR da Organização das Nações Unidas e Relatórios diretamente elaborados pela Comissão de Direitos Humanos da ONU. A razão pela qual se escolheu não utilizar tais informações se baseia nas reclamações constantes por parte de Estados de maioria muçulmana de que os instrumentos presentes em mecanismos multilaterais de observação de violações a direitos humanos são frequentemente utilizados para reforço e construção de um imaginário de violência e de barbárie associado às sociedades árabes e muçulmanas.

Para suprimir tais lacunas, foram utilizados os relatórios submetidos pelas próprias organizações locais, atuantes em movimentos de base e de formação, que foram submetidos à Comissão de Direitos Humanos – privilegiar a construção do conhecimento a partir das informações fornecidas pelas próprias organizações nativas ajuda a dimensionar os problemas reais que são enfrentados pelas comunidades locais na sociabilidade da experiência homossexual. Igualmente, foram utilizados relatórios de observatórios de política internacional de centros de imigração (Canadá, Áustria, Reino Unido) que subsidiam pedidos de refúgio e asilo, a sua utilização se dá em razão de sua elaboração unilateral, pelas agências responsáveis por concessão de refúgio e são ricos em detalhamento de perseguição estatal e social de indivíduos GB.

Para análise dos sistemas de criminalização e de política criminal, a dissertação pauta-se nas concepções foucaultianas de verdade e de discursos sobre a sexualidade. Foucault estabelece paradigmas para compreensão dos discursos e das práticas discursivas sobre a sexualidade e o seu controle. Igualmente, utiliza-se da teoria moral dos conflitos sociais encontrada em Axel Honneth, para análise dos conflitos sociais emergentes das relações interpessoais e sociais geradoras de

conflitos. Para Honneth, a compreensão da luta por reconhecimento nos conflitos sociais é marcada pelo esforço do indivíduo na construção da mutualidade de reconhecimento.

Buscou-se ainda que brevemente relatar as relações de institucionalização da homossexualidade dentro de arquétipos de poder, sob um viés histórico, privilegiando as representações de homossexualidades (condutas homossexuais) que estivessem circunscritas em espaços de disputas institucionais – nomeadamente “as artes e as leis”. Não se tem a pretensão de ser exaustivo na apresentação de representações da diversidade sexual nos milênios de civilizações que estiveram presentes no Oriente e no Norte da África; ao contrário, a pretensão é a brevidade para evidenciação da discussão já madura que se travava entre Jurisprudentes Islâmicos sobre a prática de sodomia em um contexto institucional e determinado.

Finalmente, o recorte de indivíduos estudados se volta à homossexualidade masculina – isto é, práticas homossexuais entre homens *gays* e bissexuais, ou apenas homens que fazem sexo com homens. A necessidade de restrição do estudo se deu em razão das fontes e da diversidade de temáticas que emergiriam da inclusão de mais indivíduos. Há menção a pessoas lésbicas e transgêneras, à medida em que as temáticas foram desenvolvidas, sem a profundidade referente à especificidade de suas práticas. Seria desrespeitoso que o trabalho se propusesse inclusive e o tratamento dispensado às representações da homossexualidade masculina fosse privilegiado em relação às demais práticas, estudadas e documentadas.

Terminologia: Dentre os termos utilizados recorrentemente nesta dissertação, é válido destacar certos termos, especialmente em relação à diversidade sexual. Adotando-se os preâmbulos dos princípios de Yogyakarta, originalmente lançados em 2007 e reformulados e ampliados em 2017¹, tem-se que:

Por orientação sexual, compreende-se a referência à capacidade de cada pessoa de profunda atração emocional, afetiva e sexual em relação a uma pessoa

¹Documento de 2007:

http://data.unaids.org/pub/manual/2007/070517_yogyakarta_principles_en.pdf

Documento de 2017:

http://yogyakartaprinciples.org/wp-content/uploads/2017/11/A5_yogyakartaWEB-2.pdf

do mesmo sexo ou mesmo gênero, ou ainda sua tendência às práticas afetivas e sexuais com tais pessoas. Compreende-se por homossexualidade e seu componente individual (homossexual), o conjunto de práticas de orientação sexual exercidas predominante se não exclusivamente entre pessoas do mesmo sexo ou mesmo gênero. Por bissexualidade ou seu componente individual (bissexual), o conjunto de práticas de orientação sexual exercidas por pessoas entre pessoas do mesmo sexo, ou mesmo gênero, e pessoas de outro gênero.

Por expressão de gênero, compreende-se o conjunto de representações e de expressões de cada indivíduo através da aparência física – incluída vestimenta, estilo de cabelo, acessórios, cosméticos, maneirismo, trejeitos, padrões comportamentais – que pode ou não estar em conformidade com os padrões de gênero estabelecidos em uma dada sociedade, sem que tal conjunto implique reflexo necessário da identidade de gênero de tal indivíduo. Considerando-se o recorte do trabalho, que se presta somente a relatar as experiências da homossexualidade e da bissexualidade masculinas, no texto, a expressão “pessoas GB” ou “indivíduos GB” implica menção a homens *gays* e homens bissexuais – não se presume se homem cisgênero ou transgênero, pois, a performance e a identidade de gênero não são objeto específico deste estudo, valendo-se de estudo próprio necessário, dada a dinâmica fortemente estratificada do binarismo de gênero presente na maior parte das sociedades árabes.

Nesta dissertação, as siglas LGBT, LGBTQ e LGBTQI somente são utilizadas a partir da definição da fonte, isto é, se o texto original emprega a sigla, esta será reproduzida no trabalho à maneira estabelecida pelo autor do texto. LGBT refere-se às pessoas lésbicas, *gays* (homens homossexuais), bissexuais e transgêneras. LGBTQ inclui também as pessoas de manifestação *queer*, e LGBTQI inclui as pessoas intersexuais.

Por fim, por *tipo penal* compreende-se a estrutura do crime, provida de seus elementos legais constitutivos, sem os quais a conduta não é crime – dentro da concepção legalista de crime. À exceção da Arábia Saudita e das Cortes Confessionais do Qatar, os regimes legais estudados nesta Dissertação contemplam a princípio da legalidade do Direito Penal (nula a pena sem lei que a comine).

3. Marcos teóricos e “de onde viemos para onde vamos”

A questão fundamental que marca o presente trabalho se relaciona às formas criminalização da homossexualidade – o destaque é garantido às formas penais que diretamente se refiram a atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Para analisar a dinâmica de criminalização e as formas de sua prática criminal, este trabalho valer-se-á das obras de Michel Foucault, Axel Honneth e Brian Barry.

Foucault

A trilogia de “A História da Sexualidade” (1976 e 1984) de Foucault se debruça sobre a análise do que o autor chama de “dispositivo da sexualidade”, um conjunto de práticas, discursos e de técnicas de manutenção, estímulo e codificação das práticas sexuais e do corpo. Apartados entre “A vontade de saber”, “O uso dos prazeres” e “O cuidado de si”, os três volumes resgatam a “anatomia política”² que Foucault já vinha trabalhando anteriormente em “Vigiar e Punir” (1975) e “O Nascimento da Clínica” (1963) – o corpo no centro do estudo e a instrumentalização deste na consolidação social do indivíduo.

Foucault observa em série histórica o crescente interesse pela regulação das relações do corpo envolvendo suas funções sexuais construídas e escrutinizadas pelos corpos de poder. Em análise da construção de discursos sobre o dispositivo da sexualidade, o autor francês destaca a crescente presença do sexo a partir do Século XII até o XIX em diferentes abordagens sociais sobre sua “discutibilidade” e sua presença pública.

O autor pontua que, a partir do Século XII, a religiosidade da confissão não descarta a discussão do sexo, o silêncio não é repressivo, mas traz à tona o não discutido – a intimidade é compartilhada pelo praticante, o que, em si, já impõe um

² Em Foucault, o desenvolvimento do biopoder se desdobra a partir de uma anatomia política do corpo do indivíduo. O exercício dos corpos políticos e punitivos sobre o corpo do indivíduo socialmente submetido influem em um ajuntamento de regras e de controle do seu tempo e de sua geografia, a extração da força de trabalho, o controle das práticas e a determinação das regulações que influem em criações científicas de conhecimento sobre o corpo e sua função – desejáveis e indesejáveis à manutenção de determinadas estruturas de poder.

discurso ao sexo. A partir do Século XVIII, Foucault pontua uma pluralidade de discursos sobre o sexo e sua prática – a hipernormativização da vida privada e a normatividade da intimidade seriam produtos diretos do desenvolvimento das “ciências do sujeito” – que se valeram das construções históricas para consolidar a prática sexual reprodutiva.

A emergência do contexto das ciências do sujeito coincide com o modelo burguês de perpetuação dos seus corpos. Eliminada a distinção de sangue – o *sangue azul aristocrático* – a burguesia autodetermina seus corpos por meio de outros mecanismos de distinção, que se lhe garantam o predomínio de um modelo “ideal” – notadamente a saúde, a higiene e a alimentação. Em um contexto de ressurgimento de higienismo, a sexualidade se torna um dispositivo controlável, de determinação de geografias de exercício de sexualidades divergentes, de parametrização de saúde sexual e a valorização de um corpo “sadio” nas suas práticas sexuais.

A instrumentalização da prática sexual pelas ciências é fundamental para se estabelecer discursos de verdade e de poder sobre o sexo – que não se referem ao sexo em si, mas à dinâmica dos discursos que o envolvem. A religião protagoniza a “extorsão” das verdades da ação, ao passo que o silêncio é a regra da decência. Já a partir da produção de conhecimento sobre o sexo em termos científicos, a verdade se confina nos manuais da medicina.

A cumulatividade de camadas de discursos e de técnicas que envolvem o dispositivo da sexualidade criam dimensões de operação do corpo e do desejo – não ensejando a sua emancipação pelo conhecimento, mas sua sujeição pelo excesso de normatividade que envolve a sexualidade.

Assim, através de seus trabalhos de exegese tanto psicanalítica da construção do sujeito e de seus desejos e da experimentação do corpo, Foucault transita pela construção histórica do dispositivo da sexualidade.

Para esta dissertação, é-nos interessante o aspecto normativo que Foucault destaca sobre a produção de conhecimento, a cientificização dos conhecimentos da ciência sexual e o controle exercido pelas ciências médicas e

jurídicas do dispositivo da sexualidade – ainda que o autor francês tenha se proposto a estudar “o sexo sem a lei e o poder sem o rei”.

As figuras da normatividade do discurso e da produção de verdades sobre a sexualidade não inovam a ciência do sujeito na medida em que reforçam outros aspectos apropriados pelos burgueses (*sexo reprodutivo*) já presentes em interpretações religiosas da atividade sexual. A inovação dos Séculos XVIII e XIX na cientificidade do dispositivo de sexualidade é a normatividade, a nomenclatura, que é atribuída às diferentes experiências do corpo e do desejo na construção da sexualidade³.

Foucault destaca a criação taxonômica das perversões, em gradações científicas das sexualidades periféricas, pontuando, sobre a homossexualidade, que:

“O homossexual do Século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sexualidade. (...) A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie.” (Foucault, 2011, p. 50)

A nomenclatura excessiva das perversões sexuais não implica libertação – ao contrário – reforça-se o seu caráter desviante, agora com fundamentos técnico-científicos e biológicos. Os discursos de reconhecimento das “espécies sexuais” são incluídos em contextos de medicalização da experiência sexual e de imposição de espaços e de discursos sobre sua prática.

Dentre os discursos retratados, interessa-nos a retratação da ciência jurídica, nos moldes do controle negativo e positivo do Estado, da conduta sexual e do dispositivo de sexualidade que a engloba. Na emergência desta análise, a obra “A verdade e as formas jurídicas”, também de Foucault e pouco anterior à *História da Sexualidade* (1973), inclui a busca pelo conhecimento do controle na construção, imposição e consolidação dos saberes – e a delimitação da eleição das verdades na relação entre poder e luta.

³ FOUCAULT, Michel “*História da Sexualidade – a vontade de saber*”, Ed. Graal, 21ª reimpressão, 2011, pp. 59-65.

Analisando as formas jurídicas consolidadas historicamente, a partir dos gregos, tais como a prova, o testemunho, a inquisição e a migração da justiça privada para a justiça pública⁴. O destaque relevante mais relevante é conferido à quarta conferência, destinada a estudar as “sociedades disciplinares” estabelecidas na Europa dos Séculos XVIII e XIX a partir da reestruturação das legislações e jurisdições penais conforme a elaboração da ciência criminológica por Beccaria, Bentham e Brissot⁵.

A nova ciência criminal, afirma Foucault, se afasta das concepções de “falta moral” ou “falta religiosa” do crime e se volta ao criminoso, e, particularmente, ao controle social exercido pelas atividades de vigilância e de controle antes e após o crime. A quinta conferência trata do panoptismo e de como a sociedade de vigilância cria sistemas de controle sem necessidade de a conduta criminal por tipo (*legalista*) tenha de interferir: Foucault destaca que o controle do tempo, dos corpos e da força de trabalho para se controlar as ações dos indivíduos não pautados no que se faz efetivamente de “errado” mas na potencialidade “do que se poderia fazer de errado”.

Axel Honneth

Entendendo-se a concepção foucaultiana de luta e de poder pelo estabelecimento das verdades jurídicas, há que se salientar o trabalho de Axel Honneth, “*A Luta por Reconhecimento*”, no qual o filósofo alemão herdeiro da Escola Crítica e discípulo de Habermas.

Já em sua tese de doutoramento, na Universidade de Frankfurt, Honneth expressaria a insuficiência de parte da Teoria de Adorno e Horkheimer, apontando um *déficit sociológico* na teoria dos autores, que Honneth pontua estar contido em uma visão *funcionalista* de todos os institutos de exercício de dominação

⁴ Foucault aborda a temática a partir de uma série de cinco conferências, cujas temáticas variam conforme o curso ministrado na PUC-Rio de Janeiro, em 1973, sempre em perspectiva das três questões apresentadas: “*será mostrar como as práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazer aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazer nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento*”.

FOUCAULT, Michel “*As verdades e as formas jurídicas*”, Ed. NAU, 1973, Rio de Janeiro – p. 08.

⁵ FOUCAULT, Michel *op. cit.*, pp. 79-102.

– o funcionalismo seria, na visão marxista, a consolidação das formas de valorização do capital pela dominação⁶.

A mesma crítica Honneth estende à obra de Foucault, especialmente tratando das obras da “fase genealógica” do autor francês (1968 e 1976) – exatamente aquelas que são utilizadas nesta dissertação.

Para Honneth, ocorre na teoria do poder foucaultiana espécie de *funcionalismo orientado historicamente*, no qual o poder se retroalimentaria de mais poder a partir da estabilização das funções que exercem seus institutos (cadeia, sanatório) dentro do sistema em que operam. A ênfase de Honneth se volta à subjetividade da integração do indivíduo na sociedade – sua socialização, dotado de agência de transformação a partir do seu reconhecimento, cujo exercício teria o condão de poderes transformativos na ideia de luta por poderes, também foucaultiana.

A leitura conclusiva de LEOMIR HILÁRIO e EDUARDO CUNHA⁷ sobre a crítica de Honneth merece destaque:

“Isso permite a Honneth introduzir uma boa dose de luta no paradigma da comunicação habermasiano, construindo uma relação entre uma racionalidade comunicativa e as experiências de desrespeito social, que levam os sujeitos a empreenderem diversas formas de luta social por reconhecimento.(...). Não por acaso ele afirma: “[...] quem procura integrar os avanços da teoria social representados pelos escritos históricos de Michel Foucault no quadro de uma teoria da comunicação se vê dependente do conceito de uma luta moralmente motivada”(HONNETH, 2003b, p. 23).(...) A partir de sua exposição e entendimento, podemos compreender as seguintes críticas com respeito à primeira geração da Escola de Frankfurt e que lhe servem ainda para analisar o pensamento de Foucault: a questão do reducionismo funcionalista do processo histórico como desenrolar de uma dinâmica subjacente de “valorização do valor”, o paradigma da dominação da natureza que compreende apenas uma modalidade da ação social orientada instrumentalmente, isto é, todas as dimensões da ação social seriam concebidas como prolongamentos da dominação humana da natureza”

⁶ A tese viria a obra “A crítica do Poder”, sem tradução para o português – tradução utilizada: “*The Critique of Power*”, MIT Press, Londres, 1993.

⁷ HILÁRIO, Leomir et CUNHA, Eduardo “Michel Foucault e a Escola de Frankfurt: reflexões a partir da obra crítica do poder, de Axel Honneth”, in TRANS/FORM/AÇÃO, v. 35, Set.-Dez./2012.

Posteriormente, no desenvolvimento das ideias expressadas em seu doutorado, Honneth elaboraria de forma mais densa a ideia de luta social e de patologias sociais em seu livro “A Luta por Reconhecimento”, consolidando também sua teoria do reconhecimento a partir de Mead e Hegel.

Em “A Luta por Reconhecimento”, Honneth destaca que as relações intersubjetivas dos indivíduos implicam em reconhecimento mútuo – a expansão das relações sociais ou sua complexificação significariam a ampliação simultânea do *reconhecimento* mútuo operado⁸.

Honneth elabora sua teoria a partir da formação de identidade do indivíduo por meio de suas relações subjetivas, essencialmente, em três esferas: o amor (familiares e relações próximas), a solidariedade (comunidade/sociedade) e a institucionalidade (direito ou justiça)⁹. Segundo o autor, a ausência de práticas de reconhecimento nas esferas que analisa impulsionam as formas de conflito social emergentes dessa negação ao reconhecimento por ele definidos como maus-tratos, violações, privação de direitos e degradação (vergonha social).

A *luta* destacada por Honneth não é uma constante e sua existência depende do meio em que se insere o indivíduo desprovido de reconhecimento e provido de insatisfações, conforme se depreende abaixo:

“(...) saber empiricamente se o potencial cognitivo, inerente aos sentimentos da vergonha social e da vexação, se torna uma convicção política e moral depende, sobretudo, de como está constituído o entorno político e cultural dos sujeitos atingidos - somente quando o meio de articulação de um movimento social está disponível é que a experiência de desrespeito pode tornar-se uma fonte de motivação para ações de resistência política” (HONNETH, 2009, p. 224)

A relevância da teoria de Honneth para este estudo é o reconhecimento da relevância das relações intersubjetivas na construção da identidade do indivíduo, com base nas esferas de reconhecimento socialmente estabelecidas e na habilidade de resistência política e social dos indivíduos que lutam por reconhecimento, detentores que são da potência de transformação social e moral.

⁸ HONNETH, Axel “A Luta por Reconhecimento”, Ed. 34, 2ª Edição, São Paulo, 2009, p. 156.

⁹ Idem, pp. 159-211.

4. Modelos de Criminalização da Homossexualidade no Oriente Médio e no Norte da África

Esta capítulo se destina à análise dos modelos de criminalização de conduta homossexual dentro dos sistemas legais dos países do Oriente Médio e do Norte da África. Por conduta homossexual se compreende as práticas sociais afetivo-sexuais performadas entre pessoas do mesmo sexo. Homossexualidade, tal qual anteriormente definido, é aqui tomada como o registro de práticas sociais afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo – não necessariamente associadas a manifestações de expressão de gênero.

Em primeira parte, far-se-á breve análise de relatos históricos de condutas homossexuais presentes no chamado Mundo Árabe, pontuando-se com maior enfoque postura institucionais adotadas de as épocas retratadas.

Na segunda parte, tem-se a análise dos tipos penais empregados contra condutas homossexuais, associados às práticas judiciais e policiais quando disponíveis as informações e a existência de movimentos sociais de reconhecimento da população GB.

I. Representações Institucionais de Homossexualidades no Oriente Médio

“No Irã, nós não temos homossexuais como vocês têm aqui”, disse o então Presidente Iraniano Mahmoud Ahmadinejad em evento sediado na Universidade de Columbia, Nova Iorque, em 24 de Setembro de 2007. Alvo de muitas críticas à época, a fala de Ahmadinejad talvez não seja de todo incorreta. A frase do iraniano não está correta em sua essência: há, sim, como em toda parte do globo, práticas homossexuais no Irã – isto é, práticas afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo.

Talvez a parcela de verdade – não intencional na fala de Ahmadinejad – esteja contida na comparação: não há homossexuais no Irã como há nos Estados Unidos, pois as práticas homossexuais variam em cada sociedade, espacial e temporalmente, gozando de diferentes *status* durante períodos históricos e se apresentando de distintas formas.

O que se quer dizer é que os estudos relativos à homossexualidade enquanto traço característico definidor de parcela substantiva da sociabilidade dos indivíduos são recentes e centrados majoritariamente nas experiências europeia e norte-americana¹⁰. No entanto, faz-se necessário que este estudo se debruce sobre a literatura relativa às experiências homossexuais historicamente situadas nos países árabes, buscando-se compreender, inclusive, sua relação com o Islã, pouco explorada ao contrário do ocorrido com o Cristianismo e o Judaísmo.

Exemplarmente, a própria palavra em árabe para homossexualidade¹¹, em termo neutro, é de recente uso no Oriente Médio e consta de *booklets* e panfletos de sensibilização elaborados por ONGs especificamente voltadas a

¹⁰ Duas críticas de recorte são necessárias nesse momento: em primeiro lugar, fenômenos de autodeterminação de ambos parceiros como *gay* ou homossexuais, são relativamente recentes, inclusive no Ocidente, além de a construção de uma “categoria” de experiência social completamente distinta aplicada à homossexualidade ser insuficiente para contemplar, em estudo, as práticas homossexuais de uma sociedade, uma vez que nem todos envolvidos em tais práticas se auto determinam homossexuais. A segunda crítica trata de quão recentes e escassos são estudos relacionados à prática atual e às práticas históricas homossexuais no Oriente Médio que não tenham por base o modelo europeu de inclusão e de agência de pessoas e práticas homossexuais, pautado na urbanização e na industrialização. – ver: MURRAY, Stephen “*Social Theory, Homosexual realities*”, Ed. Gay Academy Union, Nova Iorque, 1984.

¹¹ A palavra **مِثْلِيَّةٌ جَنْسِيَّةٌ** [*mithilia aljinsia*], termo de cunho mais técnico para referência à homossexualidade é relativamente nova e desconhecida do público em geral.

profissionais da mídia e de recursos humanos¹². Já a palavra em inglês *gay*, termo mais conhecido no Oriente Médio, traz uma carga de outros elementos não relativos às práticas afetivo-sexuais e que têm um efeito “ocidentalizante” sobre pessoas que assim se declaram, o que implica resistência em seu emprego¹³.

Em face de tal realidade, este parte se destina a, ainda que brevemente, tracejar estudos e levantamentos realizados sobre as expressões relativas à homossexualidade na cultura árabe e islâmica em busca da construção de compreensão mais aprofundada das realidades moldadas no Oriente Médio e no Norte da África atuais.

No início da consolidação do Islã no Oriente Médio, desenvolveu-se o Califado Omíada (632 a 661) que compreendia desde o extremo oeste do norte da África e a Península Ibérica até a região do atual Paquistão, passando por todo o Norte da África, o Oriente Médio, e se estendendo ao Cáucaso, à Pérsia e aos países ao Leste do Mar Cáspio.

Os registros de práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo são escassos. Das manifestações culturais da época, tem-se o registro de práticas homossexuais entre homens registradas nas narrações relativas aos *mukhannath*, notadamente conhecidos por sua astúcia, sarcasmo e influência no desenvolvimento da Música, na região de Hejaz (Oeste da Arábia Saudita, compreendendo Meca e Medina) e posteriormente em Bagdá. Os registros de *Mukhnnath* como praticantes de sexo anal, sempre como parceiro passivo, são apresentados em parte das anedotas registradas à época¹⁴.

O caráter mais distintivo do *mukhnnath* tratava de sua feminilidade, em trajes e trejeitos, retratados como não masculinos à época – apesar de registros de seus casamentos heterossexuais. Socialmente, fruía de *status* social variável, conforme o tratamento dispensado a eles por governadores e, dentre os praticantes

¹²

<http://afemena.org/media-training-for-activists-%d8%a7%d9%84%d8%aa%d8%af%d8%b1%d9%8a%d8%a8-%d8%a7%d9%84%d8%a5%d8%b9%d9%84%d8%a7%d9%85%d9%8a-%d9%84%d9%84%d9%86%d8%a7%d8%b4%d8%b7%d9%8a%d9%86%d8%a7%d8%aa-%d8%a7%d9%84/>

¹³ ABAZA, Oumia “*Ana gay: coming to terms with male homosexuality in Egypt*”, Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia, Antropologia, Psicologia e Egiptologia, Universidade Americana do Cairo, 2010.

¹⁴ ROWSON, Everett “*The effeminates of early Medina*”, in *Journal of American Oriental Society*, Vol. 111, Out-Dez/1991, pp. 671-693.

de atos sexuais entre homens, não havia registro de perseguição especificamente relacionada à sexualidade.

De acordo com ROWSON (1991, p. 687-693), os *mukhannathun* sofreram diversas perseguições e revisões de seus *status* sociais, sendo punidos com banimento e, quando do Califado de Suleiman, sofreram penas de castração. Os banimentos que frequentemente sofriam referiam-se, normalmente, às distintas interpretações conferidas às proibições da música pelos ensinamentos islâmicos – variando entre os detentores do poder à época; igualmente, parte dos *mukhannathun* foram banidos em razão de sua função socialmente exercida de mediadores de cortejo entre jovens, contrariando um *haddith* atribuído ao Profeta Muhammad – os *mukhannathun* eram contestados por sua conduta, taxados de descrentes, sem eu tal, no entanto, lhes ensejasse penas de banimento ou de execução.

Se inicialmente os *mukhannathun* não eram associados necessariamente à prática de sexo anal, durante o período Abássida que se seguiu ao Califado Omíada, a associação se cristalizou e, exclusivamente, em relação à posição de parceiro passivo.

O Califado Abássida consolidou o Islã na região do Oriente Médio, estendendo-se ao Norte da África, ao Cáucaso, à Pérsia e ao atual Paquistão. O período Abássida é conhecido como a Era de Ouro do Islã, que durou dos Séculos VII a XIII, englobando intensa atividade cultural, comercial e desenvolvimento das ciências.

Durante a dominação Abássida, *mukhannahtun*, ou os efeminados, recebiam a pecha de *ma'bun* ou seja, *passivos*, em relações sexuais anais com homens. Paralelamente, consolidou-se dentre as manifestações artísticas da época, período relativo ao homoerotismo na poesia, protagonizado com destaque por Abu-Nuwas, poeta de origem persa (756-814).

De um lado, e muito de forma presente, situa-se a poesia esteta, de apreciação da beleza dos meninos sem barba – isto é, considerando-se a marcação da vida adulta iniciada com o crescimento da barba, os garotos que estavam entre o crescimento da barba e idade do discernimento (atingida aos sete anos),

submetiam-se a ser objeto de adoração por poetas que lhes ressaltavam a beleza e rechaçavam quaisquer envolvimento amorosos ou sexuais, apenas apreciando a *beleza da gazela*¹⁵. De outro, poetas como Abu-Nuwas se destacavam por representar o amor homoerótico¹⁶, em elegias e poemas direcionados a homens e parceiros, com símbolos mais explícitos que a poesia de apreciação dos estetas e direcionada tanto aos sem barba (pederastia) quanto aos “turbantes”¹⁷.

O desenvolvimento da poesia à época e, posteriormente, durante o Império Turco-Otomano, demonstra a presença constante de referência homoeróticas tanto no *belletrismo* esteta, quanto na poesia de elegia ou de amor, da Era de Ouro. De forma terciária e muito presente, havia a retratação da homossexualidade na poesia de escárnio.

Tal como na poesia grega, a poesia de escárnio se voltava a tornar cômico o oponente, humilhando suas conquistas e defasando seu caráter. Conforme análise de EL-ROUYAHEB (2005; I. 316-367), as referências à penetração do inimigo são constantes, com referências diretas a “foder” o inimigo – o autor ainda descreve que “foder” e “praticar sodomia” (*liwat*) aparecem totalmente apartados, sendo que o primeiro se refere ao subjugo, à derrota do adversário, enquanto o segundo serve como um descrédito, uma prática viciosa do adversário. A posição de homem passivo na relação de penetração também era utilizada para ridicularizar oponentes, que eram descritos como “largos” (em analogia ao português, arrombados) e insaciáveis.

De toda maneira, a visão geral e institucional da homossexualidade masculina no período, e subsequentemente no Império Otomano, se assemelhava mais à poesia de escárnio que à poesia homoerótica, isto é, a construção social de

¹⁵ EL-ROUYAHEB, Khaled “*Before Homosexuality in the Arab-islamic World, 1500-1800*”, The University of Chicago Press, 2005, n.p. – I. 1368.

¹⁶ Em 2001, o Ministério da Educação Egípcio mandou queimar seis mil volumes de obras homoeróticas de Abu-Nuwas.
<https://www.gatestoneinstitute.org/572/book-burning-unesco-and-arab-moderates>
<https://www.economist.com/open-future/2018/06/06/how-homosexuality-became-a-crime-in-the-middle-east>

¹⁷ Anekdota cômica que retratava, à época, inclinações a práticas homossexuais de indivíduos: *sicrano tem inclinações pelos turbantes* (homens) e *não pelo véu* (mulheres). In EL-ROUYAHEB, Khaled *op. cit.* I. 1204-1205.

práticas sociais homossexuais criou modelos de desaprovação e de repressão – não de forma uniforme e longe de ser rigorosamente aplicada – de práticas de sexo anal.

Praticar a sodomia, se intergeracional (pederastia) ou se entre adultos, no papel de ativo implicava deter agência na execução, logo, demonstrar preferência e vontade para atuação – considerado um vício, uma ação incorreta e listada conjuntamente a beber vinho. Os praticantes ativos de sodomia eram chamados de *Luti* (alguém de Lot), o que era considerado uma ofensa passível de indenização¹⁸, ao passo que aqueles que eram passivos, eram chamados de *mah'bun* – e praticavam os atos de homossexualidade passiva com base em *ubnah*, uma condição incontrolável constituída em uma espécie de coceira no reto que fazia com homens procurassem satisfação anal, desprovida de desejos, mas uma condição fisiológica.

O Império Turco-Otomano, estabelecido por volta do Século XIII, garantiu liberdade aos territórios que ocupava, preservando governos centralizados e autonomia de gestão relativo a certas condutas e códigos locais. As práticas turcas de pederastia, por vezes institucionais no exército e entre elites funcionais do Império, restringia a Constantinopla, sem que tal afetasse necessariamente as províncias de governo¹⁹ - considerando-se que a Turquia não integra o presente estudo, abstém-se da exposição de institutos sociais de caráter homoerótico presentes nos substratos centrais do Império Turco.

A literatura dos Séculos XVIII e XIX Ocidental que se refere às práticas sexuais no “Oriente Próximo”, no entanto, retratavam as sociedades árabes, turca e mediterrâneas como luxuriosas, de sexualidade livre e exotérica, representações que importavam para a Europa Orientalista modelos de mulheres sensuais e seminuas, garotos catamitas de olhos furtivos e homens sodomitas que circulavam hedonisticamente a satisfação de seus desejos.

A queda do império que durou sete séculos teve outros anúncios e a perda do controle sobre territórios vastos já e anunciava. O Egito, por exemplo, já

¹⁸ EL-ROUYAHEB, Khaled, *op. cit.* l. 534-535. Curiosamente, ser chamado de *mah'bun* não era considerado uma ofensa passível de por se tratar de uma “condição”, já ser chamado de *mukhannath* (efeminado), constituía ofensa à honra e passível de indenização.

¹⁹ MURRAY, Stephen “Homosexuality in the Ottoman Empire”, in *Historical Reflexions / Réflexions Historiques*, V. 33, n° 1, pp. 101-116.

havia sido invadido em 1798 por Napoleão, e, posteriormente, declarado autônomo por Muhammad Ali Pasha, otomano de origem albanesa, e, finalmente, invadido e ocupado pelo Reino Unido em 1882 – que interferia diretamente também na organização dos povos do Iraque e da Península Arábica. Já a França invadira em 1830 o território da atual Argélia, e, depois, em 1881, invadiu o território da Tunísia – reclamando para si os territórios conhecidos como os Estados Beberes, além de investir em ingerências em territórios como o então Monte Líbano, na proteção de cristãos²⁰.

Ruído o Império Otomano e finda a Primeira Guerra Mundial, o Acordo de Sykes-Picot redesenhou fronteiras e formatos de estados no Oriente Médio, atribuindo o *status* de mandato à gestão de tais territórios – não se tratava diretamente de colônias, pois o objetivo era “guiar” os Estados para sua “própria emancipação”, no entanto, se lhe aplicavam diversas legislações coloniais, inclusive aquelas relativas à moralidade²¹.

A Seção 377 do Código Penal das Índias Britânicas – o corpo legal criminal mais expandido do Império Britânico, e levado, por exemplo, em conta pela por povos da Península Arábica e do Iraque – previa a criminalização da sodomia²², não discriminando sua aplicação específica a pessoas homossexuais, uma vez que o item equivalia o sexo anal entre homens, homens e mulheres e homens e animais. Ademais, o texto da Seção se exprime da seguinte maneira: *qualquer um que mantiver relação carnal **contra a ordem da natureza** (...)*. A vagueza do termo negrito, no entanto, não o esvaziava de sentido: a modelagem da legislação adveio do Ato Real de 1533 que criminalizava *buggery* – termo vulgar associado à sodomia, reforçado pelo Ato das Ofensas contra Pessoas de 1828 (Seção 15 – *Sodomia*)²³.

Já a França dispunha de uma série de *status* diferentes de exercício imperialista no Oriente Médio e no Norte da África. A Argélia constituía a única

²⁰ HOBBSBAWM, Eric “*A Era dos Impérios 1875-1914*”, Ed. Paz e Terra, 12ª ed., 2008, pp. 398-399.

²¹ HOURANI, Albert “*Uma história dos povos árabes*”, Ed. Companhia das Letras, 2013, pp. 399-409.

²² “**377. Unnatural offences:** Whoever voluntarily has carnal intercourse **against the order of nature** with any man, woman or animal shall be punished with imprisonment for life, or with imprisonment of either description for a term which may extend to ten years, and shall also be liable to fine. **Explanation:** Penetration is sufficient to constitute the carnal intercourse necessary to the offence described in this section.”

²³ <https://www.bl.uk/collection-items/the-buggery-act-1533>.

colônia de povoamento francesa e era compreendida como extensão do território francês, a Tunísia e o Marrocos eram protetorados, notadamente destacados pela manutenção de estruturas de poder locais e de gestão da política externa e de defesa dos protetorados; e o Líbano e a Síria se submetiam a um regime mandatário – outorgado pela Sociedade das Nações, delineado por documentos internacionais.

A França aboliu um tipo penal específico aplicável a pessoas GB em 1791, posteriormente à Revolução Francesa. No entanto, o esforço de moralização e de “civilização” imposto sobre as colônias, protetorados e mandatos foram incumbidos a setores mais conservadores da sociedade francesa, compostos pelo exército, pela legião estrangeira e por extratos do alto funcionalismo, que viam ceticamente os poderes locais e reforçavam estereótipos orientalista de devassidão do Oriente.

Os processos de independência dos países do Norte da África e do Oriente Médio se iniciam ainda na primeira metade do Século XX, culminando durante e após a Segunda Guerra Mundial.

Para além da incorporação de legislação alienígena que não integrava o corpo de leis costumeiro do Oriente Médio, a dominação imperial da metade do Século XIX ao Século XX introduziu um elemento normativo positivista que teve um grande impacto sobre as sociedades do Oriente Médio: a centralização dos sistemas de justiça, implicavam a necessária uniformização de códigos de conduta civil e criminal e a aplicação de um sistema de justiça que privilegiava a força dos neonatos Estados.

Na disputa civil pelos poderes locais, elites conservadoras ou tradicionalistas, que pactuaram a ruptura do imperialismo com as potências, conduziam um discurso conversador e tradicionalista, que ecoava muito bem a insatisfação das massas em relação aos ocupantes e aos valores impostos. Na dinâmica de construção social do nacionalismo árabe, a rejeição ao que era percebido como decadentismo ocidental – bordéis e bebida alcoólica, notadamente – se mistura à idealização do *homem árabe*, viril, insubmisso, virtuoso e religioso²⁴.

²⁴ Para compreensão mais aprofundada dos processos políticos e históricos de formação do nacionalismo árabe, ver: CHOUEIRI, Youssef “*Arab Nationalism: A history*”, ed. Wiley-Blackwell,

A conveniência de adoção dos sistemas positivistas centralizadores somada à prevalência das elites políticas emergentes nos países árabes deu origem a sistemas de controle relativamente rígidos, de acordo com o Estado, e a codificação legislativa da moral dos vencedores – o quê, para regimes populistas como aquele do egípcio Gamal Abdel Nasser, representava a percepção da maioria da população.

Grande parte desse legado legislativo centralizador positivista e da hiper-regulação da vida cotidiana por meio de normas positivadas pelos então detentores dos poderes legislativo e executivo permanecem vigentes, e serão objeto da próxima seção deste capítulo.

II. Criminalização da Homossexualidade no Oriente Médio

Dentre os cerca de dezenove Estados²⁵ que integram as regiões geograficamente conhecidas como Oriente Médio e Norte da África, dezesseis²⁶ contam com, *in verbis* ou *de facto*, políticas normativas e institucionais de discriminação de pessoas GB. Para sua implementação, as autoridades persecutórias se valem de modelos sancionadores que variam de Estado para Estado, sem caracterização necessária da conduta típica em crime específico – a criminalização baseada exclusivamente no conteúdo sexual da homossexualidade, inclusive, é minoritária.

Os modelos de criminalização, em sua variação, apresentam textos legais diferentes com aplicações semelhantes em certos países, e textos essencialmente próximos, com aplicações muito distintas. Na análise deste capítulo, serão brevemente abordadas as criminalizações disponíveis por Estado, contemplando o texto legal proibitivo, as práticas policiais e judiciais e a presença de movimentos sociais pró-população LGBT – quando disponíveis as informações.

E, posteriormente, far-se-á uma análise mais estrutural dos processos de criminalização para estabelecimento de inter-relações entre os modelos apresentados.

²⁵ Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia, Egito, Sudão, Iêmen, Arábia Saudita, Omã, Emirados Árabes Unidos, Qatar, Bahrain, Kuwait, Iraque, Jordânia, Síria, Líbano, Palestina e Israel.

²⁶ Excetua-se a Jordânia, o Reino de Bahrain e o Estado de Israel da contabilização – esta dissertação se volta ao estudo, majoritariamente, da relação entre homossexualidade e povos árabes. Considerando-se a disputa histórica que envolve a região e sua complexa relação com Israel, desde os primórdios do Século XX com a Declaração de Balfour, as políticas LGBT do Estado de Israel serão tratadas de forma marginal. No entanto, o destaque é extremamente relevante, considerando-se a relação midiática e política por vezes estabelecida entre movimento LGBT e sionismo.

II. a Análise da criminalização em cada Estado

Arábia Saudita

O Reino da Arábia Saudita aplica um regime *wahabista*²⁷ de interpretação da legislação islâmica (*shari'a*). Não há exatamente uma codificação da legislação saudita – a interpretação fica a cargo das autoridades islâmicas de justiça. O arcabouço legal saudita é compreendido pelo *Qu'ran* e pela *Sunnah* – a codificação realizada pelo Poder Legislativo Saudita é chamada de *regulatória*, pois a *legislação*, *per se*, tem origem divina e é intangível ao povo²⁸.

A criminalização de condutas sexuais entre pessoas do mesmo sexo, aplicada na Arábia Saudita, é a Sura 7:80-81 (passagem de Lot)²⁹. O castigo divino aplicado ao povo de Lot por Alá foi a chuva de pedras que destruiu a cidade³⁰ - o

²⁷ O *wahabismo* é uma vertente sunita, caracterizada pelos ensinamentos de Muhammed ibn Adb Al-Wahab (1703-1792). A corrente emergiu no Século XVIII e as conexões entre o Pregador Al-Wahab e a família Saud na Península Arábica solidificaram a expansão e a consolidação do *wahabismo* no Reino fundado em 1932 (Reino da Arábia Saudita). O movimento *wahabi* se destaca pelo reformismo e fundamentalismo do retorno ao que se apregoa como Islã originário, sendo muito combativo a práticas do Islã Sunita e Xiita que se desenvolveram a partir do Século VIII em toda a região do Oriente Médio e Norte da África – é destacável o fato de o *wahabismo* ter influenciado fortemente o desenvolvimento do movimento *salafista*, no Egito dos Séculos XVIII e XIX, com destaque à forte oposição às ocupações europeias na região do MENA.

²⁸ https://www.nyulawglobal.org/globalex/Saudi_Arabia.html#_edn16

²⁹ “E lembra-te de Lot, quando disse a seu povo: “Ireis cometer abominações que ninguém antes de vós?

Procurais sensualmente os homens em vez das mulheres! Sois um povo de transgressores.”

ALCORÃO Livro Sagrado do Islã, tradução de Mansour Chalita, ED. Edibolsos, 2010 – p. 136.

Há que se olhar com cautela para exercícios tradutórios, no entanto: o advérbio utilizado na tradução, *sensualmente*, não é exatamente aquele originalmente concebido no texto sagrado do *Qu'ran*, que, no original é o seguinte:

(*sha'watan*)

O advérbio seria melhor traduzido por *lustful* ou ainda *luxuriosamente*. Luxúria e sensualidade não podem ser considerados cognatos de identidade semântica. (<https://en.bab.la/dictionary/arabic-english/%D8%B4%D9%87%D9%88%D8%A9>)

³⁰ Sura 7:84 – Idem.

que infere a aplicação de pena de apedrejamento, inclusive, em leitura assemelhada àquela aplicada para o crime de adultério de pessoa casada (*Zina*).

As penas aplicadas nos Tribunais³¹ variam conforme a gravidade e a ocorrência do crime, com descrições que pouco aludem a flagrante do ato sexual entre pessoas do mesmo sexo. Casos relatados³² contam com distintas penas, sendo a pena capital (decapitação) aplicada em casos que não envolvem somente atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo: em todos os casos nos quais foi reportada a execução de pena capital, os acusados enfrentavam processos relativos a estupros – especialmente envolvendo adolescentes – chantagem, agressões e outras acusações.

Recentemente, em uma das maiores e mais excessivas execuções coletivas de pena capital da História do Reino Saudita³³, trinta e sete homens foram decapitados, sob acusações de crimes de terrorismo, subversão, crimes contra o Reino Saudita, entre outros – dentre eles, haveria cinco acusados que teriam, alegadamente, se declarado homossexuais em interrogatório – o que não fora confirmado³⁴.

Em outros casos relatados, as penas mais comuns aplicadas são restritivas de liberdades e corporais (chibatadas)³⁵. As evidências, investigações e

³¹ É importante ressaltar em recorte metodológico que a aplicação judicial saudita apenas será analisada refratariamente, através de sua notícia por veículos consolidados de mídia, o que implica em um cuidado necessário na sua reprodução, dado que as distorções são inevitáveis na apresentação de fatos através da narrativa estabelecida pela mídia.

³² <https://www.amnesty.org.uk/press-releases/saudi-arabia-sexual-orientation-executions-condemned>
https://www.glapn.org/sodomylaws/world/saudi_arabia/saudinews04.htm
https://www.glapn.org/sodomylaws/world/saudi_arabia/saudinews05.htm
https://www.glapn.org/sodomylaws/world/saudi_arabia/saudinews13.htm
https://www.glapn.org/sodomylaws/world/saudi_arabia/saudinews09.htm

³³ <https://www.reuters.com/article/us-saudi-execution-un/u-n-rights-boss-condemns-saudi-arabias-beheading-of-37-men-idUSKCN1S01CA>

³⁴ <https://www.thesun.co.uk/news/8951952/saudi-execution-gay-confessions-beheading/>

³⁵ <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/2007/05/the-kingdom-in-the-closet/305774/>
https://www.glapn.org/sodomylaws/world/saudi_arabia/saudinews19.htm
https://www.glapn.org/sodomylaws/world/saudi_arabia/saudinews03.htm
<https://www.refworld.org/docid/469cd6ab3.html>

situações de flagrante também divergem grandemente. Dentre os relatos observados, mesmo os julgamentos envolvendo atos homossexuais incluem outros elementos de performance de gênero, tais quais *posse de roupas femininas, pornografia e maquiagem*.

Apesar da perseguição e da criminalização governamentais, bem como a prevalência de normas sociais muito estritas sobre contatos sexuais, há registros de atividade GB e de um conjunto de regras subentendidas que regem a vida social e as interações entre pessoas GB³⁶, destacando-se a inviolabilidade do domicílio dentro da cultura jurídica islâmica e da sociedade saudita. O código de conduta inclui regras subentendidas muito óbvias de invisibilização e de silêncio eloquente entre autoridades e pessoas GB – cuja ruptura enseja em punição, como no caso de 2018, em que um vídeo contendo suposto “*casamento gay*”, filmado em uma casa privada, tomou grandes proporções midiáticas nos países do Golfo, com posterior ação policial tomada pelo governo saudita³⁷. Não há registros de organizações não governamentais destinadas especificamente à proteção de pessoas LGBT, ou políticas governamentais voltadas à população.

Argélia

A legislação criminal argelina prevê tipo penal específico para atos homossexuais – trata-se do artigo 338 do Código Penal de 1966:

“Art. 338. - Tout coupable d’un acte d’homo- sexualité est puni d’un emprisonnement de deux (2) mois à deux (2) ans et d’une amende de cinq cents (500) à deux mille (2.000) DA. Si l’un des

<https://fanack.com/family-law/homosexuality-in-saudi-arabia/>

<https://gulfnews.com/world/gulf/saudi/married-gay-couples-arrested-in-saudi-raid-1.1660618>

<https://www.ibtimes.com/gay-parties-raided-saudi-arabia-religious-police-arrest-several-people-suspicion-1968038>

³⁶ WHITACKER, Brian “*Unspeakable love: Gay and Lesbian Life in the Middle East*” SAQI Books, 2ª ed., Londres, 2011, pp. 64-68.

MARTEL, Frédéric “*Global Gay*”, Flammarion, Paris, 2013, pp. 252-257.

³⁷ <https://www.newsweek.com/saudi-arabia-gay-wedding-video-goes-viral-causes-stir-gulf-kingdom-773686>

auteurs est mineur de dix-huit ans, la peine à l'égard du majeur peut être élevée jusqu'à trois (3) ans d'emprisonnement et dix mille (10.000) DA d'amende." (grifos nossos)³⁸

O tipo penal do crime do artigo 338 se refere a um ato *genericamente* homossexual – isto é, a natureza da orientação sexual do ato incumbe à interpretação das autoridades na persecução do crime, à acusação no seu processamento, e ao juízo na interpretação do dispositivo e aplicação da pena. As penas previstas no artigo são: aprisionamento entre dois meses e dois anos e multa de quinhentos a dois mil dinares argelinos.

Não há definição do que está inserido em *ato homossexual* – se o ato sexual entre pessoas do mesmo sexo, atos corriqueiros de carícias, beijos, a troca de mensagens entre pessoas do mesmo sexo com teor sexual/amoroso. No entanto, há outro tipo penal que menciona a conduta homossexual – o artigo 333 do Código Penal, que prevê o crime abaixo:

"Art. 333. (Modifié) - Toute personne qui a commis un outrage public à la pudeur est punie d'un emprisonnement de deux (2) mois à deux (2) ans et d'une amende de cinq cents (500) à deux mille (2.000) DA. Lorsque l'outrage public à la pudeur a consisté en un acte contre nature avec un individu du même sexe, la peine est un emprisonnement de six (6) mois à trois (3) ans et une amende de mille (1.000) à dix mille (10.000 DA). (2)"

O crime de atentado ao pudor, assim, se caracteriza por ação de ultraje público ao pudor, será penalizada de dois meses a dois anos de aprisionamento somado à multa – logo, a ação pode ser solitária, de ultraje. No entanto, o parágrafo contém tipo específico: se o ultraje público ao pudor consistir de *ato contra a natureza*, cometido com *indivíduo do mesmo sexo*, as penas de aprisionamento e de multa aumentam significativamente (seis meses e três anos, para o aprisionamento).

³⁸ Conforme texto extraído do *website* da Secretaria Geral de Governo da Argélia: <https://www.joradp.dz/trv/fpenal.pdf>

Potencialmente, o tipo penal de ultraje público ao pudor encobriria parte das dúvidas acima apresentadas quanto ao artigo 338. No entanto, do tipo do crime do artigo 333 destaca-se o elemento de publicidade das ações de ultraje – isto é, o ultraje é público, presenciado por terceiros.

Há que se sublinhar que a expressão “*contre nature*”, do artigo 333, não reaparece em nenhum outro crime do Código Penal Argelino – assim, fica a expressão indissociável do artigo 333 e da conduta exclusiva entre pessoas do mesmo sexo, haja vista que em outros crimes relativos à moral pública e ao pudor, ou mesmo, crimes relativos à sexualidade, não há repetição da expressão.

Quanto à topografia normativa, o artigo se encontra no Livro II – Incriminações ou Crimes, Capítulo II – Crimes e Delitos contra a Família e a Moral, Seção VI – Atentados à Moral³⁹.

Os registros de prisões e de *raids/crackdowns* em ambientes popularmente GB – escassos na Argélia⁴⁰ – não são múltiplos. Existe uma espécie de leniência entre a aplicação da lei e a prevalência de discursos virulentos contra a população LGBTQ da Argélia⁴¹, na qual se inserem tanto a provisão de aplicação de penalidades por *ato homossexual*, quanto os dados de relatórios dos Serviços Externos Americano e Britânico⁴² segundo os quais prisões são operadas, mas processamentos são escassos⁴³.

Ainda que não haja perseguição pelo Estado, há prevalência de discursos violentos contra a população LGBT. No início de 2019, um estudante chamado Assil Belalta, de vinte e um anos, foi assassinado no campus da Universidade em que

³⁹ <https://www.joradp.dz/trv/fpenal.pdf>

⁴⁰ <https://www.dissidentblog.org/en/articles/homosexuals-algeria-self-hating-sexual-apartheid>

⁴¹ https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/646716/algeria_sexual_orientation_gender_identity_v2_0_september_2017.pdf

⁴² <https://www.state.gov/state-gov-website-modernization/>
https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/646716/algeria_sexual_orientation_gender_identity_v2_0_september_2017.pdf

⁴³ <http://www.bailii.org/uk/cases/UKUT/IAC/2016/65.html>

cursava Medicina – no subúrbio de Algiers, nas paredes do seu quarto de dormitório, estavam escritas as palavras com o seu sangue: “Ele é gay”⁴⁴.

A exemplificação de convivência assimétrica entre a possível violência de Estado (criminalização sem persecução), a violência de discursos midiáticos e social e o desenvolvimento de círculos *underground* de convivência LGBT é expressada pelo episódio do escritor argelino Anouar Rahmani, que, em seu livro “A Cidade das Sombras”⁴⁵, fala sobre um herói gay de revolução argelina. O livro foi dedicado a Jean Sénac – herói de guerra argelino conhecidamente gay. Ainda assim, o autor foi convocado a prestar depoimentos perante as autoridades por “insultar o Islã ao retratar a homossexualidade”⁴⁶.

Por outro lado, a ONG para Direitos LGBT argelina Alouen⁴⁷, celebrou em dez de outubro de 2018, a 12ª edição do Dia Nacional da população LGBTQI argelina. Desde 2011, circula na Argélia o fanzine lésbico *Lexo*⁴⁸ e, em 2014, foi lançada a revista LGBT *El-Shad*⁴⁹. Os registros de ativismo LGBT, ainda que informalmente compostos, dadas algumas regras específicas de registros de

⁴⁴ <https://www.jpost.com/Middle-East/Algerian-student-murdered-He-is-Gay-written-on-wall-with-his-blood-580733>

<https://www.alaraby.co.uk/english/News/2019/2/12/Algerian-student-throat-slit-in-alleged-homophobic-murder>

<https://www.pinknews.co.uk/2019/02/11/homophobic-murder-algerian-man-throat-slit-gay-smeared-wall-blood/>

<https://www.albawaba.com/loop/he-gay-written-wall-blood-algerian-student-murdered-campus-1252164>

<https://www.facebook.com/AAlouen/posts/1996948637039939>

⁴⁵ Sem tradução para a língua portuguesa – traduzido para o francês com o título “*La ville des Ombres*”.

⁴⁶ <https://www.hrw.org/news/2017/03/08/algeria-dont-prosecute-writer-insulting-islam>

⁴⁷ <https://www.facebook.com/AAlouen/>

⁴⁸ <https://lexofanzine.jimdo.com/les-num%C3%A9ros-en-pdf/>

⁴⁹ <https://www.courrierinternational.com/article/2014/11/30/el-shad-le-premier-magazine-pour-les-lgbt-algeriens>

<https://madmagz.com/fr/magazine/407844>

associações são restritivas e consideram a moral pública, são crescentes na Argélia⁵⁰.

Egito

O Egito não estabelece criminalização específica para relações consensuais entre pessoas do mesmo sexo – o que não impede ou evita a perseguição à população GB. A criminalização *de facto* da população GB egípcia se dá pela utilização, dentre outros, de dispositivos da Lei contra a Prostituição (Lei nº 10/1961). A Lei nº 10/1961 originalmente se destinava ao combate à prostituição.

Dentre suas provisões, destaca-se o emprego do termo [fujur] – traduzido, comumente como *debauchery*⁵¹, que, por sua vez, é traduzido para o português como *devassidão*⁵².

O termo tem sido interpretado desde os anos 1970, no Egito, como *sexo entre homens* – ainda que consensual⁵³. A criminalização apresentada pela lei é muito ampla e os verbos e elementos dos crimes dos artigos 1º a 19 procuram criminalizar toda a estrutura da prostituição – desde a manutenção de lugares próprios para prostituição até o ato de se prostituir em si, incluindo verbos como *incitar, atrair, acompanhar, promover e divulgar*, além de artigo específico para estipular que todos os crimes dos artigos 1º ao 6º possuem forma tentada (artigo 7º).

É relevante notar que os termos “prostituição e devassidão” aparecem conjuntamente em todas as ocorrências de quaisquer das expressões – isto é, há equivalência entre os termos, exceto e exclusivamente quando a lei, em seu artigo 6º, alínea (a), estabelece que é crime a assistência/ajuda a mulher que se prostitua, logo, a prostituição, na lei, refere-se à mulher – quando os termos estão conjuntos,

⁵⁰ HUMAN RIGHTS WATCH. “Audacity in Adversity – LGBT Activism in the Middle East and North Africa”, Nova Iorque, 2018.

⁵¹ <https://en.bab.la/dictionary/arabic-english/%D9%81%D8%AC%D9%88%D8%B1>

⁵² <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles-portugues/debauchery>

⁵³ HUMAN RIGHTS WATCH “This Alien legacy The Origins of “sodomy” law in British Colonialism”, Nova Iorque, 2008, p. 4.

ou se referem a homens e mulheres (artigos 1º, 2º e 3º) , ou se refere indistintamente a quem pratica (artigos 5º, 9º, 10º, 11 e 13).

Quanto à devassidão, o artigo 9º, alínea (c) descreve que qualquer pessoa que se engajar habitualmente em devassidão está sujeita à aplicação das penas de aprisionamento (três meses a três anos) e multa de vinte e cinco a trezentas libras egípcias⁵⁴.

A perseguição criminal a pessoas GB no Egito tem extensa documentação e desde o episódio “*Queen Boat*” ou “*Cairo 52*”, em 2001, atrai cobertura internacional. Em 2004, a ONG Human Rights Watch lançou o Relatório “*In a time of torture*” que relata a perseguição a homens gays no Egito e, em novembro de 2017, a ONG Egyptian Initiative for Personal Rights (EIPR) lançou seu Relatório “*The Trap – Punishing sexual difference in Egypt*”, no qual analisa, à luz do Direito Egípcio, a política criminal e a atuação judiciária na perseguição da diversidade sexual – com destaque para homens gays.

A atuação da Polícia de Vícios, unidade das forças policiais responsável por perseguir o cometimento de crimes da Lei nº 10/1961, vale-se de estratégias de investigação e de flagrantes extensas para a perseguição de pessoas GB. A primeira são os *raids/crackdowns*, operações de batida em locais sabidamente frequentados por pessoas GB, como o caso “*Queen Boat*” (2001), no qual pessoas foram detidas em uma festa que ocorria no barco de mesmo nome, que ensejou a instalação de um Tribunal *ad hoc* para o julgamento dos cinquenta e dois homens egípcios acusados de devassidão dentre outros crimes⁵⁵ e o caso da Casa de Banho Turco “*Bab el Bahr*” (2014), no qual vinte e seis pessoas foram detidas e retiradas seminuas de uma casa de banho, sob a filmagem de câmeras de televisão do Programa da apresentadora Mona Al-Iraqi – o caso acabou com a absolvição de todos os envolvidos, por “*falta de lógica no Inquérito policial*”⁵⁶.

Outra prática comum é a detenção de uma pessoa em pontos de encontro GB, como a praça Tahrir no Cairo, e, em sessões de violência psicológica e física

⁵⁴ <https://www.refworld.org/docid/5492d8784.html>

⁵⁵ HUMAN RIGHTS WATCH “*In a time of torture*”, Nova Iorque, 2004, pp. 22-25

⁵⁶ EIPR, “*The Trap – Punishing sexual difference in Egypt*”, Cairo, 2017, pp. 20-22.

nas delegacias, extrair dela contatos de outras GB⁵⁷ – em eventos orquestrados para a detenção ou mesmo em perseguição aleatória pela cidade⁵⁸.

O levantamento realizado pela EIPR mostra que cerca de 55% das detenções realizadas pela Polícia de Vícios Egípcia (129 de 232), entre os anos de 2013 e 2017, foram feitas por meio de encontros marcados entre a pessoa GB e um policial com perfil falso em sites de redes sociais⁵⁹. Esta nova modalidade de detenção, principalmente de homens gays, compreende a comunicação entre os policiais, através de perfis falsos em redes sociais e salas de bate papo, e pessoas GB – por vezes estendida por meses – cujo ápice é a marcação de um encontro pessoal no qual a pessoa é detida.

Fotos trocadas em mensagens privadas são utilizadas como evidências na investigação, bem como o conteúdo das mensagens. O Relatório lista os seguintes sites e redes sociais como mais utilizados pela polícia: Whatsapp, Craigslist, Hornet, Manjam, Growlr, Planet Romeo, Mathup, Escort.com, dentro outros⁶⁰.

Há ainda a utilização de detenções em cadeia – em que uma pessoa GB presa aponta outras pessoas GB de seu convívio – que, coletivamente, são apresentados na delegacia e reportados à mídia como integrantes de “organizações” ou de “círculos” de pessoas pervertidas.

Um traço apontado pelo estudo da ONG egípcia também demonstra a pressão policial para que os acusados de devassidão confessem sua prática – já que as detenções ocorrem, em maior escala, em situações de não flagrância – desde a infância e que, quando crianças, sofreram abusos sexuais que originaram o comportamento⁶¹.

A concepção por trás das confissões forçadas de *prática desde a infância/adolescência* encontra fundamento no próprio tipo do crime, que exige da prática a “*habitualidade*”. O elemento de habitualidade foi diversas vezes

⁵⁷ Idem, pp. 78-81.

⁵⁸ Ibidem, pp. 52-68.

⁵⁹ EIPR, *op. cit.*, p. 9.

⁶⁰ Idem, pp.11-15.

⁶¹ Ibidem, p. 37.

caracterizado pela Corte de Cassação Egípcia, em oportunidades distintas – prevalecendo o entendimento de que a habitualidade se caracteriza pela “*repetição da ocasião ou da circunstância*”, especialmente no que se relaciona à prostituição⁶².

Já a narrativa de abusos cometidos na infância se insere em um espectro mais amplo de consolidação de um *ethos* desviante e violado da diversidade sexual, a força de perseguição policial contra vícios empurra a narrativa de que a prática de atos sexuais não heterossexuais adviria de episódio de abuso, trauma infantil, que desencadearia espécie de comportamento reprovável.

Há registros de que as acusações que contêm prática de devassidão são apresentadas em concurso de crimes, relacionados à prática “viciosa”; o estudo apresentado por EIPR afirma que casos analisados apresentam tanto a prática de devassidão (artigo 9º, Lei nº 10/1961), quanto o crime de incitação à devassidão (artigo 14, Lei nº 10/191)⁶³.

Destaca-se, ainda, o papel grande da mídia nacional egípcia na consolidação do ideário de perseguição à população GB⁶⁴ – tanto na cobertura de *raids*, televisionada, quanto na mídia escrita, que emprega termos como “*perversos sexuais*”, “*organização de perversos*”, “*círculo de perversão*”, “*prática de vícios*”, dentre outros.

Há registro de aplicação de exames anais em detidos⁶⁵ – pautados na obra do meio do século XIX do médico legista francês Auguste Tardieu⁶⁶ - como comprovação de “prática de perversão”, bem como a realização forçada de exames de sangue em pessoas detidas para constatação de drogas, hormônios femininos e infecções sexualmente transmissíveis⁶⁷. Em relato, EIPR constatou que certos

⁶² Idem, pp. 37-39: julgamentos: “Challenges” nºs 1904/Y66 (2005), 5883/Y53 (1984), 1806/Y31 (1962), 1658/Y39 (1970) E 1207/Y54 (1984).

⁶³ Idem, p. 27-28.

⁶⁴ IDEM, pp. 42-45.

⁶⁵ HUMAN RIGHTS WATCH “*Dignity Debased Forced Anal Examinations in Homosexuality Prosecutions*”, Nova Iorque, 2016. pp. 11 E 24-30.

⁶⁶ Sua obra será extensivamente trabalhada quando da apresentação do estudo de caso do Líbano.

⁶⁷ EIPR, *op. cit.* P. 31-33.

magistrados entenderam que a infecção por HIV implicava automaticamente em prova da homossexualidade dos detidos⁶⁸.

Quanto às Cortes, há evidência de que a posse de preservativos, bebidas alcoólicas, roupas femininas e pornografia, influenciem positivamente na condenação de pessoas pelo crime de devassidão. EIPR destaca ainda que os processos têm se desenrolado de forma muito breve, prejudicando o exercício do adequado direito de defesa e que as penas de aprisionamento impostas costumam ser de um ano⁶⁹.

Organizações Sociais e ONGs atuando especificamente na área de proteção da população LGBT e promoção de seus direitos não são reconhecidas no Egito e têm sua atuação cercada por diversos aparatos estatais de repressão. Em episódio de 2017, após uma bandeira do arco-íris, símbolo internacionalmente reconhecido da diversidade sexual (especificamente *gay*) ser brandida em um show da banda libanesa *Mashrou' Leila*⁷⁰, os responsáveis pela bandeira foram presos⁷¹ e uma série de operações policiais que resultaram na prisão de oitenta homens gays por meio de operações em aplicativos e mídias sociais (Grindr e Hornet, principalmente)⁷² e, seguidamente, uma ordem foi expedida pelo Conselho Supremo de Regulação da Mídia na qual se proibia a aparição de pessoas homossexuais na mídia ou a promoção de “seus slogans”⁷³, além da proposição de uma lei que pune severamente pessoas homossexuais⁷⁴ pelo então Procurador-Geral do Egito, Riad Abdul Sattar ao Chefe da Câmara dos Deputados.

⁶⁸ Idem, pp. 35-39.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ Os integrantes da banda já se assumiram como *queer* e *gay* em canais televisivos e meios de comunicação. E um de seus integrantes, o vocalista Hamed Sinno, integra a campanha “No longer alone” das ONGs Human Rights Watch e Arab Foundation for Freedoms and Equality para promoção de direitos de pessoas LGBT no Oriente Médio e Norte da África.

⁷¹ <https://www.nytimes.com/2017/09/26/world/middleeast/egypt-mashrou-leila-gays-concert.html>

⁷² ILGA, “*State-sponsored Homophobia*”, 2019 – pp. 520-521.

⁷³ Idem.

⁷⁴ https://www.masrawy.com/news/news_egypt/details/2017/10/25/1178761/%D9%86%D9%86%D8%B4%D8%B1-%D9%85%D8%B4%D8%B1%D9%88%D8%B9-%D9%82%D8%A7%D9%86%D9%88%D9%86-%D8%AA%D8%AC%D8%B1%D9%8A%D9%85-%D8%A7%D9%84%D9%85%D8%AB%D9%84%D9%8A%D8%A9-

Finalmente, há ainda em tramitação no Legislativo Egípcio um projeto de lei que agravará a aplicação da Lei nº 10/1961 para pessoas homossexuais, pois pretende inserir dispositivo criminal específico para promoção de “devassidão”, direta ou indiretamente, por mídias sociais e espaços digitais; o projeto prevê a especificação do termo *devassidão* como a *comissão de crimes sexuais proibidos*, tais quais o *sexo entre homens* e o *incesto* – assim, caracterizando a prática sexual de homens homossexuais, bissexuais e homens que fazem sexo com homens⁷⁵.

Emirados Árabes Unidos

A federação de Emirados Árabes do Golfo dispõe de um Código Penal unificado que não trata especificamente de relações consensuais entre pessoas do mesmo sexo – o artigo 354, da Lei Federal nº 03/1987 menciona a sodomia, mas somente em casos de emprego de coerção⁷⁶.

Os Códigos Penais específicos dos Emirados de Dubai e de Abu Dhabi preveem a criminalização da sodomia consensual nos seus artigos 80 e 177⁷⁷, com penas de prisão de até quatorze e dez anos, respectivamente. O crime previsto no artigo 177 do Código de Abu Dhabi, no entanto, contém o emprego de termo vago em relação à sodomia – define como “*ato sexual não natural*”, apesar de o seu largo emprego contra pessoas GB⁷⁸.

Quanto à perseguição criminal, há relatos de operações policiais em supostos “casamentos gays”⁷⁹, festas privadas⁸⁰ e investigações de crimes de

[%D8%A7%D9%84%D8%AC%D9%86%D8%B3%D9%8A%D8%A9-%D8%A7%D9%84%D8%B3%D8%AC%D9%86-%D9%85%D9%86-3-%D9%84%D9%805-%D8%B3%D9%86%D9%88%D8%A7%D8%AA](#)

⁷⁵ ILGA, *op. cit.*, p. 522.

⁷⁶ <https://www.amnesty.org/download/Documents/56000/pol300032008eng.pdf> e <https://www.adjd.gov.ae/sites/Authoring/AR/ELibrary%20Books/E-Library/PDFs/Penal%20Code.pdf>

⁷⁷ ILGA, “*State-sponsored Homophobia*”, 2019 –p. 479.

⁷⁸ HUMAN RIGHTS WATCH, “*Audacity in Adversity*”, 2018, p. 7.

⁷⁹ <https://www.amnesty.org/download/Documents/56000/pol300032008eng.pdf>

⁸⁰ http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/1254897.stm

sodomias no bojo de outras investigações⁸¹. Um destaque relevante é o recorte de nacionalidade: estima-se que a população dos Emirados seja composta por, aproximadamente, 88,4% de imigrantes e de expatriados contra 11,6% de locais⁸² - a população dos Emirados Árabes Unidos triplicou nas últimas duas décadas: em 1999, 2.700.010, e, em 2017, 9.400.145⁸³. Compilando-se os relatos noticiosos de operações e de prisões, a prevalência de casos que envolvem imigrantes econômicos é marcante, com destaque para pessoas de origem filipina⁸⁴.

Se emerge uma narrativa de “cena LGBT” em Dubai, protagonizada especialmente pelos estrangeiros que lá residem e trabalham⁸⁵, ao mesmo tempo, estrangeiros são alvos mais visíveis e objetivados pela política criminal de repressão a atos de pessoas GB⁸⁶ – como o impressionante caso, ocorrido em 2007, de um jovem francês de quinze anos à época, que foi estuprado por três homens e teve de deixar Dubai, pelo risco, inclusive exposto na mídia, de enfrentar persecução criminal por ter cometido “atos de sodomia”, mesmo tendo sido um estupro⁸⁷.

⁸¹ <https://gulfnews.com/uae/crime/gay-partner-jailed-for-one-year-for-having-consensual-sex-with-victim-1.1033186>

⁸² DATA WORLD BANK: International Migrant Stock (% population) – 2015 (https://data.worldbank.org/indicator/SM.POP.TOTL.ZS?locations=AE&most_recent_value_desc=true)

⁸³ <https://data.worldbank.org/country/united-arab-emirates>

⁸⁴ <https://gulfnews.com/uae/crime/man-blackmailed-gay-co-worker-who-killed-himself-1.61022845>

A homossexualidade não é criminalizada nas Filipinas – em verdade, opera-se o contrário: as Filipinas foram consideradas, em 2013, o décimo país mais *gay-friendly* do mundo.

⁸⁵ <https://www.thesun.co.uk/living/2282983/gay-expat-reveals-what-its-like-to-live-in-dubai-where-homosexuality-is-punishable-by-10-years-in-prison/>

<https://nomadicboys.com/gay-united-arab-emirates-is-dubai-safe-for-gay-travellers/>

https://www.tripadvisor.com/ShowTopic-g295424-i872-k11470476-Gay_bars_and_nightclubs-Dubai_Emirate_of_Dubai.html

<https://queerintheworld.com/gay-dubai-uae-travel-guide/>

⁸⁶ <https://gulfnews.com/uae/crime/gay-partner-jailed-for-one-year-for-having-consensual-sex-with-victim-1.1033186>

<https://archive.globalgayz.com/middle-east/united-arab-emirates/gay-united-arab-emirates-news-and-reports-1999-2007/#article15>

<https://archive.globalgayz.com/middle-east/united-arab-emirates/gay-united-arab-emirates-news-and-reports-1999-2007/#article12>

⁸⁷ <https://archive.globalgayz.com/middle-east/united-arab-emirates/gay-united-arab-emirates-news-and-reports-1999-2007/#article14>

lêmen

O Código Penal Iemenita prevê dois dispositivos específicos aplicados às pessoas GB: os artigos 264 e 268. O artigo 264 define *homossexualidade masculina* como o *contato entre dois homens, através da bunda* (sexo anal), a punição se aplica tanto a homens quanto mulheres. As penas dispostas no artigo 264 são: (a) cem chibatadas, se solteiros; (b) conversão das chibatadas em até um ano de prisão; e (c) morte por apedrejamento, se casados. O artigo 268 se refere especificamente às mulheres lésbicas e define lesbianismo como a *penetração* entre *mulheres*, a pena máxima aplicada é de três de prisão, sem estabelecimento de mínimo⁸⁸.

O Iêmen sofre de instabilidades políticas e de pequenas guerras civis desde sua constituição e, mais especificamente, após união das Repúblicas do Iêmen do Norte e do Iêmen do Sul em 1990. Desde 2015 o país vive uma guerra civil complexa, entrincheirado em duas metades com núcleos pontuais de violência e bombardeios de países vizinhos – principalmente Arábia Saudita e, mais recentemente, os Estados Unidos.

Os registros de violência a pessoas LGBT são escassos⁸⁹, porém presentes⁹⁰ e a supervisão do Estado sobre quaisquer atividades de “divulgação” ou de “promoção” de um debate LGBT são perseguidos pela Lei de Imprensa do país, como no caso de 2004, em que três jornalistas foram presos por entrevistar pessoas condenadas por práticas sexuais consensuais entre pessoas do mesmo sexo e discutir em sua matéria sobre relações homossexuais⁹¹.

Para finalizar, como Ahmadinejad – Presidente Iraniano à época – disse em evento na Universidade de Columbia, em 2007⁹², Fouad al-Ghaffari,

⁸⁸ <http://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/ELECTRONIC/83557/92354/F1549605860/YEM83557.pdf>

⁸⁹ ILGA, *op. cit.*, pp. 485-486.

⁹⁰ <https://www.thenational.ae/world/mena/man-accused-of-being-homosexual-shot-dead-in-yemen-1.475302>

https://www.huffpost.com/entry/four-murders-of-gay-men-i_b_8474468

⁹¹ <https://www.aljazeera.com/archive/2004/05/200849161135820594.html>

⁹² <https://www.theguardian.com/world/2007/sep/25/iran.usa>

representante do governo iemenita declarou, em 2013, quando pressionado pela ONG Anistia Internacional e pelo Comitê de Direitos Humanos da ONU, “não temos gays no Iêmen”⁹³ – ainda assim, segundo relatórios oficiais divulgados no mesmo ano, 316 homens tinham sido presos pelo crime de homossexualidade do artigo 264 no biênio 2011-2012⁹⁴.

Kuwait

O Código Penal do Kuwait, editado em 1960, prevê em seu artigo 193 que o sexo consensual entre homens maiores de idade – 21 anos de idade – é punível por aprisionamento de até sete anos⁹⁵. É de se destacar que, em 2007, o Código Penal sofreu uma alteração em seu artigo 198, que passou a criminalizar *cross-dressing* e outras expressões de gênero não heteronormativas e cisgêneras – crime tem sido usado pelas autoridades policiais para aprisionar pessoas transgêneras⁹⁶.

Em 2013, o governo do Kuwait banuiu a entrada de imigrantes gays e transgêneros no país a partir de uma “tecnologia” desenvolvida pelo Diretor do Departamento de Saúde Pública⁹⁷. Aparentemente, a tecnologia não funcionou, mas a perseguição à população GB persiste, uma vez que, em 2017, 76 imigrantes homens foram deportados do Kuwait por homossexualidade, em uma operação de “moralização” do país⁹⁸.

Ainda em 2017, tal qual ocorrido na Rússia e na Malásia, o filme de *live action* “A Bela e Fera”, da Disney, foi banido dos cinemas pela censura estatal, pois promoveria uma personagem *gay* (Lefou)⁹⁹.

⁹³ ILGA, *op. cit.*, p. 486.

⁹⁴ <https://www.theguardian.com/world/2007/sep/25/iran.usa>

⁹⁵ http://gulfmigration.org/database/legal_module/Kuwait/National%20Legal%20Framework/Rights%20and%20Obligations/2.1%20Penal%20Law_AR.pdf

⁹⁶ ILGA, *op. cit.*, p. 445.

⁹⁷ <https://www.theatlantic.com/international/archive/2013/10/kuwait-thinks-its-gaydar-good-enough-ban-gays-country/310026/>

⁹⁸ <https://www.albawaba.com/news/homosexuals%2C-gay-rights%2C-kuwait-1008456>

⁹⁹ <https://www.nydailynews.com/entertainment/movies/beauty-beast-pulled-theaters-kuwait-censors-article-1.3003616>

Marrocos

O artigo 489 do Código Penal Marroquino¹⁰⁰ estabelece que:

Article 489 Est puni de l'emprisonnement de six mois à trois ans et d'une amende de 200221 à 1.000 dirhams, à moins que le fait ne constitue une infraction plus grave, quiconque commet un acte impudique ou contre nature avec un individu de son sexe.

Assim, tem-se que aqueles que cometem atos *impudicos* ou *contra a natureza* com indivíduo *do mesmo sexo* estão sujeitos à aplicação de penas de seis meses a três anos de aprisionamento e pagamento de multa. A linguagem adotada apresenta neutralidade de gênero na aplicação, logo, criminaliza tanto as relações homossexuais femininas, quanto as masculinas.

Quanto à aplicação da lei, os dados não são claros. Relatório especificamente direcionado a relatar o ativismo LGBT no Oriente Médio e Norte da África reporta que, em 2016, dados oficiais apontavam dezesseis condenações pelo crime do artigo 489 na cidade de Casablanca e, em 2011, cerca de oitenta e um julgamentos relacionados ao artigo 489 foram realizados em todo país¹⁰¹.

Organizações não-governamentais que trabalham no Marrocos apontam a dificuldade de manutenção de registros sobre os julgamentos e as acusações, especialmente pela dimensão social que os afetam: pessoas de classe sociais e econômicas mais baixas, imigrantes e profissionais do sexo, entre outros grupos socialmente vulneráveis¹⁰².

O Relatório anual do ILGA e Relatório das Organizações OUTRIGHT e Arab Foundation for Freedoms and Equality aponta práticas de violência social, não necessariamente estatal, mas com respaldo dos aparelhos de força do Estado. Como exemplos, tem-se o caso de dois homens que, após circulação de vídeo íntimo em redes de *whatsapp* sem sua autorização, foram detidos pela polícia

¹⁰⁰ <http://adala.justice.gov.ma/production/legislation/fr/Nouveautes/code%20penal.pdf>

¹⁰¹ OUTRIGHT et Arab Foundation for Freedoms and Equality (AFE) “*Activism and Resilience: LGBT Progress in the Middle East*”, 2018, p. 35.

¹⁰² Idem.

local¹⁰³. Em outro caso, dois homens, percebidos como um casal, foram linchados, em um ambiente privado – com o vídeo do linchamento sendo disponibilizado no *youtube* – e atirados em uma estrada, sem roupas¹⁰⁴. O caso teve grande repercussão no Marrocos e terminou com os agressores sendo presos – conjuntamente aos dois homens agredidos, os primeiros, detidos por agressão, os segundos, por homossexualidade.

Os casos de agressões contra pessoas GB – especialmente homens *presumidos gays* – são bem retratados¹⁰⁵, apesar de os dados oficiais e relativos a processos, sentenças e aplicação de penas serem escassos. A persecução judiciária do artigo 489 não dispõe de dados suficientes à análise estatística de relevância e, pelos relatos apresentados pelo Governo Marroquino e pela Mídia, não é uma prática costumeira, seja policial, seja judiciária – afirmam os Relatórios do Escritório de Imigração Canadense e do Centro Austríaco de Informações para Imigração¹⁰⁶. Apesar da “baixa institucionalidade” da persecução, a leniência estatal com a violência social contra pessoas LGBT é flagrante – com o discurso público e monárquico voltados contra a população LGBT.

Há registro de organizações não governamentais locais que atuam na proteção de pessoas LGBT e da promoção de seus direitos. Registra-se, com destaque, as organizações UFL (Union Féministe Libre)¹⁰⁷, ASWAT¹⁰⁸ e Akaliyat¹⁰⁹.

¹⁰³ <https://www.moroccoworldnews.com/2017/02/209627/two-men-arrested-in-tangier-for-engaging-in-homosexual-acts/>

¹⁰⁴ <https://76crimes.com/2016/04/04/prison-for-victim-of-morocco-attack-not-for-attackers/>

¹⁰⁵ <https://76crimes.com/2016/02/05/same-sex-affair-in-morocco-leads-to-18-months-in-prison/>

<http://www.towleroad.com/2016/02/morocco-gay-men/>

<https://76crimes.com/2015/07/15/morocco-blames-victim-for-anti-lgbti-mob-attack/>

<https://www.advocate.com/violence/2015/07/02/moroccan-mob-brutally-beats-alleged-trans-woman-bystanders-watch>

<https://76crimes.com/2015/03/04/morocco-report-2-imprisoned-on-homosexuality-charges/>

<https://76crimes.com/2014/05/16/morocco-amid-lgbt-rights-campaign-prison-for-6/>

¹⁰⁶ Canadá: <https://irb-cisr.gc.ca/en/country-information/rir/Pages/index.aspx?doc=455292&pls=1> e

Áustria: https://www.ecoi.net/en/file/local/1406923/1226_1499929711_cpin-morocco-sexual-orientation-and-identity-july-2017.pdf

¹⁰⁷ <http://unionfemlibre.org/>

¹⁰⁸ <https://fr-fr.facebook.com/Collectif.Aswat/>

¹⁰⁹ <https://www.facebook.com/Association.Akaliyat/>

Relatório sobre o ativismo no Oriente Médio e no Norte da África mostra que há perseguição estatal a ativistas de direitos humanos, particularmente LGBT¹¹⁰.

Segundo o mesmo relatório, as ONGs têm protagonizado ações progressivas de *advocacy* em casos pontuais expressivos – tal qual o linchamento de Beni Mellal já acima citado – para conscientização pública, com campanhas digitais e manifestações. As ONGs também estabeleceram parcerias com organizações legais (Association Marocaine des Droits Humans) para garantir direito de defesa à população LGBT e promoção de ações contra violações de seus direitos, bem como parcerias com organizações médicas para promoção de treinamentos de sensibilização e de conscientização de médicos e de profissionais da saúde em questões de diversidade sexual, cuidados médicos específicos e treinamento para tratamento humanizado e sensibilizado dos profissionais da área médica.

Omã

Os artigos 261 e 262 do Código Penal de Omã, aprovado em Janeiro de 2018 incorporam punições específicas contra pessoas GB¹¹¹.

Dispõe o artigo 261 que a punição para os homens que transarem com homens será de aprisionamento, entre um e três anos – com destaque para a aplicação da “mesma pena” ao parceiro passivo. Já o artigo 262 prevê que a comissão de atos libidinosos (*lewd*) entre pessoas do mesmo sexo é punível por aprisionamento entre seis meses e três anos. O Código reformado foi e agravou a situação dos indivíduos GB de Omã¹¹².

Não há registros de processos conduzidos contra pessoas GB, por ausência de documentação acessível. Igualmente, os relatos de violações de

¹¹⁰ OUTRIGHT et Arab Foundation for Freedoms and Equality (AFE) *op. cit.*, p. 34-37.

¹¹¹ <https://www.oman.om/wps/wcm/connect/09d24cb9-74ed-4e03-b5f3-f2a32bc616fd/%D9%82%D8%A7%D9%86%D9%88%D9%86+%D8%A7%D9%84%D8%AC%D8%B2%D8%A7%D8%A1+%D8%A7%D9%84%D8%B9%D9%85%D8%A7%D9%86%D9%8A+.pdf?MOD=AJPERES>

¹¹² The Omani Centre for Human Rights “*Oman’s new Penal Code: a bonfire of human rights*”, 2018, pp. 13-14.

direitos e de prisão de pessoas GB são escassos – em 2013, um jornal em língua inglesa, *The Week*, apresentou uma matéria sobre a “tolerância” da sociedade omani em relação a outras sociedades gólficas e teve sua redação suspensa pelo Governo por uma semana¹¹³.

Há relatos de suspensão de *sites* LGBT, “Community Queer” e “Muscat Confidential”, por apresentação de conteúdo imoral¹¹⁴, mas de forma pontual. E, em 2015, houve mobilização governamental contra uma rádio francesa baseada em Omã que entrevistou um homem omani sobre a vida gay no país¹¹⁵.

Qatar

O Código Penal Qatari estabelece em seu artigo 285 que o sexo consensual entre homens acima de dezesseis anos é penalizado – indivíduos envolvidos podem enfrentar até sete anos de pena de prisão. O Sistema Jurídico do Qatar também integra Cortes de *Shari’a*, nos quais homens acusados de *liwat* (sodomia) podem ser condenados à pena capital, quando cometido o crime por homem casado¹¹⁶.

Não há registros de prisões e de aplicação de punição a pessoas GB no Qatar – o que tem sido extensivamente levantado pela Fifa dado que o país sediará os jogos da Copa do Mundo em 2022¹¹⁷. Em 2016, foi publicada uma matéria sobre os desafios de se ser gay no Qatar, pelo veículo de notícias *Doha News*¹¹⁸. Três dias depois, o mesmo veículo publicou um “artigo de resposta”, de um Qatari, intitulado: “Nós não toleramos a homossexualidade no Qatar”¹¹⁹.

¹¹³ <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-23948083>

¹¹⁴ ILGA, *op. cit.*, p. 460.

¹¹⁵ <https://gulfnews.com/world/gulf/oman/interview-with-gay-omani-lands-radio-station-in-hot-water-1.1609358>

¹¹⁶ Não há registros de imposição da pena capital a homossexuais no Qatar – ILGA *op. cit.*, p. 465.

¹¹⁷ WHITACKER, Brian – “Qatar is more boring than backward”, *The guardian*, 2010 : <https://www.theguardian.com/commentisfree/2010/dec/03/qatar-myths-world-cup-2022>

¹¹⁸ <https://dohanews.co/what-its-like-to-be-gay-and-qatari/>

¹¹⁹ <https://dohanews.co/not-tolerate-homosexuality-qatar/>

Tunísia

O Código Penal Tunisiano prevê em seu artigo 230 que:

*“La sodomie, si elle ne rentre dans aucun des cas prévus aux articles précédents, est punie de l'emprisonnement pendant trois ans.”*¹²⁰

O artigo se insere na Seção II (Dos Atentados à Moral), Subseção II (Do atentado ao pudor)¹²¹ – a topologia do crime no Código é fundamental na sua interpretação uma vez que o texto legal prevê que a sodomia que *“não for tipificada nos casos dos artigos precedentes”*, será punida por aprisionamento de três anos.

O Código Penal foi instituído em 1913, durante o período de protetorado francês do país norte africano, no qual regras e normalizações de condutas sociais e sexuais foram introduzidas em códigos impostos por setores mais conservadores da sociedade francesa, que lideravam o “grand empire”¹²².

Apesar de o código estar disponível em árabe e em francês, as duas línguas oficiais da Tunísia, existe uma discrepância de tradução - se o artigo em francês contém somente o termo *sodomie*, do francês, sodomia, o que implicaria a criminalização da homossexualidade masculina somente; o artigo em árabe, no entanto, contém dois termos distintos e, seu texto¹²³:

(homossexualidade/homossexual) اللواط

¹²⁰ http://www.legislation.tn/fr/affich-code-article/code-p%C3%A9nal-article-230_9510

¹²¹ http://www.legislation.tn/fr/affich-code/Code-p%C3%A9nal_89

¹²² Destaque para o trabalho desenvolvido pela Prof.^a Amel Grami, da Universidade de Manouba, Tunísia, que dedica seus estudos à diferença no Islã e o resgate da tolerância, a partir da leitura de textos históricos árabes e muçulmanos. Entrevista: <https://www.memri.org/tv/tunisian-professor-amel-grami-homosexuality-emerged-our-heritage>

KHOUILI, Ramy et LEVINE-SPOUND, Daniel “L’article 230: Une histoire de la criminalization de l’homosexualité em Tunisie”, Tunis, 2019.

¹²³ Artigo 230 em árabe:

اللواط أو المساحقة إذا لم يكن داخلا في أي صورة من الصور المقررة بالفصول المتقدمة يعاقب مرتكبه بالسجن مدة ثلاثة أعوام.

Assim, o tipo penal em língua árabe é mais expansivo, pois, engloba tanto a homossexualidade masculina quanto a feminina. A disparidade na aplicação, no entanto, demonstra que o tipo penal acaba por ser perseguido mais frequentemente contra homens gays que mulheres lésbicas¹²⁵.

Apesar de haver poucos relatos de persecução do crime do artigo 230, a ONG tunisiana Damj relata que registrou ao menos setenta e duas detenções de homens suspeitos da prática do crime do artigo 230¹²⁶.

Segundo Relatório da ONG Human Rights Watch, autoridades policiais tunisianas tem se valido da aplicação de exames anais em homens suspeitos de prática de sodomia – a ONG Damj afirma que em todos os trinta e quatro casos analisados pela organização entre 2008 e 2015 as pessoas detidas foram submetidas à realização de exames anais¹²⁷ – as evidências que costumam acompanhar a acusação do crime do artigo 230 são mensagens pessoais em celulares e redes sociais e a utilização de aparência do detido (expressão de gênero, aparência não obediente a padrões binários heteronormativos), o que reforça a dependência de resultados de exames anais para a acusação¹²⁸.

Há movimentos LGBT reconhecidos e organizações dedicadas à promoção de direitos e proteção da diversidade sexual. A Organização Damj foi

¹²⁴ <https://en.bab.la/dictionary/arabic-english/%D8%A7%D9%84%D9%84%D9%88%D8%A7%D8%B7>
<https://en.bab.la/dictionary/arabic-english/%D9%81%D8%AC%D9%88%D8%B1>

¹²⁵ Segundo a organização Chouf – organização feminista tunisiana que trabalha com mulheres LB – casos mais frequentes de perseguição a mulheres não heterossexuais em duas situações: (a) casos de relacionamentos lésbicos em situação de cárcere e denunciados por autoridades; e (b) denúncias de vizinhos sobre mulheres que se encontram em suas residências privadas ou moram juntas.

Segundo outra organização que trabalha com Direitos das Mulheres, a Associação Tunisiana para Direitos Democráticos e Sexuais das Mulheres, mulheres lésbicas e bissexuais têm reportado situações de extorsão, nas quais são chantageadas por pessoas com ameaças de denúncia à polícia.

Original em inglês e árabe: OUTRIGHT et AFE *op. cit.*, p. 44.

¹²⁶ OUTRIGHT et AFE *op. cit.* p. 43.

¹²⁷ HUMAN RIGHTS WATCH “*Dignity Debased Forced Anal Examinations in Homosexuality Prosecutions*”, Nova Iorque, 2016, p. 41.

¹²⁸ OUURIGHT et AFE, *op. cit.* p. 44.

estabelecida na Tunísia em 2002¹²⁹, e conta com programas de proteção e de assistência a pessoas LGBT. Em 2017, a organização lançou um Relatório em que descreve as condições de exclusão e de discriminação da população LGBT¹³⁰.

A Organização Chouf¹³¹ foi fundada em 2013 e se define como feminista e *queer*, atuando na proteção do Direito das Mulheres. Em 2015, a Organização fundou o festival de arte feminista de Tunis Chouftouhonna¹³², com exposições e mostra de filmes de temática LGBT.

E, em 2014, a ONG Shams foi fundada em Tunis – também voltada especificamente ao atendimento à população LGBT. O trabalho da ONG é de mobilização e de conscientização para a abolição do artigo 230, bem como atenção à saúde sexual e à luta contra a homofobia¹³³.

A Organização *Mawjoudin* (Existimos) foi criada em 2014, para promoção da proteção de pessoas LGBTI, proporcionando atendimento a vítimas de violência física e psicológica, treinamento de sensibilização para temas relacionados a pessoas LGBT e *advocacy*¹³⁴.

Em 2014, foi celebrado publicamente em Tunis o primeiro Dia Internacional contra a Homofobia; contudo, o ativismo de grupos de defesa LGBT se organiza mais fortemente a partir de dois casos pontuais de grande exposição midiática, os episódios *Marwan* e *Kairoun 6*.

Em 2015, um jovem de vinte e dois anos chamado *Marwan* foi preso e forçado a realizar o exame anal após admitir ter encontrado sexualmente um homem que foi encontrado morto tempos depois do encontro. Apesar de não ser considerado um suspeito de comissão do homicídio, *Marwan* ficou detido e foi submetido a maus tratos pela polícia. À época, a mobilização de grupos de direitos humanos foi muito eficaz, envolvendo a mídia e a opinião pública – que,

¹²⁹ <https://www.damj.co/>

¹³⁰ <https://www.damj.co/wp-content/uploads/2014/09/Rapport-UPR-LGBTQI-Tunisie.pdf>

¹³¹ <https://www.facebook.com/chouftn/>

¹³² <https://www.facebook.com/chouftouhonna/>

¹³³ https://www.facebook.com/pg/lgbtrightstunisia/about/?ref=page_internal

¹³⁴ <https://www.peaceinsight.org/conflicts/tunisia/peacebuilding-organisations/mawjoudin/>

majoritariamente, refutavam a detenção. *Marwan* foi liberado e sua sentença foi reduzida.

A mobilização por *Marwan*, inclusive, foi apresentada pelo então Ministro da Justiça, Mohamed Salah Ben Aissa, declarou então que discordava da existência do artigo 230, cujo texto, em suas palavras, fere o direito à privacidade¹³⁵.

Pouco tempo depois, no final de 2015, seis jovens de dezoito e dezenove anos foram detidos e submetidos à realização de exames anais. A exposição pública do caso e de como os exames eram realizados gerou desconforto social e novas manifestações de insatisfação com a atuação policial e judiciária – os garotos, em processos quase sumários, tinham sido sentenciados à pena máxima de três anos de prisão.

A mobilização anterior aumentou e, em janeiro de 2016, trinta e cinco organizações de direitos e de categorias profissionais criaram o Coletivo pelas Liberdades Individuais¹³⁶. Em janeiro de 2018, foi lançado em Tunis o Festival de Cinema LGBT *Mawjoudin*, que, em março de 2019, já está em sua segunda edição¹³⁷.

Ainda em 2018, uma comissão especial composta de advogados, parlamentares, ativistas e estudiosos de direitos humanos, estabelecida pelo Presidente Tunisiano, Beji Caid Essebi, em seu Relatório Final recomendou a revogação do artigo 230 por violação aos direitos individuais de privacidade e de inviolabilidade da intimidade¹³⁸.

Sudão

O Código Penal Sudanês prevê crime específico para a homossexualidade masculina em seu artigo 148, que define como crime “*inserir o*

¹³⁵ <http://hrbrief.org/2016/01/prison-sentence-for-homosexuality-in-tunisia/>

¹³⁶ <https://www.amnesty.org.uk/tunisia-gay-rights-marwan-student-freed-imprisoned-lgbti>

¹³⁷ <https://www.awid.org/news-and-analysis/tunisia-collective-fight-individual-rights-and-freedoms>

¹³⁸ <https://queerfilmfestival.mawjoudin.org/en/home/>

¹³⁸ <https://www.nbcnews.com/feature/nbc-out/tunisian-presidential-committee-recommends-decriminalizing-homosexuality-n883726>

seu pênis ou o equivalente no ânus” – o sujeito penetrado, prevê o tipo penal, pode ser homem ou mulher (crime de sodomia) – e “*deixar inserir o pênis ou seu equivalente no ânus*” – criminalizando a conduta do homem, especificamente, que adote posição de penetrado na relação de sodomia¹³⁹.

Assim, a punição recai exclusivamente sobre o homem envolvido nas relações de sodomia – no artigo definidas como a prática de sexo anal – seja em relação com mulheres ou com homens, neste caso, também punidos pelo crime do artigo 148.

A punição prevista para a prática do crime do artigo 148 prevê um critério de reiteração da prática do crime: se condenado pela primeira vez, está sujeito às penas de cem chibatadas e/ou até cinco anos de aprisionamento; se condenado pela segunda vez, está sujeito às penas de cem chibatadas e até cinco anos de prisão; se condenado pela terceira vez, está sujeito à pena de morte ou aprisionamento pela extensão de toda vida¹⁴⁰.

Não há muitas informações sobre o regime sudanês de aplicação legal e judiciária do artigo 148. Em 2006, *Freedom Sudan*, uma organização LGBT foi fundada no Sudão em plataforma exclusivamente online para suporte e advertência de pessoas LGBT no país¹⁴¹. Em um dos poucos registros sobre a implementação do artigo 148, em 2010, dezenove homens foram condenados à pena corporal de chibatadas por se “comportarem como mulheres”¹⁴².

Em 2012, a organização *Rainbow Sudan* fundou uma revista online que discute questões LGBT¹⁴³. Em 2016, a Fundação para Diversidade Sexual e de Gênero Mesahat lançou um documento chamado “LGBT Voices of Sudan” no qual apresenta depoimentos de pessoas LGBTQ no país e suas lutas para sobrevivência e estabelecimento de relações sociais e identitárias – o relatório afirma que a maioria dos jovens LGBT preferem deixar o país, ou, se não dispuserem de meios

¹³⁹ https://www.ecoi.net/en/file/local/1219135/1329_1202725629_sb106-sud-criminalact1991.pdf

¹⁴⁰ ILGA, *op. cit.*, pp. 371-372.

¹⁴¹ <http://www.theniles.org/en/articles/archive/1046/>

¹⁴² Idem.

¹⁴³ <https://www.pinknews.co.uk/2012/03/30/new-magazine-and-hope-for-lgbt-people-in-sudan/>

para tanto, vivem sob fiscalização social intensa e são vítimas de abusos físicos, psicológicos e emocionais¹⁴⁴.

Síria, Iraque e Palestina

Os países faltantes¹⁴⁵ Síria, Iraque e Palestina foram unificados em um grupo não por identidade de legislação ou de práticas, mas pela ausência de governos centralizados que tenham práticas uniformes ou, ao menos, discursos oficiais uniformes quanto à perseguição judicial e policial a pessoas GB, em razão de guerras civis que assolam ou recentemente assolaram os países (Líbia, Iraque e Síria) ou pela divisão territorial e de poderes que imprimem autoridades distintas em cada território (Palestina).

Síria

No caso sírio, o Código Penal Sírio (1949) prevê em seu artigo 520 que a relação sexual contra a natureza será punida por até três anos de aprisionamento. A aplicação de perseguição específica ao crime do artigo 520 pelo Regime Central de Bashar Al-Assad não está esclarecida e tampouco é suficientemente documentada. Em um dos poucos relatos apresentados em 2010 – antes da guerra – vinte e cinco homens foram detidos em uma festa¹⁴⁶.

Desde a irrupção da Guerra Civil Síria, em 2011, no entanto, narrativas de refugiados em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero têm aparecido

¹⁴⁴ MESAHAAT FOUNDATION FOR SEXUAL AND GENDER DIVERSITY “*LGBT Voices from Sudan*”, 2016, disponível em: http://www.merhaba.be/sites/default/files/documents_testimony/LGBT%20Voices%20From%20Sudan.pdf

¹⁴⁵ Informações sobre a Líbia encontradas no percurso da pesquisa são contraditórias e inconsistentes. É sabido, através de relatos de pessoas GB que a Líbia não se mostra um Estado tolerante, no entanto, as informações encontradas não foram suficientes à sua apresentação neste estudo.

¹⁴⁶ <https://www.pinknews.co.uk/2010/06/23/syrian-authorities-crack-down-on-gay-men/>

e demonstrado a perseguição sofrida sob todos os regimes distintos das múltiplas facções que integram a disputa síria¹⁴⁷.

Pessoas LGBT prisioneiras de guerra na Síria ou vivendo sob os regimes das diferentes facções – incluindo a autoridade central de Assad – relatam tratamento extremamente violento, estupros coletivos, tortura e assassinatos massivos¹⁴⁸. A atuação do Estado Islâmico ganhou “notoriedade” dentre as facções em disputa pelo território sírio por divulgar vídeos de execuções de homens gays, em apedrejamentos e arremessos do topo de edifícios¹⁴⁹.

Iraque

O Código Penal Iraquiano, reinstituído após o suposto fim da guerra civil que atravessava o país desde 2003 com a invasão norte-americana, de 1969, não prevê a punição de relações entre pessoas do mesmo sexo. No entanto, conforme acontece na guerra síria, o confronto entre facções no Iraque fez inúmeras vítimas LGBT – novamente, o destaque é conferido à atuação do Estado Islâmico, pela mediatização de ataques a homens gays em Palmira e Mossul, principalmente¹⁵⁰.

Em 2009, a Organização Human Rights Watch elaborou o Relatório “*They want us Exterminated*” no qual relata a campanha especificamente destinada à eliminação de homens gays no Iraque, a partir da retirada das tropas americanas¹⁵¹.

Os ataques a homens gays e efeminados era orquestrado e uniformemente empregado pelas milícias que disputavam o controle do território iraquiano. As perseguições eram guiadas por “conhecimento local” de homens efeminados e que transavam com outros homens. A “libertação” da feminilização do homem iraquiano era uma bandeira sistemática e organizada.

¹⁴⁷ Relatório do Conselho de Direitos Humanos da ONU, 2014: “*Report of the Independent International Commission of Inquiry on the Syrian Arab Republic*”, disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/IICISyria/Pages/Documentation.aspx>

¹⁴⁸ <https://www.smh.com.au/lifestyle/it-cant-get-any-worse-than-being-gay-in-syria-today-20151001-gjze4o.html>

¹⁴⁹ <https://www.counterextremism.com/content/isis-persecution-gay-people>

¹⁵⁰ Idem.

¹⁵¹ HUMAN RIGHTS WATCH “*They Want us Exterminated*”, Nova Iorque, 2009.

Relatório elaborado em 2014 pelas Organizações OWFI (Organization of Women's Freedom in Iraq), OGLHRC (International Gay and Lesbian Rights Commission) e Madre mostra as estratégias de perseguição e de execução de pessoas LGBTQ no Iraque, além do emprego de táticas misóginas e de higienistas contra a população feminina do Iraque¹⁵².

Palestina

A maior dificuldade de estabelecimento de estudos acerca do Estado da Palestina é a fragmentação política e fragmentação de sistemas jurídicos. Institucionalmente, na Faixa de Gaza, continua vigente o Código Penal do Mandato Britânico, datado de 1936, em cujas disposições se encontra o crime de “relações carnavais contra a ordem da natureza”.

O dispositivo criminal prevê que as pessoas que praticarem atos carnavais contra a ordem da natureza, ou deixarem que nelas se pratiquem tais atos (o que implica uma *postura passiva* na relação), estarão sujeitas à pena de aprisionamento por até dez anos¹⁵³. Os relatos da Faixa de Gaza indicam que o Hamas tem praticado perseguições pontuais contra pessoas GB, com destaque para homens *gays*¹⁵⁴.

Ainda que a Palestina Cisjordânia não se submeta ao mesmo regramento e não disponha de dispositivos específicos de criminalização de condutas homossexuais, os relatos de perseguição e de violência sociais também existem.

Há um balanço delicado de interesses políticos e internacionais que circundam a questão LGBT na Palestina. Muitos trabalhadores palestinos se deslocam para Israel e regressam aos territórios palestinos sob vistos de trabalho e restrições alfandegárias específicas. Considerando-se que Israel detém uma política de reconhecimento das pessoas LGBT, muitos jovens GB palestinos encontram relativo espaço em Israel para a vivência de suas experiências homossexuais. No

¹⁵² OWFI, OGLHRC et MADRE “*When coming out is a Death Sentence*”, Nova Iorque, 2014.

¹⁵³ ILGA, *op. cit.*, p. 493.

¹⁵⁴ “TOAMEH, Khaled. A. *Palestinians: no place for gays*”, 2018, disponível em: <https://www.gatestoneinstitute.org/12496/palestinians-gays>
<https://www.haaretz.com/middle-east-news/palestinians/.premium.MAGAZINE-what-it-s-like-to-be-a-gay-man-in-gaza-1.5843268>

entanto, os jovens palestinos enfrentam problemas muito sérios que centralizam em sua orientação sexual.

Há registros de que o governo israelense tem se utilizado a orientação sexual de palestinos para chantagem, a moeda de troca é simples: ou se tornam informantes do governo israelense, espionando sua comunidade para identificação de potenciais células terroristas e ataques às autoridades e aos territórios israelenses, ou têm suas identidades sexuais reveladas a suas famílias e clãs patriarcais – o que, na Faixa da Gaza, poderia significar a aplicação de pena de morte, seja oficialmente, seja por meio de *assassinatos de honra*¹⁵⁵.

Dada a discrepância entre o tratamento da região do Oriente Médio a pessoas GB e o regime político-jurídico israelense, palestinos GB também são acusados de adesão ao “estilo de vida dos ocupantes”, em suposta promoção de valores não árabes e de suporte indireto a Israel¹⁵⁶.

¹⁵⁵ <https://www.revue-internationale.com/2012/06/la-double-peine-des-gays-palestiniens/>
<https://mondoweiss.net/2014/09/blackmails-palestinian-informants/> e
<https://electronicintifada.net/blogs/ali-abunimah/dont-single-out-homosexuality-response-israel-blackmail-revelations-palestinians>

¹⁵⁶ Idem.

II. b Análise Estrutural dos modelos apresentados

Quanto ao texto legal

A análise do texto legal utilizado para criminalização de atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo revela que as nuances entre os textos incorporados na região são grandes e apontam as influências locais para suas instituições.

Todas as legislações mencionadas criminalizam as relações entre pessoas do mesmo sexo, no entanto, o esforço aqui será na interpretação dos termos empregados, para evidência de tendência ou de similaridades.

(a) Quanto ao **emprego de termos genéricos relativos à natureza**, as legislações síria, marroquina, argelina, palestina (Gaza) e de Abu Dhabi, empregam termos relativos à *natureza*; as legislações empregam o termo somado à expressão “com alguém de seu sexo”. Os tipos penais, apesar de vagos, situam a aplicação: não se define o que é natural ou antinatural, mas já se pré-estabelece que o ato antinatural punido é aquele cometido entre pessoas do mesmo sexo¹⁵⁷.

A descrição da naturalidade dos atos não respeita critérios exclusivamente pautados em concepções “medicalizantes” da sexualidade, mas também em legados culturais do aparato normativo que circunda a sexualidade e sua regulamentação legal. A *natureza* interpretada pela ótica biológica contemporânea excluiria a anti naturalidade da homossexualidade, mas o contexto de emergência da legislação explica em muito a lógica utilizada pela pretensão cientificista de se regular a sexualidade a partir de uma dinâmica reprodutiva – que, de forma conveniente, atende também aos preceitos de matrimônio das três maiores religiões monoteístas (judaísmo, islã e cristianismo), *condenação ao adultério*, *sexo procriador*, *castidade antes do casamento* e *manutenção da linhagem familiar*.

Conforme já apresentado, os conceitos de *natureza* ou de *ordem natural* são recorrentes na discussão relativa às relações sexuais entre pessoas do mesmo

¹⁵⁷ Há relatos jurisprudenciais de Escolas Islâmicas de citação da contrariedade à ordem da natureza associada à sodomia e a práticas homossexuais; no entanto, a citação é refratária e pouco uniforme, normalmente associada à função reprodutiva do sexo – EL-ROUYAHEB, Khaled “*Before Homosexuality in the Arab-islamic World, 1500-1800*”, The University of Chicago Press, 2005, n.p. – l. 2988-2994.

sexo, particularmente em relação à Sodomia. A contrariedade à ordem da natureza aparece nos ordenamentos alemão, britânico e francês – ao mesmo tempo em que a argumentação desenvolvida por juristas islâmicos nos Séculos XIV a XIX destacam que o sexo anal (*liwat* – sodomia) não é natural pois o homem joga suas sementes em solo infértil, desperdiçando a capacidade de gerar frutos¹⁵⁸.

(b) Quanto ao emprego da expressão **sodomia**, a menção consta das legislações federal dos Emirados Árabes Unidos, de Dubai, tunisiana (versão francesa), ou a menção de seu equivalente descritivo (sexo anal, especificamente), tem-se a legislação sudanesa, qatari, kuwaiti, omani e iemenita.

A sodomia enquanto construção histórica relacionada à sexualidade encontra respaldo na consolidação da Bíblia Sagrada, no Século VI, do latim *Sodoma*, reportando-se ao episódio bíblico de Sodoma e Gomorra. Os moradores de Sodoma eram conhecidos por suas práticas sexuais impuras.

A sodomia enquanto pecado e conduta pecaminosa ressurgiu na literatura a partir da expressão latina *peccatum Sodomiticum*, com consolidações no Inglês Medieval e Francês Antigo, nos Séculos XIV e XII, respectivamente. A literatura legal e eclesiástica europeia consolidou a aplicação do termo *sodomia* ao pecado relativo à prática de sexo anal, sempre mencionado conjuntamente à bestialidade. A origem do termo advém da passagem bíblica referente a Sodoma e Gomorra (Livro de Gênesis, Capítulo 19, Versículos 1:29), o pecado retratado em Sodoma é debatido há muito tempo, se relativo ao estupro ou à prática exclusivamente de sexo anal¹⁵⁹.

¹⁵⁸ EL-ROUYAHEB, Khaled *op. cit.* l. 3047.

¹⁵⁹ A literatura relativa aos pecados de Sodoma e Gomorra é extensa e diverge parcialmente quanto à exatidão. O tratamento injusto de estrangeiros e de viajantes em Cidades do Oriente Médio e das Civilizações Mediterrâneas é um *locus* comum em muitas manifestações literárias e legais, englobando civilizações tão distintas entre si quanto geograficamente próximas, da Mesopotâmia à Roma Antiga, constando de títulos de expressão ocidental relevante, tal qual a Odisseia atribuída a Homero. A hospitalidade e o tratamento justo de estrangeiros e de viajantes demonstrava o alto grau de intercâmbio entre certas civilizações e entre cidades antigas, que compreendia tanto o exercício do comércio quanto a estalagem peregrina. Má hospitalidade é sinal de fraqueza de liderança e injustiça em relatos bíblicos, gregos, romanos, fenícios mesopotâmicos.

É possível que os árduos esforços de apagamento e de ressignificação de culturas pagãs – não cristãs – a partir da codificação da Bíblia Sagrada e do estabelecimento da Santa Igreja tenha influenciado na interpretação do *peccatum Sodomiticum*, atribuindo-lhe valor exclusivamente

(c) A menção expressa a **homossexual** ou **homossexualidade** se encontra contida nas legislações tunisiana (versão árabe), argelina e iemenita. O emprego dos termos, *per se*, tampouco indica a especificidade da conduta criminalizada, isto é, a legislação argelina emprega “*atos homossexuais*”, a extensão de tais atos não é descrita pelo Código Penal, não se pode presumir a restrição a atos sexuais de natureza homoerótica; a legislação tunisiana fala em *liwat* – que é tanto válido para sodomia quanto para homossexualidade em geral, em construções modernas; a legislação iemenita contém os termos mais específicos: define por homossexualidade masculina a performance do sexo anal e a feminina pela “penetração” entre duas mulheres.

O emprego do termo *liwat*, na legislação tunisiana, merece o destaque que se passa a fazer: o termo اللواط (*liwat*)¹⁶⁰ – utilizado tanto para sodomia, quanto para homossexualidade – foi construído dentro das Escolas Islâmicas de Jurisprudência e de Interpretação das Leis, sempre se referindo especificamente ao ato sexual anal¹⁶¹ – tradicionalmente, a conduta homossexual, isto é, a conduta afetiva entre homens era socialmente reprovável, mas não constituía substrato legal de condenação. Homens que praticavam atos sexuais homossexuais ou que expressavam sua vontade de fazê-lo eram retratados socialmente pelo emprego de termos como *luti* (ativo) ou *mah’bun* (passivo), tradicionalmente conectados às pessoas, adjetivando-as.

Liwat não era um termo que englobava outras condutas da experiência afetivo-sexual entre homens – o tratamento dispensado às condutas homossexuais femininas era mínimo ou não referenciado – referindo-se exclusivamente ao ato de

relacionado à sexualidade. Ademais, como a ideia de consenso na prática sexual é pouco explorada à época de consolidação do termo *sodomia* (Séculos XII e XIV), e o sexo (*coito*) é determinado enquanto atividade baixa, exclusivamente dedicada à reprodução, o desenvolvimento de conceitos de *consenso* ou de *vontade* são aproximados da concepção de *tentação*, vedada pelo texto sagrado e compreendida como manifestação do mal.

¹⁶⁰ “*Encyclopedia of Islam*”, 2ª ed., Org.: BEARMAN, P., BIANQUIS, T., BOSWORTH C., VAN DONZEL, E et HEINRICHS, W. – Entrada de verbete.

Consulta online: https://referenceworks.brillonline.com/entries/encyclopaedia-of-islam-2/liwat-SIM_4677?s.num=0&s.f.s2_parent=s.f.book.encyclopaedia-of-islam-2&s.q=liwat

¹⁶¹ EL-ROUAYHEB, Khaled *op. cit.* – I. 2761-3027.

sexo anal, seja entre homens seja entre homem e mulher¹⁶². Conforme estudo realizado por EL-ROUYAHEB (2005, l. 400-611), a evolução legal e literária de termos relativos aos praticantes do sexo anal se relaciona diretamente aos papéis de gênero socialmente construídos nas sociedades árabes, com destaque para a interpretação das Escolas de Jurisprudência Islâmicas.

Historicamente, a palavra *luti* (indivíduo do povo de Lot) designava o parceiro ativo da relação de sexo anal, o penetrador, e se associava à vontade, ao exercício de desejo de dominação de vitória sobre certa pessoa – isto é, a conduta, que era social e religiosamente reprovável, designava um exercício de vontade do penetrador, indicava a recusa em conhecer carnalmente mulheres, para se voltar a homens. Já o termo *mah'bun*, utilizado para o parceiro passivo, era empregado para designar o indivíduo que estava acometido de *ubnah* – uma condição que acometia indivíduos, por vezes pensada em termos médicos como o indivíduo conter um verme em seu ânus¹⁶³.

De um lado, para o *luti*, *liwat* é uma conduta, algo que é feito, logo, o parceiro ativo possui toda agência de produção do resultado. Por outro lado, para *mah'bun*, a prática de *liwat* é conduta de uma condição que se lhe acometia (*ubnah*), retirando-se do parceiro passivo toda agência de produção e de prazer contida na conduta sexual.

Desta forma, o que se tem a partir da análise dos termos empregados, é a construção histórica do termo *liwat* associado ao que, ocidentalmente, se passou a conhecer como *sodomia*¹⁶⁴ - EL-ROUYAHEB pontua que a associação entre *liwat* e

¹⁶² Idem, n. p. – l. 346-604.

¹⁶³ A explicação não era exclusivamente aplicada a homens, também fora utilizada na literatura médica para descrever a condição de mulheres ninfomaniacas ou que gostassem de praticar sexo anal (EL-ROUYAHEB; 2005, l. 544).

A explicação ainda ecoa em tempos atuais, conforme entrevista concedida por uma médica kuwaitiana, em 25 de março de 2019, à Rede Televisiva Scope TV (Kuwait): <https://www.youtube.com/watch?v=FT-4SJyxyM>

¹⁶⁴ O termo pederastia, associado à relação homossexual entre gerações, na qual o parceiro mais velho desempenha o papel ativo e o parceiro jovem desenvolve o papel passivo também consta da literatura artística e religiosa da época – como evidenciado no Capítulo Anterior, em relação aos estetas -,

o termo homossexualidade, em línguas ocidentais, se travou a partir de uma construção de traduções equivocadas, especialmente no Século XIX e destacadamente pelos escritos de Richard Burton¹⁶⁵.

(d) A criminalização advinda de texto **religioso**, implementado através de religião oficial e cortes religiosas, é constatada na Arábia Saudita e no Qatar. A aplicação da *Shari'a* à vedação de condutas sexuais entre pessoas do mesmo sexo varia grandemente entre as Escolas de Jurisprudência Islâmica – todas condenam a prática, variando-se as penas pela interpretação da natureza do crime.

A discussão que circunda a natureza do crime se desdobra entre interpretá-lo como um crime contrário às vedações divinas (*haqq Alla*), como *zina* (adultério) – passível de punição por *hadd*, um castigo contido no *Qu'ran* ou na *Sunna*¹⁶⁶, e interpretá-lo como um crime contra as disposições humanas (*haqq adam*), passível de punições variáveis conforme a Escola de Jurisprudência Islâmica (chibatadas, arremesso do prédio mais alto, derrubada de uma parede sobre o praticante).

A variação das Escolas e de suas interpretações altera especial e temporalmente. Abaixo, far-se-á breve análise das duas escolas de maior destaque anteriores à formação de sistemas jurídicos, seculares ou não, nos Estados Independentes da Região do Oriente Médio.

A Escola *Hanafi*, escola oficial do Império Turco-Otomano¹⁶⁷ e vertente inserida na corrente sunita, interpretava *liwat* (sodomia) como um crime menos gravoso que *zina* (adultério ou sexo não permitido entre homem e mulher), uma vez

¹⁶⁵ EL-ROUYAHEB, *op. cit.*, l. 198 e 2337.

¹⁶⁶ Na prática do Islã, a *Sunna* é considerada a segunda fonte de lei da *Shari'a*, a primeira sendo o próprio livro sagrado do *Qu'ran*. *Sunna* é o conjunto de ações e práticas costumeiramente aceitos na *Qu'ran*, feitos pelo Profeta Muhammad e os Muçulmanos da época do Profeta. *Sunna* é interpretado como “forma”, “meio”, “prática”, “costume” (significado em árabe).

A *Sunna* não deve ser confundida com *Hadith*, que, segundo a Tradição Muçulmana, é o conjunto de ações e falas atribuídas ao Profeta Muhammad, ou sua aprovação de práticas e de falas feitas na presença do Profeta.

“*Encyclopedia of Islam*” *op. cit.* Entradas: *Haddith* – ROBSON, J.; *Sunna* – BRONW, D. et JUYNBOLL, G. H. A.

¹⁶⁷ SCHACHT, J. “*An Introduction to Islam*”, Oxford University Press, Oxford, 1964, pp. 261-263.

que a demonstração de intenção vinha somente de um agente –retira-se a agência da/o parceira/o passiva/o – e os resultados e os riscos não eram os mesmos de *zina*. O bem jurídico protegido contra a relação sexual heterossexual fora do casamento era a proteção da descendência e da linhagem, ao passo que a relação sexual anal – heterossexual ou homossexual – não impunha riscos à proteção da família, mas era considerada um vício indesejável. A punição, portanto, era por determinação discricionária de castigo que fosse menos gravoso que as penas reveladas pelo *Qu’ran* e pela *Sunna (hadd)*.

Já a Escola de *Hanbali*, predominante na Península Arábica, precursora do movimento tradicionalista *Wahabi* e inserida na vertente sunita, prescrevia a interpretação de *liwat* à semelhança de *zina*, logo, as penas aplicáveis seriam de apedrejamento acaso os participantes fossem casados e chibatadas acaso não fossem, considerando-se critérios de reincidência¹⁶⁸.

A Escola *Maliki*, vertente sunita predominante no Egito e parte do Norte da África, diferenciava as práticas de sexo anal entre homem e mulher e entre homens. A prática entre homens e mulheres é compreendida como variação de *zina*, logo, as penas são as prescritas, com variações entre pessoas casadas e não casadas; já o sexo anal praticado entre homens é incondicionalmente punível por apedrejamento – trata-se, inclusive, da Escola de Jurisprudência Islâmica Sunita que aplicava as penas mais gravosas e menos condicionais à prática de *liwat*¹⁶⁹.

Por fim, a Escola dos Doze, ou *Ima’mi*, escola extremamente importante de vertente Shiita que contempla as Escolas *Ja’fari* (Irã), *Usuli* (Líbano) e *Alawi* (Síria), previa a equiparação do crime de *liwat* a *zina* e determinava que pena aplicável, independente do *status* marital dos comitentes, seria morte – no entanto, os jurisperitos não determinavam a forma de execução. A Escola guarda certo ineditismo em sua seus entendimentos, uma vez que previa a punição para atos de natureza sexual ou amorosa-afetiva entre dois homens, aplicando-se punição corporal gravosa – até cem chibatadas. A inovação *Ima’mi* está na aplicação de penas graves a atos que não sejam de penetração¹⁷⁰.

¹⁶⁸ EL-ROUYAHEB, *op. cit.*, l. 2833-2847.

¹⁶⁹ *Idem*, l. 2847-2852.

¹⁷⁰ *Ibidem*, l. 2852-2866.

Em todas as interpretações das Escola de Jurisprudência acima listadas, há que se destacar que a aplicação da prescrição a *liwat* dependia diretamente de o processo ser instruído por confissão dos acusados ou pelo testemunho de quatro homens, livres, muçulmanos e que detivessem “bom caráter” – isto é, que não tivessem cometido graves pecados ou que tivessem perseverado na comissão de pecados menores¹⁷¹.

(e) E, finalmente, a criminalização advinda especificamente do emprego de **termo genérico** não expressamente relacionado à homossexualidade, aplicando outro tipo penal distinto dos grupos acima, tem-se a legislação egípcia.

A construção jurisprudencial egípcia que consolida o termo (*fujur*) desde a década de 1970 – os julgados que consolidam a ausência de elemento monetário ou transacional da relação sexual entre homens datam de 1975. A Lei nº 10/1961 foi introduzida, originalmente, em 1951 e reeditada dez anos depois para contemplar a República Síria – então unida ao Egito.

Os esforços para a edição de norma proibitiva tomaram forma em 1949, após insurreições contra a “cultura imoral de bordéis” instituída no Egito desde os tempos de ocupação pela Grã-Bretanha. A ocupação inglesa não foi responsável por implementar um sistema de codificação dos bordéis, uma vez que sua regulação já datava de tempos anteriores e era, inclusive, tributada durante o período otomano¹⁷².

Durante o período de ocupação britânico, no entanto, o atendimento às tropas pelos bordéis chamava muita atenção da sociedade egípcia, com registros públicos do Governo Central de prostitutas mulheres e homens¹⁷³, com distorções coloniais estranhas que conferiam a prostitutas europeias *status* legal privilegiado em relação aos egípcios.

A escolha do termo *fujur* para a lei de combate à prostituição é curioso, uma vez que outro termo inserido na norma *di'ara'* se refere à prostituição sem consideração do sexo do prostituído – mesmo que os legisladores egípcios

¹⁷¹ Ibidem, l. 2885-2906.

¹⁷² HUMAN RIGHTS WATCH “*In time of Torture*”, Nova Iorque, 2008, 131-132.

¹⁷³ Idem, p. 135.

dissessem à época que se relacionava à prostituição masculina (*fujur*), os registros públicos egípcios de profissionais do sexo tratavam tanto homens quanto mulher por *di'ara*.

Fujur, no entanto, já havia sido empregado anteriormente no Código Penal Egípcio editado em 1883 – com inspiração no Código Penal Napoleônico de 1810. O termo constava de artigos relativos a atentado ao pudor ou comissão de atos indecentes – crimes cujo texto em francês empregava o termo *débauche*¹⁷⁴. Assim, ao empregar o termo *fujur*, o legislador egípcio busca criminalizar as formas de imoralidade, mesmo sem o elemento monetário da prostituição.

Assim, o termo vago de devassidão, *fujur*, a partir de sua significação histórica, se refere à indecência, seguidamente, à prostituição masculina e, por fim, às relações sexuais consensuais entre pessoas do mesmo sexo – interpretação que vige atualmente.

(f) Conclusões

Malgrado os textos legais exibam multiplicidade de terminologias, quando da exploração de suas origens, nota-se que a construção histórico-jurisprudencial dos conceitos em tese distintos, na realidade, aproxima-os imensamente, uma vez que a prática historicamente associada a eles é a sodomia; portanto, a condenação à penetração anal realizada entre homens constitui a conduta jurídica de vedação mais latente nos textos legais que se propõem contrários aos atos sexuais realizados entre pessoas no mesmo sexo.

Ainda que as legislações da Tunísia e do Iêmen discriminem especificamente a inclusão de mulheres lésbicas em seus textos proibitivos, o destaque maior é conferido ao emprego de termos historicamente equivalentes à prática da homossexualidade masculina por meio do sexo anal. O que não isenta a aplicação dos dispositivos às mulheres lésbicas, somente faz evidenciar a ênfase histórica da construção de objeções normativo-sociais ao exercício de práticas sexuais entre homens.

¹⁷⁴ Entrada de verbete: “excesso no gozo dos prazeres sensuais – *depravação, luxúria*. LE ROBERT MICRO. *Dictionnaire de la langue française*, Le Robert, 2008, p. 328.

A criminalização das práticas homossexuais, portanto, se pauta em construções históricas que têm por figura central a *sodomia* – *liwat* – como sua manifestação última. Os mecanismos de operação do legislador centralizam toda a atividade sexual na penetração.

A concentração dos tipos penais na figura da penetração, incluindo-se o modelo iemenita de criminalização da homossexualidade feminina (*penetração entre mulheres*), reproduz a lógica do fim único da sexualidade reprodutiva cujo ápice é a ejaculação dentro vagina (o terreno fértil). As demais práticas sexuais estão relegadas a tipos genéricos (argelino – *atos homossexuais*) de criminalização igualmente centralizados na moral pública. A compreensão carnal do sexo enquanto prática última da penetração e esta ser eleita como criminalizada integram uma tradição de preservação das condutas sexuais “dentro de seus espaços”: a penetração cabe ao casamento, e o seu exercício irregular, é criminalizado – distinguindo-se em crime específico quem o exerça entre pessoas do mesmo sexo.

O sexo oral, a masturbação, o sexo intercrural são práticas menos danosas – igualmente reprováveis, mas devedoras de menor atenção do legislador que as encurrala em tipo penal genérico de indecência. As demais práticas sexuais somente são puníveis no flagrante público, razão pela qual estão deslocadas ao atentado ao pudor.

No entanto, a penetração consensual, ocorrida no espaço de intimidade e na privacidade de residências, pelos tipos penais analisados, é punível. A centralização da penetração na punição, desprovida do espaço-tempo do crime, demonstra o grau de reprovabilidade da conduta, que mesmo ocorrida em situação desprovida de observadores, constitui crime.

Isto é, situar os crimes na topologia de preservação da moral pública não equivale à proteção da moral pública, pois, a conduta secretamente realizada continua sendo crime. O potencial lesivo da relação sexual consensual e particular ao bem jurídico da moral pública é questionável, uma vez que mesmo a exposição da relação particular não ocorrendo, a conduta segue punível.

No limite, a preservação da moral pública como justificação topológica do crime não contempla as possibilidades de criminalização advindas do tipo penal, que

se estende às relações privadas, atribuindo-lhes caráter público e garantindo que os mecanismos de operação de controle da sociabilidade sexual se perpetuem na manutenção do potencial punitivo da conduta.

Quanto à Aplicação do Texto Legal

Por aplicação do texto legal se está a considerar tanto a perseguição de pessoas que mantém relações sexuais e relacionamentos amorosos de natureza homossexual, quanto a perseguição a elementos mais subjetivos e que integram a geografia da vida afetivo-sexual, isto é, a existência de espaços, a adoção de símbolos e os esforços de visibilidade.

O que se busca constatar é a existência de política criminal específica que atente contra a população GB, ou seja, as disposições legais existem, conforme acima demonstrado, no enquanto, quer-se compreender se existe dinâmica específica do exercício do controle social sobre o crime e, se positiva a resposta, se há semelhanças entre as formas exercidas de controle.

Considerando-se as características acima e o conteúdo exposto sobre os países listados, pode-se inferir que a perseguição sistemática de pessoas GB não é uma política criminal para muitos países. A perseguição policial ou de força de segurança investigativa que a exerça é comumente associada à visibilidade da situação investigada.

Há um relativo acordo silencioso entre as forças de perseguição estatal e a população GB, espécie de “*don’t ask, dont tell*” informal, no qual a ausência de perseguição oficial – o que não exclui a discriminação social ou protege as pessoas GB desta – se relaciona diretamente ao grau de visibilidade relacionado às pessoas GB.

Eventos contemporâneos dificultam esse silêncio, como a crescente divulgação *online* de eventos corriqueiros e cotidianos da vida individual por meio das redes sociais, testando-se os níveis de “tolerância” da perseguição estatal e aumentando o grau de insegurança de grande parte das pessoas GB que, na impossibilidade de fruir de espaços inclusivos, recorre à *internet* como um espaço de anonimato, de convivência social e de busca por conhecimento.

A natureza intrinsecamente relacionada ao ato sexual que consta da maior parte dos crimes listados dificulta imensamente a sua persecução, que se pauta majoritariamente em *confissões* de indivíduos que são randomicamente selecionados com base em elementos externos – escancarando a porta para violência policial.

A dificuldade em se constatar a flagrância de crimes cuja comissão pode se dar na intimidade de espaços privados cria situações de investigação anômalas (*denúncias baseadas em boatos ou em percepções da vida sexual alheia*) e voluntaristas, isto é, não pautadas necessariamente em políticas criminais específicas, mas sim em esforços esporádicos que são consequência de discursos políticos inflamados, pressões de regimes para dispersão de atenção do público e relações clientelistas baseadas no exercício de poderes locais.

A comissão do crime conter exclusivamente autores – presumindo-se uma relação *consensual* – e haver ausência de vítimas individuais, considerando-se que o bem jurídico violado é a moral pública, acrescem outro obstáculo à investigação: se a persecução não se inicia a partir de uma denúncia diretamente relacionada à prática do ato sexual, tem-se um espectro de “observadores úteis” que pode ser desenvolvido pelas atividades policiais na garantia de persecução do crime. A observação útil pode advir de patrulhamento e de vigilância de locais de encontro entre pessoas do mesmo sexo, ou pode advir do estímulo de delação dos indivíduos que compõem o tecido social e se relacionam com pessoas GB.

A vigilância social inclui a observação atenta de relações sociais, ou seja, a sociabilidade de pessoas GB se torna labiríntica a partir do medo de denúncias: vizinhos, colegas de trabalho, familiares, colegas de estudo – todas as relações sociais são objeto de escrutínio suficiente para que a pessoa GB esteja na mira de uma denúncia. Ou ainda, a rede de vigilância entre pessoas se presta à denúncia, mas também à difamação, à chantagem e à extorsão; logo, a vulnebrabilização social se acentua pela construção de um jogo de espelhos na sociabilidade das pessoas GB.

Ainda assim, os “olhos” do aparato de investigação não são suficientes para que o crime seja denunciado em flagrância – isto é, o testemunho de uma relação sexual não é exatamente uma tarefa fácil na crescente dinâmica de

urbanização do Oriente Médio e no aumento expressivo de cidades¹⁷⁵. De acordo com pesquisa conduzida em 2017, dos dezenove Estados que compõem a região do MENA¹⁷⁶, somente Egito, Síria e Iêmen se encontravam abaixo da média mundial de urbanização (54.82%)¹⁷⁷, ao passo que países como Líbano, Kuwait, Qatar, Jordânia, Bahrein e Emirados Árabes Unidos ultrapassam 85% de urbanização.

Em um contexto de urbanização crescente e de concentração metropolitana, as investigações se valem de elementos de conexão entre indivíduos para “criar uma rede de investigados” a partir de apenas uma pessoa inicialmente acusada. Basta que um indivíduo conste dentre os contatos telefônicos de outra pessoa GB para que seja perseguido, por exemplo, em casos relatados no Egito e na Síria. O contato telefônico através de mensagens já indicaria uma relação íntima entre os indivíduos, garantindo-lhes acusações – considerando-se que a perseguição raramente parte de denúncia de relação sexual pontual, ao se investigar “um indivíduo”, usa o aparato policial de seus contatos para vigilância e investigação de outros indivíduos GB, sem que necessariamente tenham mantido relações sexuais (conduta que é efetivamente criminalizada).

Restam ao aparato persecutório os recursos de investigação relativos à vigilância comungada à abertura para denúncias e seu estímulo. Conforme narrado na porção destinada à análise específica de cada país, a vigilância policial integra a atividade de certos aparatos de Estado (destaque ao Egito), que podem frequentar locais conhecidos por serem áreas de flerte entre pessoas do mesmo sexo ou se valer de informantes, pessoas investigadas que se tornam vigilantes em troca de acusações serem arquivadas¹⁷⁸.

As limitações à flagrância são extensas e, por tal, o exercício de perseguição e de investigação se volta a outros elementos que escapam à

¹⁷⁵ Exemplarmente, em 2019, a região metropolitana de Beirute conta com cerca de 2.406.000 habitantes, já o Cairo, conta com 20.484.000 habitantes, Casablanca com 3.716.000 e Dubai com 2.833.000 de habitantes.

¹⁷⁶ Dados do Banco Mundial: <https://www.statista.com/statistics/804824/urbanization-in-the-mena-countries/>

¹⁷⁷ Dados do Banco Mundial: <https://data.worldbank.org/indicator/sp.urb.totl.in.zs>

¹⁷⁸ “Laila Elwi”, apelido de um homem *gay* egípcio – e uma atriz muito popular no Egito, aparece em diversas narrações de Relatórios da HUMAN RIGHTS WATCH sobre a perseguição a homens *gays* pela Polícia de Vícios Egípcia. As operações contavam com o informante elaborar eventos e chamar seus “amigos”, que depois descobririam a armadilha (*flagrância forjada*), ou ainda, o informante seria colocado em uma *van* que circulou por pontos de flerte entre homens *gays* no Cairo, identificando possíveis *homens gays* na multidão – HUMAN RIGHTS WATCH, *op. cit.*, pp. 10, 25, 27, 33 e 93.

orientação sexual. Notadamente, elementos de expressão de gênero de indivíduos GB, que independem completamente da agência de desejo no exercício da orientação sexual.

Os elementos são levados em consideração pelo aparato de segurança e subsidiam parte de acusações, além de serem utilizados de forma midiática para consolidação de certas narrativas. Há grande variação, mas os elementos que foram evidenciados neste estudo foram vestimenta muito ocidental, ausência de barba, cabelos compridos, brincos ou *piercings*, traços afeminados.

A investigação que tenha por base a aparência dos indivíduos presume elementos de uma “identidade GB” conectada à ruptura da construção de gênero e de seus papéis historicamente atribuídos a homens e mulheres no Oriente Médio. Os relatos de tratamento policial agressivo dispensado a indivíduos efeminados, ou que detenham traços socialmente atribuídos a mulheres, demonstram que a repressão à expressão de gênero não-binária tem lugar privilegiado na operação policial.

A perseguição a pessoas GB baseada em elementos “fenotípicos” demonstra que a flagrância não é uma preocupação que conduz o exercício da perseguição: o crime não se limita à prática sexual, mas os tipos são expandidos para outras esferas da sociabilidade de tais pessoas, levantando tópicos relevantes sobre a dinâmica da sexualidade dentro de padrões rigorosos de segregação de gênero.

Na análise realizada na primeira parte deste capítulo, a abundância de relatos que retrata a utilização de elementos como “roupas femininas”, “*lingerie*”, “maquiagem”, “homens agindo como mulheres” na criminalização da homossexualidade demonstra a associação necessária realizada entre a expressão de gênero e a orientação sexual, presumindo a subversão dos papéis de gênero socialmente atribuídos. Outros elementos como “posse de bebidas alcoólicas”, “posse de pornografia”, “posse de preservativo” utilizados no mesmo processo de criminalização indicam a aproximação entre homossexualidade e conduta desviante, viciosa; trata-se de narrativa construída constantemente em meios oficiais e midiáticos que reforçam estereótipos de “imoralidade” associados à conduta homossexual.

Para além do ato sexual *per se*, a visibilidade assumida por pessoas GB em sua conduta não normativa são “agressões sociais” – ou lesões ao bem jurídico da moral pública – suficientes para a mobilização do controle social e do aparato policial, o que se pode evidenciar da repercussão muito grande de casos de vazamento ou de postagem de vídeos em situações que se assemelham a casamentos protagonizadas por pessoas do mesmo sexo.

O aparato de preservação de “instituições públicas” – como a moral e o casamento – parece mais relevante aos regimes dos Estados do que a persecução da atividade sexual entre pessoas do mesmo sexo. Destaque-se que sexo em geral, inclusive heterossexual, é temática proibitiva e tem a sua discussão muito circunstanciada à medicalização ou ao contexto religioso em grande parte das sociedades descritas.

O Controle Social exercido pelos Estados na prática dos crimes listados ao longo do item anterior detém múltiplas facetas; os registros de vigilância compreendem a intervenção em meios de comunicação – de acordo com Índice de Liberdade de Imprensa, elaborado anualmente, todos os países listados nesta dissertação têm situações entre preocupante (Tunísia e Líbano) e extremamente crítica (Arábia Saudita e Egito)¹⁷⁹.

A persecução, novamente, extravasa o tipo penal voltado ao ato sexual para valer-se de outros meios de repressão – criminal ou administrativa – que contemplem a discussão sobre a temática da diversidade sexual. No item anterior, pontuou-se a intervenção em meios de comunicação que se propuseram à discussão ou à apresentação da temática, bem como *sites* destinados ao público LGBT.

A aplicação da persecução contra a publicação de conteúdo foi evidenciada também em relação a artistas que se proponham a abordar a temática ou obras de arte que a retratem diretamente – as repercussões estatais variam nos exemplos estudados, desde a censura completa da obra até a prestação de esclarecimentos pelo artista perante a autoridade estatal responsável.

¹⁷⁹ Para consulta: <https://rsf.org/en/ranking>. É válido destacar que, segundo o índice de 2019, a Tunísia (72) e o Líbano (101) detinham posições de maior liberdade de imprensa que o Brasil (105), apesar de os dois países terem leis que controlam censura midiática.

A discussão retirada dos holofotes públicos facilita a normatização pelo silêncio, desprovido os espaços de liberdades suficientes ao exercício de divagação, especulação ou proposição – inclusive, como narrado em casos como o omani, o egípcio e o iemenita, a repressão à discussão se vale de legislações e de atuação de controle específicas, que empregam termos ainda mais vagos que a criminalização da homossexualidade para a regulação da mídia (*moral, costumes, decência*)¹⁸⁰.

Outra forma de repressão à discussão da temática da diversidade sexual por via indireta, administrativa, é a ausência de reconhecimento de registro de organizações criadas para este fim – como se nota dos exemplos de HELEM (organização libanesa) e Damj (organização tunisiana).

A recusa ou inércia do Estado em registrar associações destinadas à promoção e à proteção da população LGBT é uma forma útil de manipulação do *status jurídico* de tais organizações, uma vez que a ausência de reconhecimento estatal pode restringir as atividades desempenhadas e, ao mesmo tempo, subjugar a organização à insegurança de interrupção de seus trabalhos a qualquer tempo.

De todas reflexões alcançadas, tem-se que o tipo penal que criminaliza condutas sexuais entre pessoas do mesmo sexo não limita a atuação da acusação, pois, a flagrância de relação sexual íntima é dificultada pelos múltiplos elementos acima apresentados, sem que tal seja um impeditivo de atuação da polícia.

Inicialmente, para parte dos sistemas estudados, a vigilância, seja pelo aparato policial, seja pelo convívio social de pessoas GB, é necessária para o desenvolvimento de uma rede de informantes e de conhecimento sobre a geografia dos espaços de interação entre pessoas do mesmo sexo, que envolvem detenções de múltiplas de pessoas que não necessariamente se relacionam sexualmente entre si.

Na ausência da vigilância, outros elementos são utilizados pelo aparato de investigação para perseguição de pessoas GB, que se relacionam à sua expressão de gênero ou à sua expressão não-binária, elementos esses que não se relacionam necessariamente à orientação sexual – criando subformas de

¹⁸⁰ ILGA, *op. cit.*, p. 203.

perseguição que afetam mais agudamente indivíduos que não se adequem às construções sociais de gênero: homens efeminados, mulheres masculinas, pessoas transgêneras, pessoas *queer* e pessoas não-binárias.

O uso de recursos que extrapolam o tipo penal (*relação sexual* ou *atos homossexuais*, ou *atos indecentes*) como a aparência, a vestimenta, a expressão de gênero, a posse de bebida alcoólica, pornografia ou preservativos, é instrumentalizado no reforço de narrativas consolidadas de comportamento desviante, vicioso e indecente, associadas à diversidade sexual.

Depreende-se dos relatos que a política criminal de persecução a indivíduos GB é mais ocasional e voluntarista do que um aparato especializado, destinada à coerção de “distorções” que atingem maior (Arábia Saudita, Marrocos) ou menor (Egito, Kuwait) grau de visibilidade nas respectivas sociedades.

Conquanto a política criminal seja refratária e pouco especializada, o aparato que a criminalização, somada à discriminação social, fornece às autoridades é suficiente para que diretamente reforce a insegurança das pessoas GB, submetidas à aleatoriedade da atuação estatal na repressão da diversidade sexual de acordo com a conveniência e a disputa de poderes vigente.

O Controle Social de viés panóptico exercido oferece observação constante do exercício da sociabilidade das pessoas GB, submetidas reincidentemente às denúncias ou à detenção policial, pelos componentes externos de sua aparência e pela rede de relações intersubjetivas que estabelecem; logo, as esferas de sociabilidade se restringem à confiança e ao risco latente de alguma forma de perseguição. A efetivação da política criminal não precisa necessariamente ser considerada somente pelas vias oficiais, pois a construção social das estruturas de observação são suficientes para sufocamento de eventuais exercício de visibilidade de pessoas GB.

Indiretamente a criminalização garante ainda que as narrativas socialmente consolidadas de comportamento desviante e imoral sejam perpetuadas, tanto pela continuidade da própria figura criminal, quanto pela invisibilização recorrentemente imposta à discussão de pessoas GB, cujos espaços sociais de debate são restritos, guetificados e, muitas vezes, abafados pela atuação estatal.

5. Estudo de Caso: Líbano

I. A criminalização da homossexualidade no Líbano

A atual criminalização de atos sexuais realizados entre pessoas do mesmo sexo encontra sua base no art. 534 do Código Penal Libanês, cuja transcrição se faz abaixo¹⁸¹:

المادة 534

كل مجامعة على خلاف الطبيعة يعاقب عليها بالحبس حتى سنة واحدة.

Art. 534: Toute conjonction charnelle contre l'ordre de la nature sera punie de l'emprisonnement jusqu'à une année.

Em tradução livre para a Língua Portuguesa, tem-se: “*Art. 534 Toda conjunção carnal contra a ordem da natureza será punida por aprisionamento de até um ano.*”

Assim, o que se depreende do dispositivo penal é a insuficiente clareza dos elementos do crime, considerando-se que o termo *contra a ordem da natureza*, varia diretamente com o que se busca entender por *natureza*, por *ordem* e até mesmo a extensão da expressão *conjunção carnal*.

O Código Penal Libanês vigente foi introduzido em março de 1943¹⁸², adotando como modelo essencial o Código Penal Francês e suas normas alteradoras¹⁸³. O processo formal de independência do Grande Estado do Líbano se inicia por volta novembro de 1942, sendo amplamente reconhecido em novembro do ano seguinte.

A adoção generalizada de modelos jurídicos do patronato colonial francês implicou a reprodução de regras vigentes à época, que, curiosamente, representa igualmente um período de intensa excepcionalidade da história do Estado Francês – trata-se do governo provisório do Regime de Vichy, assim denominado o governo autodeclarado francês, em 1940, após o período de invasão do país pela Alemanha

¹⁸¹

<http://www.legiliban.ul.edu.lb/LawArticles.aspx?LawArticleID=984601&LawId=244611&language=ar>

¹⁸² https://sherloc.unodc.org/cld/document/lbn/1943/lebanon_penal_code.html.

¹⁸³ AL FARCHICHI, Wahid et SAGHIYEH, NIZAR, “*Homosexual Relations in the Penal Codes: General Study Regarding the Laws in the Arabs Countries with a Report on Lebanon and Tunisia*”, HELEM, 2009, pp. 35-36.

Hitlerista, que contemplava o chamado território livre – inicialmente não ocupado pelas tropas do Terceiro Reich.

I.a O modelo francês

A República de Vichy se notabilizou em muitos aspectos de normatização da vida quotidiana dos franceses¹⁸⁴. As disposições normativas penais que foram introduzidas durante o período do Regime de Vichy voltavam parte do seu foco a questões morais e de costumes, recobrando um ideário pré-revolucionário e muito caro ao Ancien Régime¹⁸⁵, e estabelecendo regime de relativa complacência com os aspectos morais e ideológicos do Terceiro Reich de Adolf Hitler. Há disposições fortemente voltadas ao combate à prostituição, à preservação da moral e da ordem públicas, ao combate ao adultério, ao abandono familiar e ao alcoolismo.

A análise aprofundada de BONINCHI (2005, p. 7-20), pautada na exegese dos documentos administrativos constantes do Ministério da Justiça ultrapassa as duas teses consagradas até os anos 1990: (a) de que a criminalização de atos sexuais homossexuais derivaria diretamente da prevalência da invasão hitlerista, suportada pela complacência da “República Envergonhada de Vichy” que teria aderido às normas de ordem moral do Reich; e (b) de que a criminalização de atos sexuais homossexuais derivaria diretamente da prevalência de ideais conservadores e da intromissão de setores tradicionalistas e da Igreja Católica na França¹⁸⁶.

O autor destaca que a movimentação do aparato de Alta Cúpula do Estado Francês para a criminalização de condutas homossexuais se iniciara ainda em 1939, fortemente influenciada por lacunas legais referentes à prostituição masculina, tendo tomado por base, ao menos lateralmente, o parágrafo 175 do Código Penal Alemão então vigente¹⁸⁷.

¹⁸⁴ BINONCHI, Marc “*Vichy e l’ordre moral*”, PUF, Paris, 2005.

¹⁸⁵ Idem, pp. 143-193.

¹⁸⁶ Ibidem, p. 143-145.

¹⁸⁷ Há duas disposições distintas a que se pode fazer referência. A primeira, trata do parágrafo 175, tal qual instituído em 1871, no qual assim dispunha o texto: “§175 O ato antinatural (contra a natureza) cometido entre pessoas do sexo masculino ou entre pessoas e animais é punível com aprisionamento; a perda de direitos civis pode ser aplicada.”

Após a ascensão do Partido Nacional Socialista, houve alteração substantiva do dispositivo, em 1935, que passou a vigorar com a seguinte redação:

As discussões políticas e administrativas que instruíram o processo destacam a relevância do papel “educador” do tipo penal desejado, para evitar a corrupção dos jovens, tendo sido proposta a criminalização em larga escala dos atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo – o que foi rechaçado pelo Alto Escalão pela excessiva regulamentação da vida privada e a possibilidade de resistência social à implementação de política tão restritiva.

Vale o destaque de que a *sodomia* fora descriminalizada quando da instauração do Código Penal Revolucionário de 1791, que rejeitava as disposições antiliberais do Ancien Régime de Controle dos Corpos e dos Indivíduos¹⁸⁸. Assim, quando da retomada da discussão acerca da criminalização de atos sexuais entre pessoas, já havia se passado mais de cento e quarenta anos da derrocada dos crimes de sodomia. Não se poderia afirmar da consolidação de uma representação de pessoas gays e lésbicas na sociedade francesa, mas pode-se destacar a crescente visibilidade de pessoas GB, conforme ilustrado pela cobertura midiática dos anos 1930¹⁸⁹.

“§175 O homem que cometer atos lascivos e libidinosos com outro homem ou permitir ser abusado para a comissão de atos lascivos e libidinosos, é punível por aprisionamento. No caso de o participante ser, no tempo de comissão do ato, menor de 21 anos, a Corte pode, em casos leves, não aplicar punição.

§175a A pena de aprisionamento não deve ultrapassar dez anos e, sob circunstâncias atenuantes, o aprisionamento imposto não será inferior a três meses:

- 1. No caso de homem que, com o uso de força ou de ameaça de perigo de vida ou da integridade física, compelir outro homem à comissão de ato lascivo e libidinoso consigo ou compelir outro homem a submeter-se a abusos para comissão de atos lascivos e libidinosos;*
- 2. No caso de homem que, em razão de relação de dependência por serviço, emprego ou subordinação, induzir outro homem à comissão de atos lascivos e libidinosos, ou que se submeter à comissão de tais atos;*
- 3. No caso de homem que, sendo maior de 21 anos de idade, induzir outro homem menor de 21 anos de idade, à comissão de atos lascivos e libidinosos, ou que se submeter à comissão de tais atos;*
- 4. No caso de homem que cometer profissionalmente atos lascivos e libidinosos com outros homens, ou que profissionalmente se submeter à comissão de tais atos ou que se oferecer para comissão de atos lascivos e libidinosos com outros homens*

§175b Atos lascivos e libidinosos contra a natureza entre seres humanos e animais serão punidos com aprisionamento; poderá ser imposta a perda de direitos civis.”

<https://www.ushmm.org/learn/students/learning-materials-and-resources/homosexuals-victims-of-the-nazi-era/paragraph-175>

KACZOROWSKI, Craig “Paragraph 175”, LGBTQ INC., 2014, p. 1-3.

¹⁸⁸ LEVER, Maurice, “*Les bûchers de Sodome*”, FAYARD, Paris, 1986.

¹⁸⁹ O episódio “*Crime du Palace*”, amplamente noticiado e que tratava do assassinato do empresário e *showman* Georges Dufrenne, sabidamente homossexual, ilustra perfeitamente a delicadeza da tratativa midiática e social de pessoas homossexuais e de suas práticas sexuais. Para informações mais completas, consultar: TAMAGNE, Florence “*Le crime du Palace: Homosexualité, Médias et olitique dans la France des années 1930*”, *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, 2006/04, nº 53-4, pp. 128-149.

Em 1942, houve a introdução da “Lei de 06 de Agosto”, que modificava o art. 334 do Código Penal Francês, atribuindo-lhe a seguinte redação:

“L’alinéa 1º de l’article 334 du code pénal est modifié comme suit: «Sera puni d’un emprisonnement de six mois à trois ans et d’une amende de 200 à 60.000 fr.: « 1º Quiconque aura soit pour satisfaire les passions d’autrui, excité, favorisé ou facilite habituellement la débauche ou la corruption de la jeunesse de l’un ou de l’autre sexe au-dessous de l’âge de vingt et un ans, soit pour satisfaire ses propres passions, commis un ou plusieurs actes impudiques ou contre la nature avec un mineur de son sexe âgé de moins de vingt et un ans»”¹⁹⁰

Em tradução do dispositivo francês, tem-se a seguinte redação: “1º *Quem quer que, seja para satisfação de paixões alheias, estimule, promova ou facilite habitualmente a libertinagem e a corrupção de jovens de ambos os sexos menores de vinte e um anos, seja para satisfação das próprias paixões, cometa um ou vários atos impudicos ou contra a natureza com um menor de vinte e um anos*”, estaria sujeito às penas do *caput* do art. 334.

Como se pode depreender, a lei circunstanciava a sua aplicação à idade dos envolvidos, focando extensivamente no condicionamento da tipicidade do crime à idade dos envolvidos. O primeiro critério discriminatório que emerge do texto é o próprio estabelecimento de idade de consentimento e de retirada da tipicidade do crime: se por um lado, pessoas adultas maiores de vinte e um anos de idade poderiam ter práticas sexuais homossexuais entre si, o mesmo não valia para as atividades sexuais heterossexuais, pois para os crimes sexuais contra pessoas menores de idade de então, contava-se a idade de treze anos para relações entre o sexo oposto¹⁹¹.

A única proteção que a alteração oferece quanto à proteção de menores, independente do seu sexo biológico, é aquela relativa ao combate ao proxenetismo – aumentando a idade relativa às pessoas que pratiquem a *libertinagem*. Ainda assim, a proteção é contra o proxeneta, sendo que o adulto que se engaje em encontro sexual com pessoa menor de vinte e um anos do sexo oposto, não está

¹⁹⁰ Journal Officiel, 27 Août 1942, p. 2.922:

<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k96172828/f2.item.textelimage.zoom>

¹⁹¹ BONINCHI, Marc, *op. cit.*, pp. 156-158.

sujeito às penas da lei – o mesmo não pode ser dito do sistema instituído para encontros sexuais com pessoas do mesmo sexo, fazendo emergir a segunda nuance discriminatória: a continuidade da alínea garante tal criminalização para homens que façam sexo com homens e mulheres que façam sexo com mulheres.

O terceiro traço discriminatório da alínea se refere ao emprego da expressão: atos contra a natureza. Em primeiro lugar, a expressão é exclusivamente associada a atos de natureza homossexual – pois somente puníveis os atos contra a natureza realizados entre pessoas do mesmo sexo.

Ademais, a amplitude que advém da vagueza da expressão *contra a natureza* não fora obra do acaso: além da forte da influência do modelo alemão de legislação, o intento do legislador fora contemplar o maior espectro de ações possíveis, uma vez que a tradição doutrinária trazia o conteúdo, ainda que genericamente, de tais atos – como a masturbação, o sexo anal, o sexo oral e outras formas não reprodutivas de práticas sexuais¹⁹².

Em segundo lugar, o art. 334 se voltava exclusivamente à punição de atos de proxenetismo e de prostituição, marcados pela figura do *intermediário* – “*satisfaire les passions d’autrui*” (satisfazer desejos/paixões alheios) – e com a reforma da Lei de 06 de Agosto, o tipo penal é ampliado para abranger a conduta de “*satisfaire ses propres passions*” (satisfazer suas próprias paixões), logo, pessoas de desejos não heterossexuais têm seus desejos tornados equivalentes ao tipo penal próprio ao rufianismo, ainda que a satisfação de tais desejos esteja desvinculada da lógica de bordéis e da prostituição.

Assim, tem-se a construção de um paradigma de tipo penal que criminaliza atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo na França, em concomitância ao processo de independência do Líbano do Mandato Francês estabelecido pelo Acordo Sykes-Picot (1919). A reprodução de parcela dos textos normativos franceses pelos legisladores do recém-independente Líbano não é caso isolado, tampouco incomum.

Na realidade, a adaptação, por vezes impensada, e a reprodução de textos próprios dos Estados colonizadores ou ocupantes se tornou um instrumento

¹⁹² GARRAUD, R., “*Traité Théorique et Pratique du Droit Pénal*”, Quinto Tomo, 3ª edição, Librairie du Recueil Sirey, pp. 439-440.

útil a parcela dos Países que obtiveram sua independência durante o Século XX. As razões que conduziram a tais emulações são distintas, desde a manutenção de estruturas burocráticas à criação de sistemas que permanecessem privilegiando parcelas da sociedade colonial¹⁹³ – de toda sorte, o impacto fora a perpetuação e a diversificação de modelos persecutórios das mais variadas formas.

I.b O modelo adotado no Líbano

المادة 534

كل مجامعة على خلاف الطبيعة يعاقب عليها بالحبس حتى سنة واحدة.

Art. 534: Toute conjonction charnelle contre l'ordre de la nature sera punie de l'emprisonnement jusqu'a une annee.

Conforme já destacado acima, o artigo 534 do Código Penal Libanês possui a seguinte redação: *“Toute conjonction charnelle contre l'ordre de la nature sera punie de l'emprisonnement jusqu'a une année”*.

Para se realizar uma análise inicial do artigo, recorre-se à fragmentação de sua estrutura. Inicialmente, destaca-se o emprego da expressão *conjonction charnelle*. O termo eleito, em francês, tem um significado muito circunstanciado – o verbo *conjoindre*, implica a união, conjunção¹⁹⁴. Já a palavra **مُجَامَعَة** [mujāma'a] poderia ser traduzida como *coito, relação sexual*¹⁹⁵.

A ideia de penetração que emerge do termo *conjonction charnelle* não seria expressa pelo Código Francês: o código de 1810 – vigente até 1994 – que vigorava à época da elaboração do Código Libanês, não continha descrição do crime de estupro; inclusive, os crimes de atentado ao pudor (*attentat à la pudeur*) e estupro (*viol*) se encontravam no mesmo artigo, sem distinção entre si (art. 331)¹⁹⁶.

A definição de estupro veio por meio da doutrina que, ocupando-se da diferenciação entre os crimes do article 331, assim houve por bem estabelecer que o

¹⁹³ BLAZY, Adrien et CABANIS, André *“Droit colonial – droit des pays indépendans: continuité, discontinuité”*, Presses de l'Universitté Toulouse 1 Capitole, 2014, p. 1-5.

¹⁹⁴ LE ROBERT MICRO. **Dictionnaire de la langue française**, Le Robert, 2008, p. 267.

¹⁹⁵ OXFORD UNIVERSITY PRESS. **BAB.LA Arabic-English Dictionary**, Oxford University, <https://en.bab.la/dictionary/arabic-english/%D9%85%D8%AC%D8%A7%D9%85%D8%B9%D8%A9>.

¹⁹⁶ “Article 331. Quiconque aura commis le crime de viol, ou sera coupable de tout autre attentat à la pudeur, consommé ou tenté avec violence contre des individus de l'un ou de l'autre sexe, sera puni de la réclusion.” Acessado em 20.08.2018 e posteriormente em 11.06.2019: <http://ledroitcriminel.fr/la-legislation-criminelle/anciens-textes/code-penal-1810/code-penal-1810-3.htm>.

elemento do tipo que os aproxima é o emprego de violência; de outro lado, o elemento distintivo entre os dois crimes é o seu objetivo: se o estupro se caracteriza pela *conjunção carnal* ou ainda o *conhecimento carnal*¹⁹⁷, cujo objetivo claramente se volta ao ato de penetração; o atentado ao pudor não implica o intento do autor de manter relação de penetração, mas sim todas as demais ações que teriam o caráter de constranger a vítima em seus pudores¹⁹⁸.

Nas palavras de GARRAUD (1924, p. 469):

*“2083 Ceci posé, et en l’absence de toute définition précise donnée par le Code pénal, il résulte de ces précédents qu’on a toujours entendu par viol **le fait de connaître charnellement une femme sans la participation de sa volonté.** Les éléments constitutifs de ce crime consistent donc dans la **conjonction charnelle** comme but et dans l’emploi de la violence comme moyen. Ce crime suppose essentiellement le rapt brutal de l’honneur d’une femme.*

*2084 **Le coït illicite, comme but des violences coupables, tel est, en effet, l’élément qui distingue le viol de l’attentat à la pudeur.** Sans doute, il n’est pas nécessaire, pour l’existence du crime, que le coït ait été consommé, il suffit qu’il ait voulu et tenté. Mais tant que les actes de violence n’ont pas eu pour objet la conjonction illicite des sexes, ils ne sauraient être poursuivis sous la qualification de viol tenté ou consommé.”* (grifos nossos)¹⁹⁹

Segundo a mesma doutrina, o emprego de conjunção carnal como fator distintivo do estupro não é só a dignidade da *mulher* (proteção da *honra*), mas remete diretamente à proteção da família e à prevenção à bastardia – o que, em tese, excluiria uma potencial interpretação extensiva aos atos homossexuais, uma

¹⁹⁷ Recobra-se aqui o sentido apresentado bíblico do verbo conhecer: “E conheceu Adão a Eva, sua mulher, e ela concebeu e deu à luz a Caim”; “E conheceu Caim a sua mulher, e ela concebeu, e deu à luz a Enoque”; “Elcana conheceu a Ana sua mulher” (Gn. 4:1, 17; 1 Sm. 1:19). Sentido do verbo *conhecer* já dicionarizado em verbete com entrada própria: <https://dicionario.priberam.org/conhecer>.

¹⁹⁸ IACUB, Marcela, “Le sexe des imbéciles”, Flammarion, Paris, 2002, pp. 69-70; et GARRAUD, René “*Traité Théorique et Pratique du Droit Pénal*”, Quinto Tomo, 3ª edição, Librairie du Recueil Sirey, pp. 468-470.

¹⁹⁹ Em tradução livre: 2083 Isto posto e na ausência de qualquer definição precisa do Código Penal, tem-se os precedentes dos quais sempre se há valido para a compreensão de estupro o **fato de conhecer carnalmente uma mulher sem o seu consentimento**. Os elementos constitutivos de tal crime consistem então na **conjunção carnal** como objetivo e no emprego de violência como meio. O crime pressupõe essencialmente o rapt brutal da honra de uma mulher.

2084 **Com efeito, o coito ilícito é, como objetivo da violência culpável, o elemento que distingue o estupro do atentado ao pudor**. Sem dúvidas, não é necessário que o coito seja consumado, basta que se tenha o intento [dolo] e se tenha tentado. Contudo, os atos de violência que não tenham tido por objeto a conjunção ilícita dos sexos [genitália], não serão perseguidos sob a qualificação de estupro, tentado ou consumado.”

vez que não teriam o condão de produzir fecundação, logo não seriam irruptivos da linearidade e ascendência familiares.

Desta feita, no contexto de emergência do Código Penal Libanês, as duras críticas ao tipo penal vazio de estupro e as reflexões acerca da construção de um conceito para o crime já haviam florescido e se consolidado, influenciando a elaboração do modelo de código libanês²⁰⁰.

Quanto à topologia normativa, o art. 534 se encontra no Capítulo Sete do Código Penal Libanês, intitulado “Dos crimes contra a moralidade e a moral pública”, que é inaugurado pelo crime de estupro (artigo 503) e se encerra pelo conjunto de artigos que tratam do crime de aborto (artigos 539 a 546). A gama de crimes englobados no capítulo não faz menção exclusivamente à natureza de regulação das práticas violentas à sexualidade que se denota. Há no meio crimes de ultraje público (artigo 531), cujos meios de realização incluem obras de arte, textos acadêmicos, letras de músicas (artigo 209).

A relevância da topologia do crime inserido traduz o sentido apropriado por seus legisladores: a sexualidade, enquanto violada, diz respeito à ordem pública e está sujeita à interpretação de ultraje a ela conferida pelos meios investigatórios e policiais do aparato do Estado. Conquanto, como se verá, a integridade sexual seja amplamente protegida pelos tipos penais, há que se fazer a ponderação acerca da natureza de vigilância da sexualidade como objeto de controle, não do indivíduo, mas da coletividade, como elemento compositor da ordem pública.

Considerando-se então o cenário apresentado tem-se que o legislador libanês elegeu um tipo penal composto de elementos relativos à concepção doutrinária de estupro (*conjonction charnelle*), cujo sentido, seja no emprego da palavra árabe, seja no emprego da expressão francesa, remete diretamente ao ato de relacionar-se sexualmente (penetração), incorporando formas de penetração não heterossexuais.

²⁰⁰ No Código Penal Libanês, a expressão conjunção carnal não se vê reproduzida no tipo penal do estupro (*المادة 503*), que foca na questão relativa ao ato sexual fora do matrimônio (*hors mariage*). O tipo penal do estupro, apresentado no art. 503 do Código Libanês nos remete à concepção de uma figura criminal híbrida, de um adultério mediante estupro, ou vice-versa – o que faz excluir a figura do *estupro intramatrimonial*.

“Art. 503: Quiconque, a l'aide de violences ou de menaces, aura contraint une personne a l'acte sexuel hors mariage, sera puni des travaux forces a temps pour cinq ans au moins. La peine ne sera pas inferieure a sept ans si la victime n'avait pas quinze ans revolus.”

Voltando-se à expressão *contre l'ordre de la nature*, no árabe *على خلاف الطبيعة*, é notável a inspiração advinda do artigo 334 do Código Penal Francês, que, por sua vez, tomou em parte as disposições do Código Alemão (§175, seja aquele elaborado em 1871, seja o parágrafo mais extenso de 1935) como modelo, perpetuando-se a expressão *contra a natureza*, a despeito da vagueza de sua expressão – o que garantia uma cobertura *maior* de atos criminalizados.

Ao contrário do que se lê no art. 334 do Código Penal Francês, o dispositivo do Código Libanês não faz referência expressa ao sexo biológico das pessoas envolvidas em tais atos contra a natureza, o que o torna mais amplo em certo sentido. Secundariamente, o art. 534 do Código Libanês não estipula o limite de idade presente no Código Penal Francês (21 anos), logo, o que se tem é a criminalização de atos sexuais contra a natureza indiscriminadamente aplicada.

Desta forma, os atos sexuais ditos contra a ordem da natureza, cometidos entre adultos, consensualmente, e de forma privada, encontram-se criminalizados pelo art. 534, excluindo-se a *ratio legiferandi* da criminalização francesa – que se voltava grossamente à *proteção da juventude* como acima analisado.

Segundo estudo de SAGHIYEH (2009, pp. 37-40), o emprego da expressão *contra a ordem da natureza* segue racionalidade sistêmica de outras disposições do próprio Código Penal Libanês, trazendo elementos de outros tipos penais para análise. O autor afirma que elementos como a proteção à ascendência familiar, a idade, o gênero e a proteção ao casamento integram um sistema no qual se integra o artigo 534, cuja função essencial é a “preservação da ordem supostamente natural” – parte dos quais já se encontrava na análise doutrinária francesa do crime de estupro, conforme relatado.

Essencialmente, há dois elementos no tipo penal do artigo 534 – a *conjunção carnal / coito* e sua *contrariedade à ordem da natureza*. Quando se considera tais elementos, faz-se o questionamento levantado por SAGHIYEH: outros elementos comporiam o tipo?

Quanto ao consenso²⁰¹, o Código Penal Libanês dispõe de artigo próprio para o crime de estupro somente contra mulheres (artigo 503) e de tipo próprio para o crime de atentado ao pudor ou *atos indecentes* (artigo 507). Assim, as disposições genéricas dos artigos 503 e 507 são protetivas contra atos de penetração e atos impudicos ou indecentes, contra pessoas de ambos sexos, com destaque à aplicação do estupro exclusivamente para mulheres.

O destaque aos tipos penais do estupro e do atentado ao pudor é a convergência de ambos na criminalização de condutas contra a dignidade sexual da vítima nas quais haja o emprego de *violência* ou de *ameaça* (“*a l’aide de violences ou de menaces*” – expressão idêntica nos dois tipos penais) para *constranger* (“*aura contrainst*”) alguém à realização do ato.

Desta maneira, os dois tipos penais tratam diretamente da violação a partir da perspectiva da ausência de consentimento.

Quanto à idade e ao gênero²⁰², as disposições específicas sobre idade da vítima de *estupro* ou de *atentado ao pudor*, se encontra nos artigos 505 e 509, sem que haja distinção de gênero, somente valendo-se dos critérios de idade.

²⁰¹ Capítulo Sete do Código Penal Libanês, Crimes contra a Moralidade e a Moral Pública: <http://www.legiliban.ul.edu.lb/LawArticles.aspx?LawTreeSectionID=263843&LawID=244611&language=ar>. É necessário atentar-se ao fato de que houve alterações na legislação referentes aos crimes contra a dignidade sexual em 2017.

“Art. 503: Quiconque, a l’aide de violences ou de menaces, aura contrainst une personne a l’acte sexuel hors mariage, sera puni des travaux forces a temps pour cinq ans au moins. La peine ne sera pas inferieure a sept ans si la victime n’avait pas quinze ans revolus.”

“Art. 507: Quiconque, a l’aide de violences ou de menaces, aura contrainst une personne a subir ou a faire un acte contraire a la pudeur, sera puni des travaux forces a temps pour une duree qui ne sera pas inferieure a quatre ans. Le minimum de la peine sera de six ans si la victime n’avait pas quinze ans revolus.”

²⁰² Capítulo Sete do Código Penal Libanês, Crimes contra a Moralidade e a Moral Pública: <http://www.legiliban.ul.edu.lb/LawArticles.aspx?LawTreeSectionID=263843&LawID=244611&language=ar>. É necessário atentar-se ao fato de que houve alterações na legislação referentes aos crimes contra a dignidade sexual em 2017.

“Art. 505: Toute personne qui aura commis l’acte sexuel avec un mineur de moins de quinze ans sera puni des travaux forces a temps. Le minimum de la peine sera de cinq ans si l’enfant n’avait pas douze ans revolus.”

“Art. 509: quiconque aura commis sur un mineur de moins de quinze ans ou l’aura porte a commettre un acte contraire a la pudeur, sera puni des travaux forces a temps. La peine ne sera pas inferieure a quatre ans si l’enfant n’avait pas douze ans revolus.”

“Art. 519: Celui qui aura porte la main de facon impudique, ou commis un acte analogue d’impudicite sur un mineur, de l’un ou l’autre sexe de moins de quinze ans ou sur une femme ou fille de quinze ans ou plus sans son consentement, sera puni d’un emprisonnement qui n’exedera pas six mois.”

O próprio elemento compositivo da idade varia nos artigos. O art. 505 prevê a idade de quinze anos para punição nos casos de estupro (*acte sexuel*), e impõe aumento de pena, acaso a vítima – independente de seu sexo biológico – seja menor de doze anos.

O artigo 509 prevê o mesmo critério etário para a comissão de atos *impudicos* ou *indecentes* – quinze anos como idade base e aumento de pena nos casos em que a vítima seja menor de doze anos de idade.

O artigo 519 do mesmo Código prevê ainda um dispositivo diferenciado, a criminalização de comportamento inapropriado dirigido a pessoas menores de quinze anos – ou mulheres de quinze anos completos – qual seja: “*Celui qui aura porte la main de facon impudique, ou commis un acte analogue d'impudicite sur un mineur [...]*”.

A expressão “*porter la main sur quelqu'un*” pode ser traduzida por *tocar alguém*²⁰³. Via de regra, o toque de maneira indecente de um menor de quinze anos poderia ser considerado um *atentado ao pudor*, no entanto, o legislador libanês houve por bem detalhar mais o comportamento criminalizado – atribuindo-lhe, inclusive, pena significativamente inferior àquela aplicada ao *atentado ao pudor* (atentado ao pudor contra menor – trabalhos forçados; toque inapropriado – aprisionamento de até seis meses). A mesma reflexão se destina à análise do artigo 520 do Código, segundo o qual a mera proposição de ato indecente ou atentatório ao pudor a vítima de idade inferior a quinze anos completos é crime passível punição por detenção e/ou aplicação de multa²⁰⁴.

O recorte especial fornecido ao gênero, para vítimas mulheres e mulheres menores de idade permeia, particularmente, o Capítulo sob análise, dado que a referência à vítima mulher é constante e recortes interseccionais entre gênero, idade e *status*, são retratados nos tipos penais, tal como exemplificado no artigo 518, que instituiu o crime de defloração de jovem seduzida e prometida em casamento.

“Art. 518: Quiconque, ayant seduit une fille par promesse de mariage, l'aura deflore, sera puni, si le fait ne comporte pas une peine plus forte, de l'emprisonnement jusqu'a six mois et d'une amende de cent livres au plus ou de l'une ou l'autre de ces peines. Les seules prevues qui pourront etre admises contre le coupable seront, outre l'aveu, celles resultant de lettres ou autres pieces ecrites par lui.”

²⁰³ LE ROBERT MICRO. **Dictionnaire de la langue française**, Le Robert, 2008, p. 1025..

²⁰⁴ “Art. 520: Celui qui aura fait a un mineur n'ayant pas accompli sa quinzieme annee une proposition contraire a la pudeur, ou lui aura adresse des propos indecents, sera puni des arreets, ou d'une amende de vingt-cinq livres au plus, ou des deux peines cumulativement”

Quanto à capacidade da vítima e dos meios empregados (não só violência e constrangimento)²⁰⁵, destaca-se que os artigos 504 e 508 preveem tipo penal específico para os crimes de *estupro* e de *atentado ao pudor* contra pessoas que possuam limitações física ou psicológica, adicionando a estes tipos além dos meios de emprego de *violência* ou de *ameaças*, o emprego de *meios fraudulentos*.

Destaca-se também os artigos 506 e 510, em cujas redações se identifica a criminalização de atos sexuais e atos atentatórios ao pudor cometidos em vítimas entre quinze e dezoito por familiares e pessoas da linha ascendente do adolescente, sem distinção de gênero.

Igualmente destacável que os artigos 506 e 510 que aplicam a mesma pena para os crimes (*actes sexuels* e *acte contraire a la pudeur*) mencionados se a violação ocorrer em razão de abuso de autoridade decorrente de múltiplas situações de poder entre a vítima e o autor: abuso de poder religioso, patronal e funcional.

Assim, se há proteção específica para “atos de indecência” e “coito”, com recortes específicos de gênero, de idade, de consenso e de capacidade, que consideram ainda o emprego de violência, de ameaça, de fraude ou de abuso de poder, ou, na sua ausência, a presunção contida em elementos objetivos (idade, por exemplo), o que estaria relegado ao crime do art. 534?

Considerando-se toda a análise delineada acima, a *contrariedade da ordem da natureza* se mostra o elemento mais relevante do tipo, seja em razão da extensão de outros tipos penais que contêm elementos igualmente abertos (*atos*

²⁰⁵ Capítulo Sete do Código Penal Libanês, Crimes contra a Moralidade e a Moral Pública: <http://www.legiliban.ul.edu.lb/LawArticles.aspx?LawTreeSectionID=263843&LawID=244611&language=ar>. É necessário atentar-se ao fato de que houve alterações na legislação referentes aos crimes contra a dignidade sexual em 2017.

“Art. 504: Encourra les travaux forces a temps quiconque aura accompli l'acte sexuel hors mariage avec une personne hors d'etat de resister par suite d'une insuffisance physique ou psychique, ou de l'emploi a son egard de moyens frauduleux.”

“Art. 506: L'acte sexuel commis avec un mineur de quinze a dix-huit ans par son ascendant legitime ou naturel, son allie dans la ligne ascendante et toutes personnes exerçant sur lui une autorite legale ou de fait ainsi que par les serviteurs des dites personnes , sera puni des travaux forces a temps. La meme peine sera prononcee si le coupable est un fonctionnaire ou un ministre du culte, ou bien le gerant ou l'employe d'un bureau de placement, et a commis le fait par abus de l'autorite ou des facilites que lui procurent sa fonction.”

“Art. 508: Sera puni des travaux forces a temps pour dix ans au plus, quiconque, par l'emploi de moyens frauduleux, ou profitant de l'infirmité physique ou psychique d'une personne, aura commis sur elle ou l'aura portee a commettre un acte contraire a la pudeur.”

“Art. 510: Toute personne de la qualite mentionnee a l'article 506 qui aura commis sur un mineur de quinze a dix-huit ans, ou l'aura porte a commettre un acte contraire a la pudeur, sera passible de travaux forces pour un temps ne depassant pas dix ans.”

indecentes, atentados ao pudor, agir imodestamente), seja pela proteção específica que conferem (*ausência de consento, especificidade de gênero, especificidade de idade, abuso de poder patriarcal, patronal, funcional e religioso*).

A conduta sexual contrária à ordem da natureza, independentemente do consento expressado pelas partes, sendo aos maiores e capazes e livres para sua decisão, permanece criminalizada pelo artigo 534. Considerando-se a apresentação do sistema legal penal libanês, no que tange às liberdades sexuais e a criminalização das condutas, o escopo de aplicação da *contrariedade à ordem natural* circunstancia os valores de preservação da família, da genealogia e ascendência, e do respeito aos costumes e à *ordem pública*.

A *ordem natural* é apresentada como a procriadora, tendo por seu oposto a sodomia, a prostituição, a bestialidade, a necrofilia e a masturbação. Se circunstanciada em matrimônio ou não, a procriação é preservada e os atentados à sua integridade, como a defloração e o estupro fora do casamento (*hors mariage*), são criminalmente coibidos.

Resgatando-se a doutrina europeia apresentada, tem-se o resumo apresentado por GARRAUD (1924, T. V, p. 439-440):

“Le droit romain n'avait prévu pour punir les [actes anti physiologiques, les inversions de l'instinct sexuel] que les rapports homme à homme (...) le droit impérial prescrit la peine de mort (...) **L'immoralité contre nature ne paraît pas avoir été inconnue des Germains**, la Caroline prononce la mort par le feu (...) **Le droit commun germanique étend l'incrimination des actes contre nature punissables à la sodomia contra ordinem naturae**, c'est-à-dire à toutes relations sexuelles contre nature entre hommes et femmes, à l'onanisme, à la souillure des cadavres etc.”

“2069. Les législateurs anciens étaient unanimes dans leur appréciation. Pour eux, il ne s'agissait pas seulement dans ces actes [actes anti physiologiques, inversions de l'instinct sexuel] **d'aberrations pathologiques ou de vices, relevant de la conscience, mais bien de crimes monstrueux, relevant de la loi**. Au siècle dernier [en France], on brûlait les sodomistes en place de grève, on pendait les coupables en Amérique (...) La loi anglaise punit encore du hard labour ceux qui se rendent coupables de sodomie ou de bestialité (...) le code pénal hongrois considère

comme crime le coït contre nature c'est-à-dire avec des animaux et avec des personnes du même sexe [...]” (**grifos nossos**)²⁰⁶

A racionalidade legislativa preserva a semelhança entre a análise do doutrinador francês e os modelos de criminalização encontrados no Código Penal Libanês, assim adotando a expressão que fora empregada em diversas legislações europeias para caracterizar a concepção de *natural* como a relação sexual entre homem e mulher, considerando biologia a função procriadora do sexo, preferencialmente dentro da relação matrimonial, buscando-se punir as circunstâncias distintas das desejadas pela moral pública (defloração, sedução e prostituição).

I.c A aplicação do art. 534: análise de casos e de relatos

A presente análise busca a compreensão da forma de aplicação do artigo 534, seu impacto na vida quotidiana de pessoas GB libanesas, o uso do aparato de repressão policial, as instruções investigativas, a atuação dos Promotores e a análise do Judiciário.

Em primeiro lugar, no entanto, cabe a ressalva metodológica necessária: dada a dificuldade de acesso à parcela massiva de processos e de decisões, bem como a ausência de publicidade de relatórios policiais de detenção e de investigação, a análise presente não se pretende taxativa, tampouco apelativa à generalização e à assertividade – seria cientificamente tacanho fazê-lo. O que se buscará com a análise é a compilação de dados encontrados em pesquisa, para a possível evidenciação de traços de perenidade ou reiteração na aplicação do artigo 534 da vida dos libaneses.

A investigação e a detenção em flagrante do crime do art. 534 fica a cargo das Forças Internas de Segurança Libanesas – FIS²⁰⁷, submetidas ao Ministério do

²⁰⁶ Em tradução livre: “O Direito Romano não previra a punição de atos anifisiológicos, as inversões do instinto sexual, que incluíssem homens se relacionando com homens (...) O Direito Imperial prescrevia a pena de morte. **A imoralidade contra a natureza não era desconhecida dos Germânicos**, a Lex Carolina pronuncia a morte pelo fogo (...) **O Direito Comum Germânico estende a incriminação dos atos contra a natureza puníveis como a sodomia contra ordinem naturae**, isto é, todas as relações contra a natureza entre homens e mulheres, o onanismo, a necrofilia, etc.”

²⁰⁶⁹. Os legisladores antigos foram unânimes na sua apreciação. Para eles, não se tratava somente de **aberrações patológicas ou de vícios, concernentes à consciência, mas sim de crimes monstruosos, concernentes à lei**. No Século Passado [na França], os sodomitas eram queimados em praça pública, na América, eram enforcados (...) A Lei Inglesa punia com trabalhos forçados aqueles acusados de sodomia ou de bestialidade (...) o Código Penal Húngaro considera crime o coito contra natureza, isto é, aquele com animais ou pessoas do mesmo sexo [...]

Interior e subdivididas em unidades específicas²⁰⁸. Na estrutura interna da FIS, encontra-se a Polícia Judicial que, por sua vez, possui em seu organograma a Divisão Geral de Investigações Criminais²⁰⁹ – esta é responsável pela investigação de: (a) repressão às drogas; (b) repressão a apostas; e (c) proteção à moral. A Divisão de Proteção à Moral é a responsável pela investigação dos crimes do art. 534.

A divisão do aparato de repressão policial, por si só, já amplifica o que os estudos quantitativos e qualitativos abaixo reproduzem: a associação do crime do art. 534 à proteção da moral implica em sucessivos relatos policiais que imprimem características morais de *degradação da moral pública* associados à homossexualidade²¹⁰ – assim, a própria estrutura do aparato policial atua no processo de invisibilização da população LGBT, na estruturação de narrativas que perpetuam o ideário de *anormalidade* e de *subversão* das práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo.

I.c.1 Da detenção

A organização não-governamental Human Rights Watch compilou, em seu estudo “*It’s part of the job*”²¹¹, violações de direitos humanos de grupos vulneráveis em delegacias de polícia libanesas. Dentre os grupos eleitos, estão profissionais da prostituição, usuários de drogas e pessoas LGBT²¹². Em sendo uma pesquisa quantitativa, há que se considerar que dimensão do recorte estatístico é limitada, tendo-se em vista que foram entrevistadas 52 pessoas, de todos os grupos vulneráveis apresentados – o recorte geográfico, no entanto, é representativo e suficiente²¹³.

²⁰⁷ <http://www.isf.gov.lb/en>

²⁰⁸ <http://www.isf.gov.lb/en/article/200/Staff>

²⁰⁹ <http://www.isf.gov.lb/en/article/149/Judicial-Police>

²¹⁰ *Crackdowns* em boates e cinemas adultos atribuem à homossexualidade o caráter de subversão; investigação de pessoas homossexuais associadas a rituais satânicos; dentre outras.

²¹¹ HUMAN RIGHTS WATCH “*It’s part of the job – Ill-treatment and Torture of Prisoners in Lebanese Police Stations*”, 2013.

²¹² O estudo usa a terminologia “homosexuality” e “homosexuals” para a definição do grupo estudado. No entanto, como se nota da leitura do estudo, há violações de direitos humanos de pessoas transgêneras e *gender non conforming*, o que aumenta o escopo do grupo estudado, para além de fornecer uma perspectiva relevante da relação entre persecução pelo aparato policial de força do Estado Libanês e a identidade de gênero e a expressão de gênero performadas pelas pessoas perseguidas.

²¹³ Foram conduzidas entrevistas de pessoas presas e processadas em Beirute, Tripoli, Sidon, Zahleh e Baabda - cidades representativas de todas as regiões cardinais, representatividade de seis das oito

Na evolução da narrativa apresentada pela ONG, nota-se que a perseguição policial de pessoas GB no Líbano é lateral e voluntarista: dos casos apresentados, poucos representam flagrantes policiais de pessoas performando atos sexuais – dentro dos relatos descritos, nenhum contém relato de ato de penetração explícito, tal qual prevê o tipo penal do artigo 534 do Código Libanês. Dos relatos apresentados, depreende-se que as prisões em flagrante constantemente referem-se à percepção da orientação sexual dos detidos, não à comissão do ato tipificado no artigo como crime (*conjunção carnal contrária à ordem da natureza*).

Dentre as narrativas apresentadas, relatos de pessoas detidas provisoriamente pela polícia, para investigação, transparecem a ausência de perseguição específica de pessoas GB. Dentre os entrevistados, somente um homem gay estava, de fato, na presença de seu companheiro, e outro fora detido em uma região conhecida pelo flerte entre homens. Os demais casos compreendem a dimensão da ausência de investigação específica: uma pessoa procurada por tráfico de drogas, outra pessoa cujo irmão era procurado por tráfico de drogas, ambos acusados detidos e posteriormente acusados de *sodomia*²¹⁴.

Em um exemplo mais pitoresco, um jovem fora detido e submetido a “exame da cavidade anal” após sua mãe reportar à polícia que seu filho “estava agindo como uma mulher” – e que a polícia deveria detê-lo “por uma noite, para assustá-lo”.²¹⁵

A mesma análise sobre a detenção randômica e desprovida de investigação prévia sobre a comissão do crime do art. 534, é destacada por WHITACKER (2011, p. 152):

“Article 534 tends to be invoked against gay and lesbian people who are suspected of unrelated crimes. One example was a case in 2002 when police raided the home of a lesbian whose mother had filed a

governadorias do Líbano e quatro das dez cidades libanesas mais populosas. Fontes: <https://data.worldbank.org/country/lebanon/> / <https://www.worldatlas.com/articles/the-biggest-cities-in-lebanon.html>.

²¹⁴ HUMAN RIGHT WATCH. *op. cit.*, pp. 30 e 38.

²¹⁵ HUMAN RIGHT WATCH. *op. cit.*, p. 12.

*complaint accusing her of stealing the mother's jewellery – and found her with another woman.*²¹⁶

O que se evidencia das informações pesquisadas é que a atuação das Forças Internas de Segurança Libanesas operam “discretamente” para a implementação de investigação sobre violação do art. 534. Em março de 2015, a ONG LGBT libanesa HELEM²¹⁷ em conjunto com *Arab Foundation for Freedoms and Equality* (AFE)²¹⁸, apresentou o Relatório Especial (*shadow report*) à 23ª Sessão do Escritório do Alto Comissariado para Direitos Humanos da ONU, no segundo ciclo da Revisão Periódica Universal do Líbano²¹⁹, no qual aponta a arbitrariedade de detenções de pessoas de orientação sexual não heterossexual, ou ainda a percepção de orientação sexual, e o alto grau de abuso de poder e de violência que essas pessoas sofrem quando detidas.

No mesmo estudo, HELEM aponta que as pessoas detidas têm seus celulares confiscados e que agentes policiais pressionam os detidos a informar nomes e dados de outras pessoas GB que conheçam, a informação é confirmada pelo Relatório da Human Rights Watch²²⁰.

Em 2017, na 120ª Sessão²²¹, em Relatório Especial (*shadow report*) submetido à apreciação do Comitê de Direitos Humanos²²², a ONG LGBT libanesa HELEM apresentou os seguintes dados²²³: a aleatoriedade das detenções sob suspeitas de *comportamentos sexuais contra a ordem da natureza* se perpetua na atuação da força policial, ou seja, trata-se de *percepção* da orientação sexual da pessoa detida, a partir de caracteres exteriores de *não conformidade* e de *expressão*

²¹⁶ WHITACKER, BRIAN “*Unspeakable love: Gay and Lesbian Life in the Middle East*” SAQI Books, 2ª ed., Londres, 2011. Em tradução livre: “O artigo 534 tende a ser invocado contra gays e lésbica que sejam suspeitos de outros crimes não relacionados [ao art. 534]. Um exemplo foi um caso, ocorrido em 2002, quando a polícia fez uma batida na casa de uma mulher lésbica cuja mãe havia acusado de ter roubado suas jóias – a polícia encontrou a mulher acusada com outra mulher.”

²¹⁷ <https://www.facebook.com/helemlebanon/>.

²¹⁸ <http://afemena.org/>.

²¹⁹ <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G15/176/04/PDF/G1517604.pdf?OpenElement>

²²⁰ HRM, *op. cit.*, p. 26.

²²¹ https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/15/treatybodyexternal/SessionDetails1.aspx?SessionID=1119&Lang=en

²²² O Comitê de Direitos Humanos integra um grupo de especialistas eleitos que se reúne para a apreciação de demandas e de sua implementação para a promoção da Convenção Internacional de Direitos Civis e Políticos. <https://www.ohchr.org/en/hrbodies/ccpr/pages/ccprindex.aspx>

²²³ https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CCPR/Shared%20Documents/LBN/INT_CCPR_ICO_LBN_271_52_E.pdf.

de gênero. HELEM traz ainda os dados de aprisionamento crescente durante o período de 2012 a 2016²²⁴.

Em situação semelhante à retratada no parágrafo anterior, a ONG PROUD LEBANON apresentou seu Relatório Especial (*shadow report*)²²⁵ no qual relata as mesmas impressões pronunciadas nos demais relatórios, quanto à arbitrariedade das prisões pautadas em “*comportamentos suspeitos*” de expressão de gênero e de comportamentos de não conformidade da dinâmica heteronormativa e binária. O Relatório ainda acrescenta o componente de vulnerabilidade social das pessoas GB que ficam sujeitas a chantagens e estelionatos de pessoas que ameaçam “denunciá-las”.

A ausência de uma política criminal específica de persecução e de investigação da comissão do crime do art. 534 não implica na ausência de persecuções coletivas em locais conhecidos socialmente por serem frequentados por pessoas GB – há relatos de detenção coletiva, denominada *crackdown*, em um cinema de conteúdo adulto²²⁶, em uma casa de banho turco²²⁷ e em uma boate privada²²⁸. De toda sorte, o caráter de aleatoriedade permanece: dos casos estudados de detenções coletivas e batidas policiais, todos advieram de denúncias realizadas, em sua grande maioria, por pessoas de influência política, midiática e comunitária²²⁹.

²²⁴ A seguinte Tabela foi apresentada pela organização:

ANO	NÚMERO DE PESSOAS APRISINADAS
2012	43
2013	57
2014	63
2015	76
2016	76

A despeito da relevância do trabalho desenvolvido por HELEM, de estudo e de ativismo, desde 2003, os constantes da tabela não foram apresentados em conjunto com a sua fonte primária, logo, há que se tomar o apresentado com a devida cautela.

²²⁵ https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CCPR/Shared%20Documents/LBN/INT_CCPR_ICO_LBN_272_60_E.pdf.

²²⁶ <https://www.dialogai.org/actualites/2012/07/liban-offensive-televisee-contre-les-gays-dans-les-cinemas-pornos/>

²²⁷ <https://www.gaystarnews.com/article/police-raid-lebanon-bathhouse-arrest-27-men-gay-sex-claims130814/#gs.ifc08x>

²²⁸ <https://globalvoices.org/2013/05/08/lebanon-scandal-breaks-out-over-homophobic-raid-in-dekwaneh/>

²²⁹ Casos consultados:

https://www.justice.gov/sites/default/files/pages/attachments/2015/09/29/lbn102624.fe_.pdf

I.c.2 Do tratamento dispensado aos detidos e da investigação

O Relatório da Human Rights Watch²³⁰ se debruça especificamente sobre as ações tomadas pelas forças policiais quando da detenção de pessoas GB e transgêneras. A ONG destaca o emprego em larga escala de violência física, psicológica e material contra pessoas detidas.

Os relatos de violência policial são extensos. O tratamento mais constantemente evidenciado é o uso de violência física contra as pessoas de sexualidade não heterossexual, ou assim percebida, com o objetivo de extração de informações, confissões, de incriminação de outras pessoas ou ainda para evitar que pessoas detidas denunciem as próprias violações²³¹.

Um estudo realizado pelo Lebanese Center for Human Rights (CLDH), em 2011, demonstrou que o objetivo principal do emprego de violência é a extração de confissões das pessoas detidas²³².

Os relatos de emprego de violência física incluem espancamentos constantes, tendo os policiais se valido de cabos de energia elétrica, pedaços de madeira e canos de ferro. Pessoas detidas reportaram o emprego da técnica chamada *farrouj* – um prato de frango assado – na qual um indivíduo é suspenso no ar e amarrado pelas mãos e pés em volta de uma barra de ferro²³³. Há relatos de pessoas que levaram choques, foram obrigadas a ficar descalças ou desnudas, obrigadas a ficar em pé e lhes foram negados acesso a seus pertences pessoais, a medicamentos, a tratamento médico e a alimentação.

<https://ilga.org/wp-content/uploads/2016/02/Shadow-report-22.pdf>
<https://globalvoices.org/2013/05/08/lebanon-scandal-breaks-out-over-homophobic-raid-in-dekwaneh/>
<https://www.gaystarnews.com/article/police-raid-lebanon-bathhouse-arrest-27-men-gay-sex-claims130814/#gs.ifc08x>
<https://www.dialogai.org/actualites/2012/07/liban-offensive-televisee-contre-les-gays-dans-les-cinemas-pornos/>
<https://www.hrw.org/news/2019/02/11/lebanon-no-justification-lgbt-crackdown>
<https://ilga.org/crackdown-on-lebanon-gays>
<https://www.gaystarnews.com/article/lebanon-arrests-36-men-gay-porn-cinema290712/#gs.igdzt7>
<https://www.youtube.com/watch?v=Q8lQWqkADo0>
<https://www.youtube.com/watch?v=tgodayMylLM>.

²³⁰ HRM, *op. cit.*

²³¹ HRM, *op. cit.*, p. 20.

²³² LEBANESE CENTER FOR HUMAN RIGHTS, “*Torture and Arbitrary Detention: The bitter reality of Lebanon*” 2011, p. 12.

<https://case2769.files.wordpress.com/2011/03/torture-and-arbitrary-detention-engl.pdf>

²³³ Semelhante ao pau de arara no Brasil.

O tratamento abusivo segue e no interregno das detenções, a investigação contra as pessoas detidas se inicia – justamente pela aleatoriedade que conduz as detenções, a polícia raramente possui provas do crime alegado e se pauta largamente no emprego de dois instrumentos probatórios para a acusação: a realização de testes anais em homens gays e mulheres transgêneras e a assinatura de confissões pelos detidos.

Realização de exames anais

Quanto à aplicação de teste anal, há que contextualizar sua aplicação. Os testes são conduzidos a partir de uma análise do períneo e da cavidade anal, por vezes seguida inserção de dedos pelo médico conduzindo o exame ou algum instrumento equivalente para checagem de sinais de dilatação²³⁴.

De acordo com Relatório da HUMAN RIGHTS WATCH, entre os anos de 2011 e 2015, ao menos oito países (Camarões, Egito, Líbano, Quênia, Tunísia, Turcomenistão, Uganda e Zâmbia) têm registro da utilização dos exames anais realizados em pessoas suspeitas de atos homossexuais como *prova incriminadora*; e, pelo mesmo relatório, a justificação e a base teórica médicas para a aplicação do exame se voltam ao trabalho do médico francês Ambroise Tardieu.

O trabalho de Tardieu intitulado “*Étudo Médico-legales sur les attents aux mœurs*” – Estudo Médico-legal sobre os Atentados à Moral – foi inicialmente publicado em 1857²³⁵. O autor dedica o Terceiro Capítulo da obra a conteúdo específico sobre a *pederastia*, *sodomia* e as *deformações corporais* que delas advêm²³⁶. No trabalho, há que se destacar o que informa TARDIEU (1859; pp. 161-184): o autor, a partir de análise de casos e da compilação de literatura anterior, afirma existirem traços característicos²³⁷ da prática de sexo anal, seja passiva, seja ativamente.

²³⁴ HUMAN RIGHTS WATCH, “*Dignity Debased: Forced anal examinations in homosexuality prosecutions*”, 2016, p. 32.

²³⁵ A terceira edição do livro, publicada em 1859, está disponível no site de digitalizações (*Gallica*) da Bibliothèque National de France.

²³⁶ TARDIEU, Ambroise “*Étudo Médico-legales sur les attents aux mœurs*”, J. B. Baillière, Paris, 1859, pp. 119-189.

²³⁷ Apesar de desenvolver e se estender sobre os traços de habitualidade de práticas de *pederastia/sodomia*, o autor inicia sua análise com o seguinte alerta: “*Quoique non absolument constants; la plupart sont cependant caractéristiques*” – em tradução livre: “*Ainda que não*

TARDIEU afirma que a cavidade anal das pessoas praticantes de penetração anal passiva se deforma, havendo relaxamento excessivo do ânus, e que a região externa ao ânus se deforma em forma cônica, com o afundamento da área. Pontua o autor francês que o ânus penetrado apresenta fissuras e lacerações, escoriações e possíveis outras feridas, além de haver redução da responsividade dos músculos do glúteo. Quanto ao praticante ativo, TARDIEU afirma que a penetração anal tende a deformar o pênis, que fica mais grosso em sua base e mais longo, além de a glândula sofrer deformações que a assemelham ao pênis canino.

No Líbano, os principais objetivos do exame são: (a) detalhar e analisar o ânus e a região circundante – com base no diagnóstico de Tardieu; (b) menos comumente, analisar as características do pênis e as capacidades de ereção; e (c) buscar traços de sêmen na região anal, virilha e coxas²³⁸.

A aplicação do exame em pessoas detidas pelo crime do art. 534 foi documentada por diversas entidades, apesar do amplo descrédito atribuído à sua cientificidade. HUMAN RIGHTS WATCH dedicou um Relatório inteiro à temática, no qual consta menção ao Líbano e à prática pelas autoridades locais.

Em 2012, em uma operação policial no “Cinema Plaza”, em Beirute, e televisionada pelo canal LBC, trinta e seis homens suspeitos do crime do artigo 534 foram detidos e submetidos ao exame anal. Após tal evento, a ONG libanesa The Legal Agenda iniciou uma campanha chamada “*Tests of shame*” para o banimento da prática nas investigações²³⁹. A campanha ganhou ampla cobertura midiática internacional²⁴⁰ e mobilizou aparatos institucionais e sociais. Como resultado, o Presidente do Sindicato dos Médicos do Líbano editou uma diretiva para a categoria²⁴¹, conclamando os médicos a não realizar o exame, por ser inconclusivo,

absolutamente constantes, a maior parte [dos sinais] são característicos”. TARDIEU, Ambroise “*Étude Médico-legales sur les attents aux mœurs*”, J. B. Bailliére, Paris, 1859, p. 161.

Isto é, o próprio autor reconhece que as características que atribui, em 1857, à prática de atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo (penetração anal), não são constantes e podem ser incorretas.

²³⁸ SAGHIEH, N. *op. cit.*, p. 49.

²³⁹ <http://www.legal-agenda.com/article.php?id=142&folder=articles&lang=ar>.

²⁴⁰ <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-19166156>
https://www.lemonde.fr/idees/article/2012/06/10/au-liban-les-examens-de-la-honte_1715656_3232.html

²⁴¹ <https://www.lebmash.org/putting-an-end-to-anal-testing-in-lebanon-2012-2014-the-role-of-lebmash/>.

médica e cientificamente falho, invasivo, degradante e não útil em relações de sexo anal consensual.

Paralelamente, o então Ministro da Justiça, Shakib Qortbawi, emitiu uma Carta dirigida ao Procurador-Geral do Líbano, demandando o banimento da realização dos exames e requerendo explicações. O próprio Procurador-Geral emitiu um Memorando às autoridades investigativas e aos promotores, de redação vaga, requerendo a estes que circunstanciem a realização dos exames e colocando restrições para as autoridades de investigação²⁴².

As investidas de organizações sociais como HELEM, The Legal Agenda e LebMASH, na promoção da conscientização sobre o emprego dos exames anais e a perversão de seus efeitos, não foram suficientes à abolição dos exames – relatos datados de 2014²⁴³ e de 2016²⁴⁴ apontam a continuidade na aplicação do exame, especialmente a pessoas detidas em operações coletivas²⁴⁵.

Assinatura de confissões

Quanto à assinatura de confissões, o emprego de violência física e psicológica contra pessoas detidas e suspeitas de comissão do crime do art. 534 se destina preponderantemente a tal fim²⁴⁶. Os relatos de assinatura de confissão mediante ameaça e violência física são constantes – incluem situações nas quais a pessoa acusada assinou a confissão vendada.

²⁴² <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-19166156>

<https://www.lebmash.org/ngo-urges-state-enforce-anal-test-ban/>

²⁴³ <http://www.legal-agenda.com/article.php?id=788&folder=articles&lang=ar>

<https://www.lebmash.org/putting-an-end-to-anal-testing-in-lebanon-2012-2014-the-role-of-lebmash/>

https://www.huffingtonpost.co.uk/dan-littauer/lebanon-police-raids-gay-men_b_5678120.html?guccounter=1

<https://www.dailystar.com.lb/News/Lebanon-News/2014/Jul-16/264004-banned-anal-exam-still-being-used-as-homosexuality-test.ashx>

²⁴⁴ <https://blogbaladi.com/shameful-anal-exams-still-taking-place-in-lebanon/>

HUMAN RIGHTS WATCH, “*Dignity Debased: Forced anal examinations in homosexuality prosecutions*”, 2016.

²⁴⁵ As operações coletivas, conhecidas como *crackdowns* ou *raids*, têm sido alvo de críticas de ONGs, com especial destaque às campanhas *online* promovidas pelo Lebanon LGBT Monitor : <https://twitter.com/LebLGBTmonitor> e <https://www.facebook.com/LebLGBTmonitor?fref=ts>.

²⁴⁶ HUMAN RIGHTS WATCH “*It’s part of the job – Ill-treatment and Torture of Prisoners in Lebanese Police Stations*”, 2013, p. 38 et LEBANESE CENTER FOR HUMAN RIGHTS, “*Torture and Arbitrary Detention: The bitter reality of Lebanon*” 2011, p. 12.

De acordo com o Relatório da Human Rights Watch, a confissão ainda é o meio de prova mais utilizado nos casos de aplicação do art. 534²⁴⁷, especialmente em face de as detenções não serem realizadas por flagrante, mas a partir de circunstâncias aleatórias tomadas como incriminadoras – como explicitado no ponto anterior. Outro estudo aponta que as confissões são, muitas vezes, a única prova apresentada pela acusação²⁴⁸.

As confissões normalmente se prestam à afirmação de que a pessoa detida se declara homossexual, relatando praticar rotineiramente sexo anal – logo, as confissões não se voltam a afirmar que determinada pessoa, em determinado local, hora e data, realizou o ato de praticar sexo contra a ordem da natureza. As confissões expressam o relato da perseguição de pessoas gays e lésbicas, uma vez que a confissão faz referência indeterminada à declaração da orientação sexual do detido.

Em referência aos relatos de violência policial, afirmam Human Rights Watch²⁴⁹, Proud Lebanon²⁵⁰ e The Legal Agenda²⁵¹ que a violência era empregada para a obtenção da confissão e para o silêncio dos detidos. Reporta-se ainda que, mesmo após notificados dos abusos, os juízes não estão inclinados a questionar a evidência²⁵².

O artigo 401 do Código Penal Libanês criminaliza o emprego de tortura – que define como *qualquer ato realizado, instigado, expressamente aprovado ou tornado implícito* –, por oficial do Estado ou quem lhe faça as vezes, com o fito de obtenção de informações ou de confissão é punível de três a vinte de prisão²⁵³. A

²⁴⁷ HUMAN RIGHTS WATCH, *op. cit.*, p. 46.

²⁴⁸ SAGHIYEH, NIZAR, “Homosexual Relations in the Penal Codes: General Study Regarding the Laws in the Arabs Countries with a Report on Lebanon and Tunisia”, HELEM, 2009, p. 53.

²⁴⁹ HUMAN RIGHTS WATCH, *op. cit.*, p. 56.

²⁵⁰ https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CCPR/Shared%20Documents/LBN/INT_CCPR_ICO_LBN_272_60_E.pdf.

²⁵¹ <http://legal-agenda.com/en/article.php?id=3043>.

²⁵² HUMAN RIGHTS WATCH, *op. cit.*, pp. 55-56.

²⁵³

alteração do art. 401²⁵⁴ – reformado em 2017 – teve suas penas aumentadas significativamente e foram graduadas conforme os resultados da ação violenta do agente oficial²⁵⁵.

A despeito da criminalização, os relatos de brutalidade policial e de emprego de violência para obtenção de confissões são desprezados por juízes investigatórios – gerando insegurança para as pessoas detidas²⁵⁶. O Código de Processo Penal Libanês²⁵⁷ prevê em seu artigo 47²⁵⁸ que os oficiais da polícia não

المادة 401 - (عدلت بموجب 65/2017)
تاريخ بدء العمل : 20/10/2017

تجريم التعذيب

أ - يقصد بالتعذيب في هذا القانون أي عمل يقوم به أو يحرض عليه أو يوافق عليه صراحة أو ضمنياً موظف رسمي أو أي شخص يتصرف بصفته الرسمية أثناء الاستقصاء والتحقيق الأولي والتحقيق القضائي والمحاكمات وتنفيذ العقوبات،
ينتج عنه ألم شديد أو عذاب شديد، جسدياً كان أم عقلياً، يلحق قصداً بشخص ما، لا سيما:
- للحصول منه أو من شخص ثالث، على معلومات أو على اعتراف.
- معاقبة أي شخص على عمل ارتكبه أو يشتبه في أنه ارتكبه، هو أو شخص ثالث.
- لتخويف أي شخص أو إرغامه - هو أو أي شخص ثالث - على القيام أو الامتناع عن القيام بعمل ما.
- لتعريض أي شخص لمثل هذا الألم الشديد أو العذاب الشديد لأي سبب يقوم على التمييز أي كان نوعه.
لا يشمل التعريف اعلاه الألم الشديد أو العذاب الشديد الناشئ عن العقوبات المنصوص عنها قانوناً أو المتلازم معها أو الذي يكون نتيجة عرضية لها.
ب - يعاقب كل من يقدم على التعذيب بالحبس من سنة إلى ثلاث سنوات إذا لم يقض التعذيب إلى الموت أو إلى خلل أو عطل جسدي أو عقلي دائم أو مؤقت.
إذا أفضى التعذيب إلى خلل أو إيداء أو عطل جسدي أو عقلي مؤقت، يعاقب بالاعتقال من ثلاث سنوات إلى سبع سنوات.
إذا أفضى التعذيب إلى خلل أو عطل جسدي أو عقلي دائم، يعاقب بالاعتقال من خمس سنوات إلى عشر سنوات.
ج - إذا أفضى التعذيب إلى الموت يعاقب بالاعتقال من عشر سنوات إلى عشرين سنة.
- للمحكمة أن تقرر إعادة تأهيل ضحايا جرائم التعذيب إضافة إلى التعويضات الشخصية».

²⁵⁴ A redação original de 1943 era a seguinte: “Art. 401: Quiconque, dans le but d'obtenir l'aveu d'une infraction, ou des renseignements sur une infraction, aura soumis une personne a des rigueurs non autorisees par la loi sera puni de trois mois a trois ans d'emprisonnement. Si les violence exercees ont entraine une maladie ou des blessures, le minimum de la peine sera d'un an.”

²⁵⁵ Human Rights Watch aponta que a brutalidade policial é um traço constante das Forças de Segurança Libanesas e que esforços de treinamento e capacitação, financiados pelos Estados Unidos e pela União Europeia, para desenvolvimento da qualificação das Forças Internas de Segurança surtiram pouco ou nenhum efeito, especialmente em relação a usuários de drogas, prostitutas, pessoas LGBT e imigrantes – refugiados ou migrantes econômicos.

²⁵⁶ Relatório da Human Rights Watch aponta que, mesmo relatadas as violações, a maior parte é ignorada e a parcela que é investigada, raramente apresenta quaisquer resultados: HRM, *op. cit.*, p. 48 e https://www.univie.ac.at/bimtor/dateien/lebanon_progress_report_en.pdf

²⁵⁷ <http://www.legiliban.ul.edu.lb/Law.aspx?lawId=244483>

²⁵⁸ Em tradução oficial do Tribunal Especial para o Líbano:

“Article 47 (modifié par la loi n° 359/2001) – En leur qualité d'auxiliaires de justice, les officiers de police judiciaire exécutent les missions que le ministère public leur confie. Ils enquêtent sur les infractions non flagrantes, collectent les informations les concernant, effectuent des recherches en vue d'en identifier les auteurs ou les participants criminels et rassemblent des charges à leur encontre au moyen de la saisie des pièces à conviction, du prélèvement de traces et indices sur les lieux des infractions et de l'examen scientifique et technique des prélèvements, ainsi que du recueil des dépositions des témoins, sans les soumettre au serment et des déclarations de suspects et de personnes visées par des plaintes. Lorsque ces personnes refusent de faire des déclarations ou choisissent de garder le silence, mention en est portée sur le procès-verbal. Les officiers de police judiciaire ne peuvent dans ce cas les contraindre à parler ou les interroger, sous peine de nullité des déclarations recueillies.

Les officiers de police judiciaire informent le ministère public de toutes les mesures qu'ils effectuent et se conforment à ses instructions. Ils ne peuvent pas procéder à la perquisition d'un domicile ou à la

podem se valer de constrangimento para interrogar um acusado ou fazê-lo falar, se este não o quiser, sob pena de nulidade das declarações colhidas.

O artigo 77 do mesmo diploma legal ainda garante ao acusado que, durante o interrogatório, fique em silêncio ou se recuse a responder às perguntas, sem que tal impacte no convicção do juiz de instrução – garante ainda que o interrogatório se passe sem interferência externa²⁵⁹.

Assim, o Código de Processo Penal prevê a possibilidade de descarte do meio de prova obtido mediante força, em violação aos direitos dos acusados – bem como prevê a criminalização de tal comportamento o Código Penal Libanês.

fouille d'une personne sans l'autorisation préalable du ministère public. S'ils obtiennent cette autorisation, ils se conforment aux règles que la loi impose au procureur général en cas d'infractions flagrantes. Sont réputées nulles toutes perquisitions ou fouilles que ces officiers effectuent en violation de ces règles. Toutefois, seul cet acte de perquisition ou de fouille est entaché de nullité, à l'exclusion des mesures qui ne s'y rapportent pas.

Les officiers de police judiciaire ne peuvent placer un suspect en garde à vue au poste que sur décision du ministère public et pour une durée ne dépassant pas quarante-huit heures, renouvelable une seule fois sur accord du ministère public.

La période de détention commence à courir à partir du moment de l'arrestation.

Le suspect ou la personne visée par une plainte jouit des droits suivants dès sa garde à vue pour les besoins de l'enquête :

- 1. Communiquer avec un membre de sa famille, son employeur, un avocat de son choix ou une de ses connaissances ;*
- 2. S'entretenir avec un avocat qu'il désigne par déclaration consignée dans le procès-verbal, sans qu'il soit nécessaire d'établir une procuration en bonne et due forme ;*
- 3. Bénéficier de l'assistance d'un interprète assermenté s'il ne maîtrise pas la langue arabe ;*
- 4. Demander directement au procureur général, ou par l'intermédiaire de son avocat ou d'un membre de sa famille, l'autorisation d'être examiné par un médecin. Le procureur général désigne un médecin dès qu'il reçoit la demande. Le médecin procède à l'examen en l'absence des officiers de police judiciaire. Il transmet son rapport au procureur général dans un délai n'excédant pas vingt-quatre heures. Une copie du rapport est également transmise par le procureur au requérant. Il appartient à la personne placée en garde à vue ainsi qu'aux personnes susmentionnées de demander un nouvel examen médical si la période de garde à vue est prolongée*

La police judiciaire informe le suspect des droits susmentionnés dès sa mise en garde à vue et porte cette formalité sur le procès-verbal."

<https://www.stl-tsl.org/en/documents/legal-documents>

259

المادة 77 -

تاريخ بدء العمل: 02/08/2001

على القاضي التحقيق أن يراعي مبدأ حرية إرادة المدعى عليه أثناء استجوابه وأن يتأكد من أنه يتلقى بأقله بعداً عن كل تأثير خارجي عليه سواء أكان معزولاً أم مأبواً. إذا رفض المدعى عليه الإجابة والتزم الصمت فلا يحق للقاضي التحقيق أن يكرهه على الكلام. إذا تظاهر المدعى عليه باسئدائه بمرض جسدي أو نفسي أو عطلى أثناء استجوابه فيمكن الاستعانة بالخبرة الطبية ليبان حقيقة وضعه.

Tradução oficial para o francês do Tribunal Especial para o Líbano: “Article 77 – Il incombe au juge d’instruction de respecter le principe de libre volonté du défendeur pendant son interrogatoire. Il s’assure que celui-ci fait sa déposition en l’absence de toute influence extérieure, qu’elle soit morale ou physique. Si le défendeur refuse de répondre et choisit de garder le silence, le juge d’instruction ne peut le contraindre à parler. Si au cours de l’interrogatoire, le défendeur prétend être atteint d’un trouble physique, psychologique ou mental, il est possible de s’adjoindre le concours d’un médecin expert pour établir la vérité sur son état.”(Acesso: <https://www.stl-tsl.org/en/documents/legal-documents>)

Outros tratamentos dispensados aos detidos

Os relatórios reportam ainda que os detidos têm seus aparelhos celulares apreendidos²⁶⁰ e que os policiais se valem de mensagens de conteúdo pessoal para colheita de prova e para que o detido informe aos agentes de nomes e endereços de outras pessoas LGBT e de locais de encontro.

O acesso às informações pessoais e a coleta de evidências e indícios para instrução da acusação dos detidos somente é legal, de acordo com o Código de Processo Penal Libanês, após a expressa permissão do Ministério Público local – sob pena de nulidade do procedimento ilegal²⁶¹.

Há que se mencionar a aplicação forçada de exames em pessoas detidas, referentes ao uso de substâncias entorpecentes e ao diagnóstico de doenças sexualmente transmissíveis²⁶² – o Código de Processo Penal Libanês prevê a possibilidade de designação de médico legista para a realização de exames para produção de meio de prova ou de evidência de investigação²⁶³. A conexão

²⁶⁰ <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G15/176/04/PDF/G1517604.pdf?OpenElement> / HUMAN RIGHTS WATCH “It’s part of the job – Ill-treatment and Torture of Prisoners in Lebanese Police Stations”, 2013, p. 31/https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CCPR/Shared%20Documents/LBN/INT_CCPR_ICO_LBN_27260_E.pdf

²⁶¹ Artigo 47: “Les officiers de police judiciaire informent le ministère public de toutes les mesures qu’ils effectuent et se conforment à ses instructions. Ils ne peuvent pas procéder à la perquisition d’un domicile ou à la fouille d’une personne sans l’autorisation préalable du ministère public. S’ils obtiennent cette autorisation, ils se conforment aux règles que la loi impose au procureur général en cas d’infractions flagrantes. Sont réputées nulles toutes perquisitions ou fouilles que ces officiers effectuent en violation de ces règles”

عليهم أن يطلعوا النيابة العامة على ما يقومون به من إجراءات ويتقيدوا بتعليماتها ولا يحق لهم تفتيش منزل أو شخص إلا بعد حصولهم على إذن مسبق من النيابة العامة. في حال الإذن لهم بالتفتيش عليهم أن يراعوا الأصول التي حددها القانون للنائب العام في الجريمة المشهودة. كل تفتيش يخبرونه، خلافاً لهذه الأصول، يكون باطلاً، غير أن الإبطال يقتصر على معاملة التفتيش ولا يتعداه إلى غيرها من الإجراءات المستقلة عنها.

²⁶² PROUD LEBANON, “Shadow Report”, pp. 8 e 13. (https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CCPR/Shared%20Documents/LBN/INT_CCPR_ICO_LBN_27260_E.pdf).

²⁶³ “Article 34 – Si la nature de l’infraction ou de ses traces nécessite de requérir les services d’un ou plusieurs experts aux fins d’élucider des questions techniques, le procureur général désigne un expert spécialisé et définit sa mission avec précision.

- Si l’état de la victime nécessite une expertise médicale ou une autopsie, le procureur général convoque le médecin légiste ou le médecin spécialisé et lui définit sa mission en des termes clairs et précis.

- L’expert ou le médecin ne s’acquitte de sa mission qu’après avoir prêté serment de l’accomplir en son honneur et en sa conscience.

entre *infecções sexualmente transmissíveis* e *homossexualidade* que se estabelece indiretamente a partir dos exames forçados e do eventual uso do diagnóstico em sentenças como prova de *comissão de ato sexual contra a ordem da natureza*²⁶⁴ impacta na busca por testes médicos e tratamento para tais enfermidades, dado o estigma que se lhes atravessa²⁶⁵.

Recortes de relatos: sobreposição de discriminações

O tratamento dispensado aos detidos em unidades de forças de segurança – com destaque garantido à Unidade Policial contra Vícios (*Hobeich*) –, apontam os Relatórios, varia drasticamente conforme sua classe social, etnia, cor de pele, seu gênero e suas relações sociais (*wasta*)²⁶⁶.

Os relatos de violência física contra refugiados sírios GB são mais graves e têm aumentado nos últimos anos, conforme o fluxo migratório se intensificou a partir do início da Guerra Civil Síria (2011), conforme relatam as organizações The Legal Agenda e PROUD LEBANON²⁶⁷. Os relatos de maus tratos e de emprego de

- *L'expert ou le médecin ne peut dépasser les limites de sa mission. Dès l'achèvement de celle-ci, il dresse un rapport indiquant l'autorité qui l'a désigné, la mission qui lui a été confiée, les expertises effectuées ainsi que ses conclusions.*"

المادة 34 -
تاريخ بدء العمل: 02/08/2001

إذا استلزم طبيعة الجريمة أو آثارها الاستعانة بخبير أو أكثر لجلاء بعض المسائل التقنية أو الفنية فيعين النائب العام الخبير المختص ويحدد مهمته بنقطة. إذا كانت حالة المجني عليه تستلزم المعاينة الطبية أو التشريح فيستدعي النائب العام الطبيب الشرعي أو الطبيب المختص ويكلفه بالمهمة المطلوب تنفيذها بنقطة ووضوح. لا ينشأ الخبير أو الطبيب مهمة إلا بعد أن يحلف اليمين بأن يقوم بها وفق ما يفرضه الضمير والشرف. لا يحق له أن يتجاوز المهمة المحددة له. بعد أن ينجزها يضع تقريراً يذكر فيه المرجح الذي عينه والمهمة المحددة له والإجراءات التي قام بها والنتيجة التي خلص إليها.

²⁶⁴ SAGHIYEH, NIZAR, "Homosexual Relations in the Penal Codes: General Study Regarding the Laws in the Arabs Countries with a Report on Lebanon and Tunisia", HELEM, 2009, p. 54.

²⁶⁵ PROUD LEBANON, "Shadow Report", pp. 13-14. (https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CCPR/Shared%20Documents/LBN/INT_CCPR_ICO_LBN_27260_E.pdf).

<https://www.lebmash.org/statement-world-aids-day-2016-december-1s/>

²⁶⁶ *Wasta*, do árabe **واسطة**, pode ser traduzido como meios, conexões (<https://en.bab.la/dictionary/arabic-english/%D9%88%D8%A7%D8%B3%D8%B7%D8%A9>). Na tradição da sociedade libanesa, *wasta* representa as conexões familiares, sectárias ou de clãs de que dispõe determinado indivíduo no exercício de sua sociabilidade – o acirramento da utilização de *wasta* em relações comerciais, relações públicas e relações privadas, derivaria da divisão sectária constitucionalmente reconhecida no Líbano.

²⁶⁷ The Legal Agenda, "Beirut Court of Appeal: Sexual Orientation is nt Punishable" (<http://www.legal-agenda.com/en/article.php?id=5429>) "The Hammam al-Agha Raid: Collective Prosecution in Violation of Individual Rights" (<http://www.legal-agenda.com/en/article.php?id=3029>).

PROUD LEBANON, *op. cit.*, p. 13. (https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CCPR/Shared%20Documents/LBN/INT_CCPR_ICO_LBN_27260_E.pdf).

tortura contra migrantes econômicos (trabalhadores), principalmente somalis e filipinos, também são numerosos.

Pessoas detidas que dispunham de conexões sociais fortes ou de classes sociais mais abastadas, relatam que o tratamento dispensado se alterou conforme os oficiais da FIS tiveram conhecimento acerca de sua origem ou de seu *status* social elevado. As conexões sociais (*wasta*) impactaram na liberação do indivíduo preso e até mesmo na punição informal de oficiais agressivos²⁶⁸.

Por fim, a violência dirigida a mulheres cis e trans se particulariza pelo matiz da violência sexual, conjugada à física – muitos são os relatos de agressões e de ameaças que são abrandadas pelo fornecimento de favores sexuais (abusos sexuais). Em relatório especial, HELEM apontou que a atuação policial se mostra abusiva e assediadora, pautada largamente no assédio à “mulher sozinha” – isto é, a mulher desacompanhada de um *homem da família* ou *parceiro* em sentido amplo²⁶⁹.

I.c.3 Dos processos e do Judiciário

A Justiça Libanesa

A Constituição Libanesa declara os seguintes como poderes da República: O Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário²⁷⁰ - sendo que este tem somente um artigo dispensado ao seu tratamento²⁷¹. O Poder Judiciário, por sua vez, se estrutura da seguinte maneira: Jurisdição Judiciária, Jurisdição Administrativa, Jurisdição Excepcional (Militar) e Jurisdições de outra natureza (Alta Corte de Justiça e Conselho de Justiça)²⁷².

²⁶⁸ HUMAN RIGHTS WATCH “*It’s part of the job – Ill-treatment and Torture of Prisoners in Lebanese Police Stations*”, 2013, pp. 28 e 42.

²⁶⁹ HELEM, “*Shadow Report –Violence against Women on the basis of Sexual Orientation*” – submetido à 40 Sessão da Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, Genebra, Suíça, 2008.

²⁷⁰ Título II da Constituição Libanesa, artigos 16 a 72. (http://www.judicial-ethics.umontreal.ca/en/codes%20enonces%20deonto/documents/Liban_CONSTITUTION.pdf)

²⁷¹ “*Article 20 Le pouvoir judiciaire fonctionnant dans les cadres d'un statut établi par la loi et assurant aux juges et aux justiciables les garanties indispensables, est exercé par les tribunaux des différents ordres et degrés. La loi fixe les limites et les conditions de l'inamovibilité des magistrats. Les juges sont indépendants dans l'exercice de leur magistrature. Les arrêts et jugements de tous les tribunaux sont rendus et exécutés au nom du Peuple Libanais.*”

²⁷² IEDJA – Institut d’Études sur le Droit et la Justice dans les Sociétés Arabes – *Fiche de Pays: Liban* <https://iedja.org/lorganisation-juridictionnelle-du-liban/>

A Jurisdição Judiciária é composta pelos Tribunais Civil e Penal, pelos Tribunais Eclesiásticos e Islâmicos²⁷³. Os Tribunais Cíveis e Penais integram em sua estrutura os Juízes de Primeiro Grau, Corte de Apelação, *Cours d'assises*, a Corte de Cassação e o Tribunal de Conflitos²⁷⁴.

Há um tribunal penal, composto de *primeiro* (juízo singular) e *segundo grau* (corte de apelação) em cada uma das seis governadorias do Líbano (*mouhafazat* – Beirute, Monte Líbano, Norte do Líbano, Sul do Líbano, Bekaa e Nabatiyeh)²⁷⁵, a Corte de Cassação, órgão máximo da Justiça Judiciária Penal e Civil, é uma e se situa em Beirute.

Processo e Instrução do crime do artigo 534

Os processos criminais são compostos pelas seguintes fases: (a) investigação, exame e persecução pelo Ministério Público; (b) exame pelo juiz de instrução; e (c) julgamento pelo juízo singular. A relação tripartite indica a adoção do modelo de *juiz acusador*, presente também na França. Cumpre destacar que os três órgãos responsáveis pela condução do processo penal são compostos por juízes de carreira, exercendo as funções de *parquet*, *juiz de instrução* e *juiz sentenciador*²⁷⁶.

(a) Ministério Público: compete ao Ministério Público libanês a investigação e elaboração da acusação a ser apreciada pelo juízo de instrução, nos casos de crime, e pelo juízo sentenciador, nos casos de delitos;

(b) Juízo de Instrução: compete ao Juiz de Instrução, ou Juízes de Instrução – conforme a gravidade dos crimes investigados – a consolidação probatória dos fatos narrados na acusação. Assim, o Código de Processo Penal Libanês prevê ao Juiz de Instrução os poderes investigatórios suficientes à produção de provas,

²⁷³ A Legislação Libanesa atribui *status* de jurisdição aquela exercida, **exclusivamente em relação ao *status pessoal*** dos indivíduos, por Tribunais Religiosos, de confissão reconhecida pelo Estado (Sunitas, Xiitas, Cristãos Ortodoxos, Católicos e Maronitas). Os Tribunais têm sua jurisdição limitada à regulação de parte dos direitos civis dos cidadãos libaneses, particularmente aqueles relativos ao casamento, ao parentesco e à sucessão familiar.

²⁷⁴ EL SAMAD, Firas et JREISSATI, Lara E. “*The Lebanese Legal System*”, New York University, *GlobaLex*. Acesso: https://www.nyulawglobal.org/globalex/Lebanon1.html#_The_Judiciary_Branch.

²⁷⁵ FONTE: Ministério da Justiça do Líbano <https://www.justice.gov.lb/index.php/court-details/30/1>

²⁷⁶ FONTE: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DO LÍBANO <https://www.justice.gov.lb/index.php/court-details/32/3>.

interrogatório do acusado, coleta de depoimentos de testemunha, dentre outras – artigos 62 a 127²⁷⁷.

Incumbe ao Juiz da Instrução a “descoberta” (اذا لم يتوصل) da autoria do crime, através dos meios de prova concebidos em lei – art. 62²⁷⁸ do Código de processo Penal Libanês – e a devida tipicidade da conduta denunciada pelo Ministério Público, logo, o Juiz de Instrução detém a competência de alterar a denúncia inicial, expandindo-a, limitando-a ou simplesmente alterando-a²⁷⁹.

(c) Juízo Singular de Julgamento: incumbe finalmente ao Juízo Sentenciador a análise da instrução apresentada pelo Juízo de Instrução, para consideração de julgamento de procedência, de improcedência e para o apenamento – as disposições aplicáveis do Código de Processo Penal estão apresentadas nos artigos 150-367²⁸⁰.

Relevante destacar que, nas ações penais que tratem da comissão de *crime*, o Ministério Público somente mantém diálogo processual em manifestações dirigidas ao Juízo de Instrução, não se dirigindo ao magistrado ressonável pelo julgamento da ação penal.

Destaca-se que, em suma, tanto a decisão do Juiz de Instrução, quanto aquela do Juízo Singular são recorríveis – sendo a primeira recorrida à Câmara de Juízes de Instrução, e a segunda recorrida à Corte de Apelação.

Sentenças e apenamento pelo crime do artigo 534

²⁷⁷<http://www.legiliban.ul.edu.lb/LawArticles.aspx?LawTreeSectionID=260054&LawID=244483&language=ar>.

²⁷⁸

• المادة 62

على النائب العام ان يبين في ادعائه امام قاضي التحقيق الاول وصف الجريمة وهوية كل من المتهمين في ارتكابها وان يعين مكان وقوع الفعل الجرمي وزمانه وان يحدد طلباته. اذا لم يتوصل الى معرفة جميع المتهمين في الجريمة فيدعي بحق من عرف منهم والا يدعي بحق مجهول. تتحرك بادعائه دعوى الحق العام سواء تولى ذلك بنفسه ام قام به احد المحامين العامين. على النائب العام ان يشفع ادعائه بالاوراق والمحاضر والمستندات التي تؤيده.

²⁷⁹ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA LIBANÊS “Juge d’instruction” (<https://www.justice.gov.lb/index.php/court-details/33/3>)

²⁸⁰<http://www.legiliban.ul.edu.lb/LawArticles.aspx?LawTreeSectionID=260085&LawID=244483&language=ar>

Na análise de um conjunto de quarenta sentenças de juízo singular, no período de 2003 a 2009, coletadas dos Tribunais de Beirute, Baabda e Tripoli²⁸¹, o estudo conduzido por NIZAR SAGHIEH (2009, p. 33) evidenciou elementos recorrentes nas sentenças de juízes de primeiro grau e em decisões colegiadas recursais, que se buscou sistematizar da forma abaixo.

Inicialmente, o estudo adentra na aplicação dos termos “*conjunção carnal*” e “*contrário à natureza*”, em busca da identificação do conteúdo e da compreensão dos juízes acerca dos termos. Quanto à *conjunção carnal*, a tendência encontrada fora aquela relativa à confirmação de *penetração anal*, isto é, a narrativa dos autos que não contivesse a constatação de relações de penetração (sexo oral, carícias, outras condutas sexuais) tendiam à exclusão da tipicidade do crime, valendo-se o magistrado de outros tipos penais relativos a atos públicos de indecência²⁸².

A identificação de tal traço da *ratio decidendi* na aplicação do artigo, se extrapolada, implicaria a não criminalização de relações lésbicas desprovidas de penetração peniana – no entanto, o estudo aponta que há aplicação do artigo 534 em casos de flagrantes de mulheres lésbicas²⁸³. Logo, a racionalidade por trás da razão de decidir pode ser uniforme na aplicação a casos de homens homossexuais (penetração necessária), mas a racionalidade na aplicação para mulheres lésbicas é outra – reforçando a maleabilidade da inteligência do artigo e da interpretação do tipo penal.

Quanto à contrariedade à ordem natural, o estudo aponta que os juízes evitam, expressamente, adentrar na definição do termo. A explanação da sentença se volta a: (a) reforçar concepções “biológicas” de sexualidade (*função procriadora do sexo*); ou (b) se identificam os traços de particularidade da sexualidade (*diversidade biológica e psicológica da sexualidade*), apenas o fazem para então reafirmar a criminalização da homossexualidade²⁸⁴.

²⁸¹ O autor do estudo determina o recorte metodológico do estudo, destacando a ausência de possibilidade de extensão das suas conclusões à generalidade da prestação jurisdicional, haja vista que há alto grau de voluntarismo por parte dos juízes em conceder vistas aos autos e que a inexistência de um sistema de informatização uniforme impede um exame mais expressivo quantitativamente (SAGHIEH, N. *op. cit.*, p. 34).

²⁸² SAGHIEH, N. *op. cit.* p. 44.

²⁸³ Idem.

²⁸⁴ Ibidem.

A interpretação da *contrariedade à ordem natural* oferece um aparato particularmente valioso, se por um lado, a maioria das sentenças analisadas não adentra na definição, a parcela que tangencia o termo do tipo penal é essencial para destacar a pluralidade de compreensões que envolve a expressão. O próprio reconhecimento da existência da diversidade, ainda que seja para sublinhar a sua criminalização, aponta a natureza de criminalização do marcador da diferença social – isto é, o tipo penal criminaliza conduta que integra parte essencial da experiência homossexual, o “ser homossexual” existe na individualidade das suas “condições fisiológicas e psicológicas”, mas o exercício da sua sexualidade é proibido.

O autor ainda destaca que, quanto ao consentimento, algumas sentenças apresentaram redução de pena, ou mesmo absolvição, para parceiros passivos, com base em argumentos como “ausência de poder e virilidade”, “engano por ausência de poder masculino”, e aumento de pena, ou responsabilização integral pelo ato – que nunca é, por essência, um ato solitário –, ao parceiro ativo, com base em exercício abusivo de poder ou de virilidade, ainda que, em todos os casos, haja consentimento²⁸⁵.

A aplicação do artigo 534 à maneira apresentada mostra o esvaziamento da agência ou de consensualidade na relação: o parceiro passivo, sodomizado, não o faria consensualmente, por prazer ou exercício de sua sexualidade, mas sim por submissão – não se discute nas decisões o enquadramento como atentado ao pudor, ou estupro –, mantém-se uma visão predatória de masculinidade, pautada no papel do penetrador enquanto poderoso, e do penetrado enquanto submetido²⁸⁶.

Ao analisar a relevância do probatório, o estudo aponta a fraqueza das instruções processuais, conforme já se destacou neste trabalho em ponto anterior, pontuando que as provas levadas em consideração na decisão são:

(a) exame anal – a despeito do alto grau de incerteza e da baixa cientificidade, se positivo, o exame é considerado prova crucial;

(b) confissões obtidas quando da investigação de outros crimes, que envolvam a pessoa acusada do crime do artigo 534 ou não – como o caso de

²⁸⁵ Idem, p. 46.

²⁸⁶ No caso da Decisão 148, prolatada em 2000, Governadoria do Monte Líbano, o parceiro passivo mantinha relações com o parceiro ativo há mais de três anos.

investigação do assassinato de um homem sírio, no qual as forças de segurança tomaram conhecimento do seu relacionamento homossexual que durava vinte e três anos entre o falecido e um homem libanês, este foi detido por sete meses, acusado, processado e condenado pelo artigo 534, ainda que em nada se relacionasse ao assassinato²⁸⁷;

(c) confissões;

(d) a reputação do acusado – através da coleta de depoimentos de vizinhos, colegas de trabalho e familiares; e, em menor relevância,

(e) situação de flagrante – a maior parte dos casos investigados pelas forças de segurança e pelo ministério público advêm de denúncias, dentre os casos apresentados pelo autor, é interessante notar que os denunciantes afirmavam “situações suspeitas” sem, contudo, apresentar quaisquer materiais que as corroborassem, o que abre espaço imenso para manipulação do aparato de forças policiais²⁸⁸.

Finalmente, quanto à imposição de penas, o autor demonstra que as penas aplicadas são baixas, a maior parte sentenciada entre um e dois meses de prisão²⁸⁹. Interessante sublinhar que o período de condenação, normalmente, corresponde ao período de detenção provisória que tenha extrapolado o período previsto no Código de Processo Penal do Líbano – que prevê a detenção em flagrante por apenas quarenta e oito horas; os relatos estudados demonstram detenção por período, em média, entre uma semana e um mês²⁹⁰.

Adicionalmente ao estudo qualitativo acima, foi feita breve pesquisa na base de dados de “Sentenças”, Centro de Pesquisa Informática para Estudos Jurídicos, atribuído à Universidade Libanesa²⁹¹ – presentes no *website* “legiliban”,

²⁸⁷ 119 Decisão de 28/4/2005, Governadoria de Beirute (caso 541/2004 – sem publicação) – in NAGHIEH, N. *op. cit.*, p. 49.

²⁸⁸ SAGHIEH, N. *op. cit.*, pp. 46-53.

²⁸⁹ Idem, pp. 53-55.

²⁹⁰ HUMAN RIGHTS WATCH “It’s part of the job – Ill-treatment and Torture of Prisoners in Lebanese Police Stations”, 2013; PROUD LEBANON, “Shadow Report” (https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CCPR/Shared%20Documents/LBN/INT_CCPR_ICO_LBN_27260_E.pdf); HELEM, “Shadow Report” (<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G15/176/04/PDF/G1517604.pdf?OpenElement>)

²⁹¹ O Centro de Pesquisa Legal e Informática é um centro interdepartamental da Universidade do Líbano, instituído em 1986, cujo objetivo é o desenvolvimento de estudos interseccionais entre Direito, Informática, História, Ciências Sociais e Linguística.

pelos termos: **المادة 534** (artigo 534), **الواط** (sodomia), **مثلي الجنس** (homossexual) e **المثلية الجنسية** (homossexualidade).

O primeiro resultado, muito interessante, é: para os termos *homossexual* e *homossexualidade*, o mecanismo de busca não apresenta resultados²⁹². Para o termo *artigo 534* o site de busca apresenta três resultados em cortes criminais²⁹³. Finalmente, para o termo *sodomia*, o mecanismo de busca apresenta dez resultados²⁹⁴ - considerando-se o *overlapping* semântico, foram contabilizados nove resultados.

Dos resultados encontrados, três²⁹⁵ tratam de crimes cometidos contra indivíduos menores de idade, enquadrados nos artigos 507 e 509 do Código Penal Libanês – e não são objetos de análise, pois não tratam necessariamente de relações consensuais, dada a presunção de consenso, somente na maioria libanesa.

Em seis²⁹⁶ casos, a menção à sodomia e à aplicação do artigo 534 é expressa; no entanto, a menção detém diferentes contextos. Nos casos das

Website Oficial: <http://www.legiliban.ul.edu.lb/Default.aspx>.

Quanto ao espaço amostral fornecido pela pesquisa, é incerto lhe garantir qualquer identidade compreensiva da Jurisdição Libanesa, haja vista que não é certa a digitalização integral das decisões, tampouco há publicidade da totalidade das decisões tomadas.

²⁹²<http://www.legiliban.ul.edu.lb/AdvancedRulingSearch.aspx?searchText=%d8%a7%d9%84%d9%85%d8%ab%d9%84%d9%8a%d8%a9%20%d8%a7%d9%84%d8%ac%d9%86%d8%b3%d9%8a%d8%a9&AndOr=AND&courtID=0&rulNumber=0&rulYear=0&judges=&DesicionDay=&DesicionMonth=&DesicionYear=> (homossexualidade)

<http://www.legiliban.ul.edu.lb/AdvancedRulingSearch.aspx?searchText=%d9%85%d8%ab%d9%84%d9%8a%20%d8%a7%d9%84%d8%ac%d9%86%d8%b3&AndOr=AND&courtID=0&rulNumber=0&rulYear=0&judges=&DesicionDay=&DesicionMonth=&DesicionYear=> (homossexual)

²⁹³<http://www.legiliban.ul.edu.lb/AdvancedRulingSearch.aspx?searchText=%d8%a7%d9%84%d9%85%d8%a7%d8%af%d8%a9%20534&AndOr=AND&courtID=49979&rulNumber=0&rulYear=0&judges=&DesicionDay=&DesicionMonth=&DesicionYear=> (artigo 534)

²⁹⁴<http://www.legiliban.ul.edu.lb/AdvancedRulingSearch.aspx?searchText=%d8%a7%d9%84%d9%84%d9%88%d8%a7%d8%b7&AndOr=AND&courtID=0&rulNumber=0&rulYear=0&judges=&DesicionDay=&DesicionMonth=&DesicionYear=> (sodomia) – dois resultados da busca do termo “artigo 534” são idênticos àquele do termo “sodomia”, o que reduz o resultado para **onze**.

²⁹⁵<http://www.legiliban.ul.edu.lb/ViewRulePage.aspx?ID=79552&selection=%D8%A7%D9%84%D9%84%D9%88%D8%A7%D8%B7> (Decisão nº 279/2002)

<http://www.legiliban.ul.edu.lb/ViewRulePage.aspx?ID=77571&selection=%D8%A7%D9%84%D9%84%D9%88%D8%A7%D8%B7> (Decisão nº 218/2012)

<http://www.legiliban.ul.edu.lb/ViewRulePage.aspx?ID=76076&selection=%D8%A7%D9%84%D9%84%D9%88%D8%A7%D8%B7> (Decisão nº 182/2007)

²⁹⁶<http://www.legiliban.ul.edu.lb/ViewRulePage.aspx?ID=73501&selection=%D8%A7%D9%84%D9%85%D8%A7%D8%AF%D8%A9%20534> (Decisão nº 133/2011)

Decisões nºs 101/2004 e 488/2016, os crimes processados são equivalentes ao homicídio (artigo 548 e 549 do Código Penal Libanês), sendo que a sodomia, ou a promessa de prática de sodomia, fora o meio utilizado pelos acusados para adentrar na residência da vítima – nos dois casos. Há que se destacar que, no caso 488/2016, os acusados foram condenados pelo cometimento do crime de homicídio e do crime do artigo 534, sendo apenados para ambos.

No caso das Decisões nºs 139/2008, 133/2011 e 199/2013, os crimes em questão são roubos ou sua tentativa. De forma completamente lateral e desconectada do crime investigado, as três decisões fazem menção à confissão do crime do artigo 534 durante a investigação do roubo. Dois casos são tentativas de roubo e um roubo consumado (motocicleta), sendo a acusação referente à sodomia mencionada circunstancialmente durante a detenção dos acusados.

E, finalmente, quanto à Decisão s/n de 2013, há menção à confissão de sodomia pelo acusado, fora do território libanês. O caso é relativo ao crime do artigo 127 da Lei de Drogas do Líbano, que trata do *uso de drogas* – em teste clínico, foram encontrados traços de cocaína na circulação sanguínea do acusado. O crime é mencionado lateralmente, conforme confissão durante a investigação, no entanto, sequer é considerado pelo magistrado.

Por fim, há que se destacar contingente de decisões judiciais que tem afastado a tipicidade do crime do artigo 534, afirmando que atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo não configuram *conjunção carnal contra a ordem da natureza*.

Desde 2009, magistrados têm prolatado decisões que excluem a tipicidade do crime do artigo 534 atribuída às relações entre pessoas do mesmo sexo. Em 2009, o juiz criminal de corte de Batroun (Governadoria do Norte do

<http://www.legiliban.ul.edu.lb/ViewRulePage.aspx?ID=76719&selection=%D8%A7%D9%84%D9%85%D8%A7%D8%AF%D8%A9%20534> (Decisão nº 199/2013)
<http://www.legiliban.ul.edu.lb/ViewRulePage.aspx?ID=70680&selection=%D8%A7%D9%84%D9%84%D9%88%D8%A7%D8%B7> (Decisão s/n 2013)
<http://www.legiliban.ul.edu.lb/ViewRulePage.aspx?ID=73821&selection=%D8%A7%D9%84%D9%84%D9%88%D8%A7%D8%B7> (Decisão nº 139/2008)
<http://www.legiliban.ul.edu.lb/ViewRulePage.aspx?ID=123791&selection=%D8%A7%D9%84%D9%85%D8%A7%D8%AF%D8%A9%20534> (Decisão nº 488/2016)
<http://www.legiliban.ul.edu.lb/ViewRulePage.aspx?ID=71096&selection=%D8%A7%D9%84%D9%84%D9%88%D8%A7%D8%B7> (Decisão nº 101/2004).

Líbano), Mounir Suleiman, afastou a tipicidade da conduta sexual homossexual do crime do artigo 534 com base na ausência de definição de natureza – afirma o juiz que o *homem* integra a natureza e, portanto, nada do que faz biologicamente a refuta²⁹⁷.

Em 2014, o juiz criminal de Jdeide (Governadoria do Monte Líbano), Naji al-Dahdah, afastou a tipicidade do artigo 534 para relações entre pessoas do mesmo sexo aplicada na acusação contra uma mulher transgênera. Na decisão, o juiz questionou a habilidade de se definir o que seria “*contra a ordem da natureza*”. A racionalidade por trás da decisão em muito se assemelha àquela de 2009, expandindo a reflexão sobre a diversidade, uma vez que o juiz adentra na necessidade de reconhecimento da identidade de gênero na “evolução das pessoas”²⁹⁸.

Em 2016, o juiz criminal de Al-Metn (Governadoria do Monte Líbano), Hisham Qantar, afastou a tipicidade do artigo 534 na acusação de um refugiado sírio que, segunda a investigação, estaria usando *roupas femininas*. Em reiteração da *ratio decidendi* apresentada em 2009 e 2014, o juiz justificou sua decisão pautando-se na ausência de definição de *natureza* e da sua impossibilidade, além de invocar legislação referente a Convenções Internacionais de Direitos Humanos e o Código Internacional de Doenças.

Em 2017, o juiz criminal de Al-Metn (Governadoria do Monte Líbano), Rabih Maalouf, afastou a tipicidade da aplicação do artigo 534 a relações entre pessoas do mesmo sexo. A *ratio decidendi*, no entanto, difere das decisões anteriores: o juiz expressou a necessidade de respeito ao direito à privacidade e à liberdade nas relações íntimas e sociais (liberdades fundamentais) sem discriminação em razão da orientação sexual²⁹⁹, destacando legislação semelhante àquela citada na decisão de 2016 acima³⁰⁰.

²⁹⁷ MOHAMED, M. “*Sexuality, Development and Non-conforming Desire in the Arab World: The Case of Lebanon and Egypt*” in “*Sexuality, Law and Power*”, Evidence Report nº 158, Institute of Development Studies, Londres, OUTUBRO/2015, p. 11.

²⁹⁸ OUTRIGHT International, et ARAB FOUNDATION FOR FREEDOMS AND EQUALITY (AFE) “*Activism and Resilience: case studies from Jordan, Lebanon, Morocco and Tunisia*”, 2018, p. 35.

²⁹⁹ <https://www.hrw.org/news/2017/02/02/lebanon-edges-closer-decriminalizing-same-sex-conduct>

³⁰⁰ Idem.

Em 2018, a decisão do juiz Maalouf (2017) foi submetida à apreciação recursal pela Corte de Apelação da *Mouhafazat* (governadoria) do Monte Líbano, após interposição de recurso da acusação. A Corte de três juízes manteve a integralidade da decisão de primeiro grau, que absolveu os acusados, afirmando que relações entre pessoas do mesmo sexo tidas privativa e consensualmente não podem ser consideradas crimes³⁰¹.

A decisão colegiada afirma que as relações entre pessoas do mesmo sexo não podem ser consideradas “contra a ordem da natureza”³⁰², a não ser que violem a moralidade pública, isto é, envolvam pessoa menor de idade, atos públicos ou que sejam “vistos ou ouvidos por outras pessoas”³⁰³.

E, recentemente, em março de 2019, o juiz Peter Germanos, integrante do ministério público perante o tribunal militar do Líbano, retirou a denúncia contra quatro homens que integravam os quadros do exército libanês da acusação de comissão do crime do artigo 534³⁰⁴. Em sua decisão, o juiz afirma que a *sodomia* não é punível pela lei libanesa –a criminalização do art. 534 é falha e não define o que comporia a “*contrariedade à ordem natural*”³⁰⁵. A decisão de não persecução da acusação e arquivamento do caso impressionou ativistas locais que não esperavam tal postura do tribunal militar – tradicionalmente mais conservador³⁰⁶.

II. Movimentos Sociais e Políticos

O Líbano, conjuntamente à Tunísia e ao Marrocos, tem presenciado a emergência de grupos de defesa de direitos humanos especificamente voltados à população LGBT. A primeira organização devotada exclusivamente à promoção de direitos, advocacia política, atuação judicial e divulgação de campanhas de

³⁰¹ Ibidem, pp. 29-30.

³⁰² <https://www.hrw.org/news/2018/07/19/lebanon-same-sex-relations-not-illegal>

³⁰³ Idem, p. 30.

³⁰⁴ <https://www.aljazeera.com/news/2019/03/lebanon-court-acquits-military-personnel-sodomy-case-190330161155676.html>

³⁰⁵ <https://www.alaraby.co.uk/english/News/2019/3/30/Lebanon-acquits-gay-soldiers-ruling-homosexuality-not-a-crime>

³⁰⁶ <https://www.dailystar.com.lb/News/Lebanon-News/2019/Mar-30/480036-military-judge-rules-homosexuality-not-a-crime-in-landmark-case.ashx>
<https://ginosblog.com/military-court-in-beirut-rules-homosexuality-not-a-crime-following-civil-courts-6cc10bb6509d>

conscientização instaurada em um país árabe foi HELEM (sonho em árabe), sediada em Beirute.

HELEM: um episódio especial

A Organização sem fins lucrativos HELEM – em árabe: **هلم** - é o acrônimo de “Proteção Libanesa aos e às Homossexuais” – em árabe: **حماية لبنانية للمثليين**, foi fundada em meados de 2003 – com pedido de registro formal perante o Ministério do Interior em 2004. O contexto de sua criação, no entanto, data do final da década de 1990.

A partir da liberação das telecomunicações e do aumento do acesso à internet, na década de noventa, conjugados à relativa estabilidade pós-guerra civil que se instalou no Líbano urbano, grupos de pessoas de sexualidade não heterossexual utilizaram o espaço virtual para se encontrar, trocar experiências e agir de forma mais integrada – criando o “Club Free”³⁰⁷.

A auto-organização de pessoas não heterossexuais, inicialmente, pretendia a discussão e a ocupação de espaços, organização de encontros e interação em geral. O contexto político, no entanto, demandou outras formas de organização. O embrião do que viria a se constituir a organização HELEM, emerge em 1999, contando com um grupo de pessoas que integrava jornalistas, advogados e artistas³⁰⁸.

A emergência da organização, e da sua atuação voltada ao *advocacy* e à organização política, se dá a partir de um contexto que reforça a relevância da criação de uma organização exclusivamente destinada a discutir as questões relativas à diversidade sexual: em primeiro lugar, em 2001, ocorre o incidente conhecido internacionalmente como “Queen Boat”; e, em segundo lugar, um projeto de “Novo Código Penal”, em meados de 2002, para substituição do Código, ainda vigente, de 1943 é apresentado pelo Governo Libanês.

³⁰⁷ MAKAREM, Ghassan “*The Story of Helem*” in *Journal of Middle East Women's Studies*, Vol. 7, No. 3, Middle East Sexualities, Duke University Press, 2011, pp. 98-107.

³⁰⁸ MARTEL, Frédéric “*Global Gay*”, Flammarion, Paris, 2013, p. 237.

A história por trás do “Queen Boat” aparenta banalidade no contexto de perseguição de pessoas GB no Oriente Médio: em maio de 2001, a Polícia de Vícios e Morais Egípcia realizou uma operação em um barco (*queen boat*), ancorado à margem do Rio Nilo, no Cairo, no qual operava uma discoteca. A operação resultou na detenção e acusação de cinquenta e dois indivíduos³⁰⁹.

A cobertura midiática e os desdobramentos internacionais do evento, no entanto, conferiram ao “Queen Boat” um *status* especial. No Egito, jornais cobriam incessantemente a história, em tons sensacionalistas que incluíam menção a uma seita dedicada a Abu-Nawas³¹⁰, rituais satânicos, orgias e condutas criminosas; em dada altura, mesmo com os julgamentos não conclusos, os jornais divulgaram nomes, fotos e endereços dos indivíduos acusados de formar o círculo de “devassos” do Cairo.

De um lado, a repercussão internacional apresentou a desaprovação em geral da medida, a União Europeia protestou veementemente contra as prisões, bem como Organizações de Direitos Humanos Internacionais e Locais e Membros do Congresso Americano dirigiram questionamentos ao governo egípcio pela conduta. De outro, conforme se pode mostrar dos filmes “Dangerous Living” e “*Toul Omry*”, a cobertura sensacionalista nacional despertou uma discussão intensa sobre a própria *humanidade* de pessoas GB e o regime político egípcio que acenava para setores mais radicais da sociedade.

Um Tribunal de Exceção foi instituído para julgar o caso, que foi considerado pelo governo como um atentado contra o Egito – o Tribunal *Ad Hoc* tinha por base a Lei Marcial Egípcia, destinada à investigação de crimes terroristas e contra a Pátria. As audiências se estenderam por meses e relatos de tortura dos presos – especialmente homens estigmatizados por serem passivos ou por se portarem de maneira “não masculina” – inundaram noticiários. Penas de três anos, em média, foram distribuídas aos acusados.

³⁰⁹ HUMAN RIGHTS WATCH, “*In a time of torture – The Assault on Justice in Egypt’s crackdown on homosexual conduct*”, 2004, p. 22.

³¹⁰ Poeta Árabe do Período Abássida, conhecido por sua escrita recheada de referências homoeróticas.

As repercussões de abusos foram largamente documentadas³¹¹ e uma discussão dotada de relativo *ineditismo* tomou proporções midiáticas e políticas no Oriente Médio: a diversidade sexual, há algumas décadas propositalmente invisibilizada, se encontrava no centro das discussões – nas palavras do ator e ativista egípcio Khaled Abol Naga: “O *Queen Boat* é nosso *Stonewall*”³¹².

Voltando-se ao Líbano, dentre as inovações da proposta de um novo Código Penal Libanês, os legisladores discutiam a ampliação do artigo 534. Conforme relata Ghassan Makarem, um dos fundadores do HELEM:

*“To call the reforms regressive was an understatement (Saghieh et al 2003), Among the reforms was a suggestion to change the wording of Article 534 to read ‘unnatural sexual relations’ (Republic of Lebanon 2002) instead of intercourse (Republic of Lebanon 1943), thus expanding the scope of the clause and making it more ambiguous. The draft document contained a comment that the amendment was meant to include both gays and lesbians, using the terms liwat and souhaq (both terms used derogatorily to denote male-male and female-female sex respectively).”*³¹³

O objetivo da reforma, na visão do grupo, era ampliar o tipo penal do artigo 534. Em 2003, foi promovida a Conferência “Dignidade Humana no Código Penal”, pelo coletivo *Hurriyat Khassa* (Liberdades Pessoais), com campanhas contrárias aos retrocessos do projeto de Código Penal. O projeto de Código Penal foi reenviado ao Governo e o Parlamento deixou de votá-lo – o projeto está até hoje sem votação – e poucos meses depois, a Organização HELEM, criada a partir de grupos online (“Club Free”) e *Hurriyat Khassa*³¹⁴.

³¹¹ HUMAN RIGHTS WATCH, *op. cit.*, pp. 25-37 e 55-60.

³¹² MARTEL. F. *op. cit.*, p. 252.

³¹³ MAKAREM, G. *op. cit.*, p. 104.

³¹⁴ *Hurriyat Khassa*, enquanto um grupo de estudiosos, se pautava grandemente na implementação de medidas de transparência e de acesso às políticas públicas e legislativas, dotados de pautas como a instituição de um Código Civil mínimo para fundamentar as relações sociais fora dos contextos confessionais que predominam no Líbano e o direito de um indivíduo se autodeterminar e não se afiliar a nenhuma das confissões reconhecidas pelo Estado. Extrato de: “We Invite People to Think the Unthinkable”: An Interview with Nizar Saghieh”, in *Middle East Report* nº 230, MERIP, 2004, pp. 34-37.

Em 2004, HELEM requereu ao Ministério do Interior o registro como associação – infelizmente, o registro oficial não foi concedido até o presente³¹⁵. HELEM, desde seu início, opera um Centro Comunitário, de portas abertas, e ainda funciona à base de filiação de associados e contribuições – as descrições da organização, em entrevistas e comunicados, sempre a colocam como um espaço aberto, não sectário e livre de “divisões” – considerando-se a natureza confessional da sociedade libanesa, que permeia todas as relações sociais e as instituições, a definição de espaço livre e sem divisões impacta a percepção social da organização.

O período inicial de atuação do HELEM seria conturbado, por razões políticas regionais: em 2005, foi deflagrada a Revolução do Cedro, uma série de protestos que tomaram, principalmente a capital, o Líbano – iniciada a partir do assassinato de trabalhadores refugiados e do Primeiro-Ministro Rafik Hariri. A revolução centralizava seus esforços em torno da retirada das tropas sírias que ocupavam o território libanês desde 1976.

Após a Revolução do Cedro, veio a guerra de agressão entre Israel e Líbano, conhecido como a Guerra de Julho. Durante o conflito, Beirute foi fortemente bombardeada e o cenário, conjuntamente à região sul do Líbano, de grande parte do conflito. O centro comunitário HELEM serviu de base para feridos do lado libanês, inclusive combatentes do Hezbollah – o quê à época, segundo Georges Azzi, um dos criadores da HELEM, garantiu relativo respeito à Organização por parte do Grupo.

Restabelecida a relativa normalidade da institucionalidade e das relações sociais, HELEM reinicia suas atividades e, atualmente, trabalha para a promoção de *advocacy* e conscientização para a revogação do artigo 534 e de práticas institucionais degradantes e discriminatórias (exame anal), conscientização social de saúde LGBT, promoção de campanhas anti-discriminatórias, instituição do Dia Internacional contra a homo-lesbo-transfobia (IDAHOT), programas de *capacity building* para serviços humanos com foco em pessoas LGBT, fornecimento de assistência legal e documentação da experiência LGBT no Líbano.

³¹⁵ OUTRIGHT International, et ARAB FOUNDATION FOR FREEDOMS AND EQUALITY (AFE) “Activism and Resilience: case studies from Jordan, Lebanon, Morocco and Tunisia”, 2018, p. 24.

Movimentos LGBT no Líbano contemporâneo

Acima, foi traçada a jornada de origem da organização HELEM. No entanto, HELEM não é a única organização que busca conscientização e promoção de direitos da população LGBT, tampouco o fim da Guerra de Julho significou um caminho tranquilo para o desenvolvimento de suas atividades.

Em 2005, mesmo durante as passeatas que pediam o fim da ocupação síria, HELEM conseguiu celebrar em um evento semi-aberto ao público o primeiro IDAHOT, em 17 de Maio – e, desde então, a data tem sido celebrada todos os anos. Em 2017, Beirute presenciou sua primeira Parada do Orgulho LGBT.

Em 2006, HELEM foi alvo de *fishing expeditions* promovidas pela Governadoria de Beirute – nada foi encontrado de ilícito, mas os organizadores foram convocados para comparecer perante autoridades³¹⁶. No ano de 2008, no entanto, o Ministério da Saúde do Líbano firmou uma parceria oficial com HELEM, reconhecendo sua iniciativa de conscientização sobre infecções venéreas, com destaque para o HIV, HELEM, inclusive, mantém um centro de testagem rápida, gratuito e anônimo, para uso comunitário³¹⁷.

Dentre as atividades desempenhadas por HELEM, se encontra uma, de natureza indireta, que impacta grandemente a luta social por direitos: a figura de “*incubadora*” de outras organizações³¹⁸ - Meem (2007-2014), LebMash, Mosaic, Marsa e AFE são exemplos bem-sucedidos.

Meem foi responsável por criar um espaço especificamente destinado à discussão da pauta feminista *queer* no Líbano, contando com as primeiras publicações editoriais para tal público: *Bareed Musta3jil*, um livro que reconta histórias e relatos de mulheres LGBTQ no Líbano; e a revista *Bekhsoos*.

Já LebMash é uma organização que atua na área da saúde e da profilaxia, com projetos de conscientização da população LGBT sobre as

³¹⁶ Em uma das convocações, um detetive se virou para os organizadores e perguntou: “Vocês *transam durante suas reuniões?*” - WHITACKER, BRIAN *op. cit.* p. 53.

³¹⁷ MARTEL. F. *op. cit.*, p. 237.

³¹⁸ Entrevista com Genwa Samhat (Diretora Executiva – HELEM) e Joseph Aoun (Administrador do Centro Comunitário) - <https://www.youtube.com/watch?v=jTTdoR5M5C4>.

particularidades de sua saúde e programas de sensibilização e de informação direcionados a profissionais da saúde sobre a população LGBT³¹⁹, com projetos como o LebGuide – um guia de profissionais da saúde que foram “conscientizados” sobre a saúde LGBT³²⁰; o treinamento de docentes para a implementação de um Currículo de Saúde LGBT nas Universidades Libanesas³²¹ e a implementação da “Semana de Saúde LGBT”³²².

Em 2012, como já destacado anteriormente, a aplicação de exames anais a pessoas detidas pelo artigo 534 foi alvo de uma campanha protagonizada pela ONG libanesa The Legal Agenda, e endossada por HELEM e tantas outras ONGs Internacionais. A ONG The Legal Agenda foi criada no ano de 2011, pelo advogado de direitos humanos libanês Nizar Saghie e se volta à discussão e ao *advocacy* de questões relativas a direitos fundamentais e à estruturação do Poder Judiciário no Líbano³²³. Ainda em 2014, The Legal Agenda denunciou a continuidade da aplicação de tais exames e, à época, LebMash, conjuntamente a outras ONGs, organizaram manifestações contrárias à aplicação de exames anais e às operações de detenções coletivas de pessoas LGBT³²⁴.

Outro avanço relevante, que contou com a contribuição da ONG LebMash, ocorreu em 2013: a Sociedade Libanesa de Psiquiatria emitiu uma nota indicando aos profissionais da área que se abstenham de pronunciamentos não científicos ou preconceituosos. A nota, amplamente divulgada por LebMash e outras ONGs, reitera que a classificação da homossexualidade enquanto distúrbio de ordem psíquica foi superada e vem sendo questionada desde a década de 1970 pela Associação Americana de Psiquiatria. A nota ainda destaca que, retirado o caráter de distúrbio, a homossexualidade não é passível de tratamento – tampouco terapia reparativa³²⁵.

³¹⁹ <https://www.lebmash.org/>

³²⁰ <https://www.lebmash.org/lebguide/>

³²¹ <https://www.lebmash.org/lebmashtemsic-filling-gap-medical-student-education-training/>

³²² <https://www.lebmash.org/lgbt-health-week-2017/>

³²³ <http://legal-agenda.com/en/makalat.php?katib=234>

³²⁴ <https://www.lebmash.org/putting-an-end-to-anal-testing-in-lebanon-2012-2014-the-role-of-lebmash/>

³²⁵ Conforme se depreende de muitos relatos de pessoas GB no Oriente Médio, a busca por terapia corretiva ou “de conversão” é muito comum, advinda de uma percepção desinformada sobre a orientação sexual, especialmente por parte da família do indivíduo.

Válido destacar ainda que à nota da Sociedade Libanesa de Psiquiatria foi incorporado um adendo, em 2015, no qual se lê o pleito de abolição do artigo 534 por sua utilização na perseguição de pessoas homossexuais³²⁶. Os dois posicionamentos também foram adotados pela Associação Libanesa de Psicologia – que, inclusive, conta com um programa de *advocacy* próprio e manuais para informação e conscientização de seus profissionais no atendimento de pessoas LGBT³²⁷.

Ainda na área da saúde, foi fundada em 2011 a Marsa foi fundada – organização não-governamental voltada à saúde sexual. A organização mantém um centro de saúde sexual, no qual indivíduos libaneses podem fazer exames de HIV gratuitos, bem como exames de sífilis, hepatites B e C, consultas médicas e aconselhamento psicológico a preços subsidiados³²⁸. O foco do Centro é o fornecimento de assistências médica e psicológica relativas à saúde sexual, sem distinção de gênero, sexo ou orientação sexual – o programa do Centro foi desenvolvido com o apoio da Organização Mundial da Saúde, o Programa Nacional de Aids do Líbano, Medico e The Legal Agenda.

MOSAIC – Mena Organization for Services Advocacy Integration and Capacity building – é um projeto que se autodetermina *holístico*. Focados em *capacity building* e *advocacy*, o grupo busca criar territórios de proteção e de integração interseccionais³²⁹. O programa se presta à criação de redes de proteção – daí sua característica holística – cujo objetivo final é a inserção de pessoas LGBTQI.

Quanto à Arab Foundation for Freedoms and Equality, AFE, a organização se volta à propagação de conscientização pelo Oriente Médio e pelo Norte da África sobre questões relativas aos direitos das pessoas LGBT e aos direitos individuais ao próprio corpo (*bodily rights*), por meio de ações de *capacity building*, produção de conhecimento, *advocacy* e resposta a emergências³³⁰.

³²⁶<https://web.archive.org/web/20170201021734/http://static1.squarespace.com/static/52567f12e4b02768cf839a59/t/567bd7c8a128e603ba937910/1450956744013/LPS+homosexuality+-+revised+2015.pdf>

³²⁷<http://www.lpalebanon.org/supporting-lgbt-community/>

³²⁸<https://marsa.me/>

³²⁹<https://www.mosaicmena.org/about>

³³⁰<http://afemenas.org/about/>

Formalmente, AFE foi registrada em 2009, e conta com programas relacionados a direitos individuais e gênero, observatório de mídia, produção de conhecimento sobre gênero e sexualidade e reuniões de informação sobre a saúde sexual de pessoas LGBT.

AFE é dirigida por Georges Azzi, um dos criadores do HELEM, e poderia ser considerada o braço mais *internacionalizado* do movimento LGBT no Líbano – recentemente, a fundação, em conjunto com a Organização Internacional *OutRight*, produziu um Relatório sobre o ativismo LGBT no Oriente Médio, destacando os trabalhos desenvolvidos no Líbano, na Jordânia, na Tunísia e no Marrocos³³¹.

Finalmente, há que se mencionar a organização Proud Lebanon. A relevância de destaca-los se dá por duas razões fundamentais: a primeira se refere à sua constituição, que se deu fora do eixo de HELEM apesar de ter sido influenciada pela primeira ONG LGBT do Oriente Médio; a segundo, é geográfica, ao contrário de todas as iniciativas acima citadas, Proud Lebanon se encontra fora de Beirute – capital do Líbano. A ONG voltada à promoção do orgulho LGBT e à celebração da diversidade, foi constituída em 2014 e se situa em Jdeideh, na Governadoria do Monte Líbano³³². A Organização desempenha suas funções a partir das seguintes atividades: assistências médico-psicológica, legal e socioeconômica; *advocacy*; *capacity building* e conscientização social.

Apesar do cenário prolífico e rico acima apresentado e de registros de “leniência” policial quanto às sexualidades diversas, os grupos sofrem outras formas de pressão que ultrapassam a perseguição policial pelo artigo 534 – especialmente com a crescente jurisprudência que afasta a aplicabilidade do art. 534 por atipicidade da conduta do crime em relação à diversidade sexual.

O episódio relativo à 1ª Parada do Orgulho LGBTQ do Líbano exemplifica perfeitamente as limitações impostas ao movimento LGBTQ que extravasam a aplicação do artigo 534 do Código Penal. Em 2017, foi promovida a primeira Parada LGBTQ do Líbano – o evento contava com seminários, *workshops*, festas e

³³¹ O trabalho é fonte bibliográfica riquíssima e foi largamente utilizado na elaboração desta Dissertação (Acesso via: <https://outrightinternational.org/resilience>).

³³² <https://arab.org/directory/proud-lebanon/>

encontros para debates sobre a experiência LGBTQ no Líbano³³³ – e a organização foi composta pelas ONGs acima listadas. O evento da parada em si coincidiria com o IDAHOT – uma celebração já decenal do movimento LGBT libanês.

À época de seu anúncio, o evento chamou muita atenção midiática e de setores mais conservadores libaneses, especialmente pela Associação dos Ulemás, que chegaram a lançar ameaças de invasão e interrupção violenta dos eventos³³⁴. A despeito das ameaças, os eventos foram realizados, fechando-se ao público em geral e fornecendo parte da agenda de eventos a partir de *live streaming* em redes sociais, gravadas em local seguro³³⁵.

Em 2018, no entanto, situação semelhante ocorreu: após a elaboração da programação da 2ª Parada do Orgulho LGBT³³⁶, um de seus organizadores, Hadi Damien, foi detido pelas Forças de Segurança e de Censura, que impediram a leitura teatral da peça “Ogres”³³⁷, sob acusações de “*promoção da devassidão e ruptura da moral pública*” – a condição para sua soltura era o fornecimento de um endereço em que ele pudesse ser buscado acaso houvesse processos referentes à Beirut Pride, e o reconhecimento da decisão do Procurador-Geral do Líbano de cancelar todos os eventos da semana da 2ª Parada. Os eventos foram cancelados e todo o ocorrido foi mundialmente noticiado e repreendido por Organizações Internacionais³³⁸.

No mesmo período de 2018, após mais de cinco anos de atrasos para sua realização – supostamente seriam realizadas em 2013, mas a crise na Síria atrasou os processos eleitorais –, ocorriam as adiadas eleições gerais para o governo do Líbano, com estimativas de que o eleitorado libanês contasse com aproximadamente 800.000 novos eleitores (jovens).

³³³ <https://www.beirutpride.org/list>

³³⁴ <https://www.ladepeche.fr/article/2017/05/17/2576521-a-beyrouth-des-libanais-homosexuels-osent-se-raconter-en-public.html>

³³⁵ OUTRIGHT International, et ARAB FOUNDATION FOR FREEDOMS AND EQUALITY (AFE) “*Activism and Resilience: case studies from Jordan, Lebanon, Morocco and Tunisia*”, 2018, p. 25. https://www.washingtonpost.com/news/democracy-post/wp/2017/05/20/in-lebanon-gay-activism-is-fueling-a-new-conversation-about-democracy-and-civil-rights/?utm_term=.6eb6f2036380

³³⁶ <https://www.beirutpride.org/2018>

³³⁷ <https://www.beirutpride.org/arrest2018-en/>

³³⁸ <https://76crimes.com/2019/02/11/appeal-to-lebanon-stop-blockng-lgbti-events/>
<https://www.amnesty.org/en/latest/news/2018/05/lebanoncrackdown-on-beirut-pride-an-outrageous-attempt-to-deny-human-rights-of-lgbti-people/>

E, é dialogando com esse grupo, que parte dos candidatos optou por abordagens menos conservadoras em relação a liberdades individuais³³⁹. Conforme levantamento da AFE³⁴⁰, mais de cem candidatos ao Parlamento Libanês apresentaram a proposta de descriminalização da homossexualidade (revogação do artigo 534) em seus programas.

A despeito do avanço no discurso *mainstream* político, o movimento LGBT sofreu outro revés no mesmo ano: em 29 de setembro de 2018, no terceiro dia da conferência NEDWA – voltada à temática do ativismo LGBT e promovida pela AFE desde 2013 – sofreu tentativa de interrupção das Forças de Segurança, que forçaram a ONG a mudar o evento de local³⁴¹. Destaque-se que a pressão para o fechamento das atividades adveio do mesmo grupo que pressionou pelo cancelamento das atividades referentes à Parada³⁴².

Não houve interrupção das atividades, mas os ativistas presentes na Conferência foram registrados pelas forças de segurança – o que, em si, representa muitas vezes um grave perigo, dado que muitos são provenientes de países com políticas sistêmicas de perseguição da população LGBT, como o Egito – destaca a ONG Human Rights Watch³⁴³.

Em 2019, a celebração ao IDAHOT, no dia 17 de maio, ocorreu normalmente, com organizações sociais fazendo postagens sobre estabelecimentos comerciais e instituições que estenderam a bandeira do arco-íris em suas dependências³⁴⁴. A Conferência NEDWA 2019 está prevista para os dias 26 a 29 de setembro³⁴⁵, e a programação da Parada do Orgulho LGBT 2019 está prevista para ocorrer nos 28 de setembro a 06 de outubro³⁴⁶ - considerando-se os ocorridos dos anos de 2017 e de 2018, serão onze dias de olhos bem abertos sobre o Líbano.

III. O Líbano é diferente dos demais países árabes?

³³⁹ Georges Azzi em entrevista à CNN: <https://edition.cnn.com/2018/05/04/middleeast/lebanon-elections-lgbt-rights-intl/index.html>

³⁴⁰ <https://edition.cnn.com/2018/05/04/middleeast/lebanon-elections-lgbt-rights-intl/index.html>

³⁴¹ <https://www.hrw.org/news/2018/10/04/lebanon-security-forces-try-close-lgbt-conference>

³⁴² <https://www.hivos.org/news/hivos-partner-pressured-to-shut-down-lgbti-conference-in-lebanon/>

³⁴³ <https://www.hrw.org/news/2018/10/04/lebanon-security-forces-try-close-lgbt-conference>

³⁴⁴ <https://may17.org/lebanon-country-page-2019/>

³⁴⁵ <http://afemena.org/nedwa/>

³⁴⁶ <https://www.beirutpride.org/>

O Líbano, especificamente Beirute, tem sido descrito como um porto seguro para pessoas LGBT no Oriente Médio – refugiados sírios, iraquianos e imigrantes em geral relatam a possibilidade de se viver livremente no Líbano, sendo LGBT.

Apesar de todos os avanços de fato retratados no item anterior, outros países detêm condições próximas ou parecidas exclusivamente em se considerando o sistema legal e de perseguição (como Argélia ou Tunísia, por exemplo). O que há de diferente em Beirute?

Diversos guias de viagens ocidentais têm retratado Beirute como a capital *gay friendly* do Oriente Médio³⁴⁷, destacando sua vida noturna badalada, bares e festas que não terminam, lugares interessantes e vivos em uma cidade dinâmica que aceita todos os indivíduos. No entanto, organizações de direitos humanos locais afirmam que esse retrato não é exatamente muito realista, uma vez que a criminalização da homossexualidade persiste e a violência policial contra pessoas GB e, particularmente, pessoas transgêneras, é intensa³⁴⁸.

Em uma pesquisa reconduzida em 2013, intitulada “The Global Divide on Homosexuality”, o Centro de Pesquisas Pew, situado em Washington nos Estados Unidos, fez a pergunta “A sociedade deveria aceitar a homossexualidade?”. Os resultados são surpreendentes: no Líbano, a resposta positiva à pergunta compreendeu 18% dos entrevistados³⁴⁹ - índice superior aos 16% positivos da Rússia.

A título comparativo, a mesma pesquisa obteve 9% de respostas positivas na Turquia e 3% na Jordânia – países que não criminalizam relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Isto é, o índice, por limitado que seja, representou o dobro do índice turco e o sêxtuplo do índice jordaniano; como referência também, utiliza-se

³⁴⁷ <https://nomadicboys.com/beirut-gay-travel-guide/>
<https://www.nytimes.com/2009/08/02/travel/02gaybeirut.html>
<https://www.dailyxtratavel.com/lebanon/beirut/beirut?AspxAutoDetectCookieSupport=1>
<https://www.nighttours.com/beirut/>
<https://www.theguardian.com/travel/2018/feb/27/beirut-city-guide-arts-clubs-bars-restaurants-gay-lgbtq>

³⁴⁸ WHITACKER, Brian *op. cit.* pp. 56-57.

³⁴⁹ Pew Research Center: “The Global Divide on Homosexuality”, acessível: <https://www.pewresearch.org/wp-content/uploads/sites/2/2014/05/Pew-Global-Attitudes-Homosexuality-Report-REVISED-MAY-27-2014.pdf>

os 2% de respostas positivas conferidas por tunisianos, lembrando que a Tunísia, como retratado no Capítulo anterior, se aproxima da descriminalização.

Ainda considerando os dados da pesquisa, quando vislumbradas as respostas segregadas por faixa etária, jovens entre 18-29 anos, a resposta positiva aumenta em todos os países árabes retratados, variando positivamente no Egito (3%), na Jordânia (5%) e na Tunísia (3%). A variação do Líbano é grande: para jovens entre 18-29 anos, a resposta positiva à questão representava 27%. Por que esses dados são mais positivos no Líbano?

Para certos estudiosos, a resposta social à tolerância da diversidade sexual advém da composição social do Líbano e da vivência estrangeira de parte da sua população. A emigração libanesa ocorrida durante a guerra civil (1975-1990) e o posterior regresso, trouxe ao Líbano famílias que, por vezes, passaram uma geração inteira fora do país, inseridas predominantemente em sociedades ocidentais europeias e norte-americanas³⁵⁰.

A convivência em sociedades mais “abertas” em aspectos morais, nos anos transformativos das décadas de 1970 e 1980, teria construído uma juventude que, ao retornar para o Líbano, trouxe consigo parte expressiva do seu estilo de vida mais ocidental e, conseqüentemente, alterou o cenário social, particularmente de grandes cidades como Beirute e Trípoli.

O argumento é extremamente válido, porém, parcialmente atacável: o Reino da Arábia Saudita, por exemplo, desde 2005, tem realizado um esforço de internacionalização de seus estudantes universitários, que atingiu em 2015 cerca de 200.000 estudantes³⁵¹, que passaram temporadas de no mínimo dois anos predominantemente em países europeus e norte-americanos, sem que tal impactasse necessariamente o regime social do Estado Árabe.

A argumentação de “ocidentalização” é válida – até porque parte dos Estados Árabes, principalmente os muçulmanos, já consideram o Líbano mais ocidental que os demais. No entanto, este estudo faz crer que haja mais razões que não sejam exclusivamente ligadas à “ocidentalização” da população libanesa,

³⁵⁰ WHITACKER, Brian *op. cit.*, p. 48; MERABET, Sophian “*Queer Beirut*”, pp. 02-09.

³⁵¹ AHMED, Sanail, “*Outward Mobility of Saudi Students: an overview*”, in “*International Higher Education*”, v. 83, 2015, pp. 19-20.

ligadas à própria construção do Estado Libanês e aos eventos históricos da segunda metade do Século XX.

Beirute ser chamada, nas décadas de 1930 a 1950, de a “Paris do Oriente” é exagero orientalista mais pautado em aparências arquitetônicas do centro *haussmaniano* de Beirute que a simbologia de paralelismo com o que Paris representava no *fin de siècle* e no início do Século XX. O Cairo, Jerusalém, Bagdá e Damasco se consolidaram desde a Idade Média Ocidental, Idade de Ouro Muçulmana, como metrópoles árabes, muito antes de Beirute ser a estrela do oriente – locais celebrados pelo desenvolvimento educacional, pelas artes e pelo cosmopolitismo.

O Líbano independente (1943) se pautava em tradições de comércio que ecoavam os tempos fenícios, portos importantes de comércio de bens do Mundo Árabe e do Oriente, Beirute e Tripoli se consolidaram como cidades litorâneas e portuárias. A economia libanesa é geográfica:

O vale do Bekaa, circundado pelas cadeias de montanhas do Líbano (a Oeste) e do AntiLíbano (a Leste – fronteira síria) e banhado por uma série de rios, produz a maior parte dos alimentos, vinhos e azeite, que inclusive são exportados para parceiros comerciais vizinhos; a pequena faixa de vale que desce a oeste da cadeia do Líbano também possui grande afluência de rios e terras agricultáveis, nas quais também são produzidos produtos alimentícios.

Já a faixa mais litorânea, contêm as cidades mais populosas, Beirute, Tripoli, Sidon e Tyre (ou Sur), com poucos centros urbanos grandes interiorizados no país – com destaque para Zahle, Baalbek e Nabatieh. Os grandes centros empregam cerca de 85% da população libanesa e têm por base econômica o setor de serviços.

O Líbano desde a sua criação foca no setor de serviços: por muito tempo manteve a alcunha de centro financeiro do Oriente Médio, por suas regulações frágeis para aplicação financeira – inclusive, o país por muito foi acusado de lavagem de dinheiro. Setores educacionais (universidades), médicos, de serviços em geral e de turismo ocupam parcela significativa das bases econômicas libanesas.

O que se quer demonstrar é: o Líbano pauta grande parte de sua dinâmica econômica na construção do setor privado de serviços e de comércio, tradição que acompanha a região desde os Fenícios e fruto de sua diminuta geografia e recursos nem sempre abundantes – isto é, ao contrário do Egito ou do Irã, que procuraram formular políticas de industrialização tardia incrementadas pelo Estado, pautadas em ideais de recobrar os recursos para si, dentro do espectro de descolonização e de expansão do mundo dito “subdesenvolvido”, o Líbano não dispunha de recursos financeiros, materiais, espaciais e geográficos para o estímulo desta política específica.

Para além dos caracteres econômicos, desde a metade do Século XIX, o Líbano como concebido geograficamente na atualidade é uma construção que agregou em um mesmo território populações que disputavam o seu controle e que não necessariamente estabeleciam relações institucionais. O governo do Monte Líbano, protegido pelos franceses em razão de sua população majoritariamente cristã, agregou as regiões montanhosas e o vale do Bekaa, contrariando as lideranças sírias da época.

O território compreendia populações shiitas, sunitas, cristãos maronitas, cristãos ortodoxas gregas que fugiam da perseguição do Império Turco-Otomano, cristãos ortodoxas armênias que fugiram do genocídio turco e drusas. No contexto de independência do mandato francês em 1943, a formação política atendeu às composições demográficas para representação parlamentar e os cargos de chefia máxima do Estado do Líbano foram assimilados a posições confessionais, o que ficou chamado de Pacto Nacional de 1943 – Presidente, Cristão Maronita; Primeiro Ministro, Sunita e Chefe do Parlamento, Shiita.

A incorporação de elementos confessionais garantiu relativa estabilidade ao jovem estado libanês, no entanto, nas décadas seguintes, seria um elemento de descontentamento amplamente debatido durante a guerra civil. O sistema confessional no Líbano não integra somente a representação política, como está constitucionalmente previsto para regimento das relações interpessoais intraconfessionais.

A Constituição Libanesa foi elaborada em 1926 – antes da independência do Mandato, o objetivo do estabelecimento de uma Constituição do território do

Grande Líbano era justamente a manutenção de “pacificação” entre os diferentes credos presentes no território – à época, a França instituía a mediação do conflito, que emergiu durante os 1840 e culminou nos conflitos entre drusos e cristãos de 1858-1860.

Emendada em 1943, quando da independência, a Constituição de 1926 – ainda vigente e emendada após os acordos de Ta’if (fim da guerra civil) de 1989 – prevê a manutenção das estruturas confessionais na tratativa do direito das pessoas, ao passo que institui a intervenção mínima do Estado na economia e nas atividades sociais. Esses três elementos constitucionais, somados à estrutura confessional e econômica do Líbano, crê-se, são as razões mais profundas para a emergência de um ativismo LGBT e maior tolerância, como se passa a descrever.

O Estado Libanês possui, desde sua fundação, ingerência mínima nas associações civis que se desenvolvem pela sociedade. Como forma de manutenção do equilíbrio de forças entre as religiões – apesar de ter privilegiado em muitos aspectos a população cristã – o Estado Libanês opera em modo diminuto, especialmente se comparado a outros regimes instituídos em países da região.

A estrutura confessional provoca a convivência “forçada” entre os grupos que, apesar de habitarem distritos diferentes – a geografia de Beirute é baseada na natureza confessional de seus bairros –, tem de conviver em múltiplas situações quotidianas diárias, sem a providência do Estado-intermediador ou propagação de um regime único moral aplicável a todos. A partir do final da década de 1940, soma-se às confissões já identificadas, o influxo de refugiados palestinos fugidos da ocupação israelense – de maioria sunita.

O Estado libanês já enfraquecido por suas próprias disposições, enfrentou invasões, a guerra civil de 1975-1990 e a ocupação síria de 1976 a 2006. Assim, tem-se uma esfera civil de vida privada muito complexa, dado o conjunto de valores e crenças forçados à convivência, somada à ausente atuação de controle do Estado, enfraquecido por instabilidades políticas e geopolíticas, cuja previsão de interferência na vida privada é diminuta desde a constituição originária do Estado.

Nesse cenário, a disputa por reconhecimento e autonomia de pessoas LGBT tem um espaço privilegiado de atuação em comparação com regimes na

região, desde o tunisiano, que não perseguia pessoas GB mas mantinha registro de suas atividades³⁵², até o egípcio, no qual as perseguições eram utilizadas instrumentalmente como política de dispersão de atenção de outros escândalos.

A emergência da visibilidade sem o controle tão restrito e a convivência forçada entre regimes de sociabilidade tão distintos, o Líbano mantém um *locus* social que permite a vociferação e a organização civil de maneira mais proeminente que outros Estados Árabes.

Ainda que regimes como o de Bassar al-Assad ou Saddam Hussein não perseguissem pessoas GB diretamente, o controle exercido pelo Estado nas atividades civis e políticas nesses regimes é intenso, ao passo que o Líbano, ainda que exerça controle mitigado “sob demanda” de certos eventos LGBT, não faz parte de uma dinâmica maior de poder a vigilância tão aproximada da sociedade civil, seja pela falência do Estado, pela fraqueza de suas estruturas, pela liberdade de associação conferida constitucionalmente, seja baixo grau de interferência nas relações pessoais.

³⁵² MARTEL, Frédéric *op. cit.*, pp. 259-261.

6. Considerações Finais

Esta dissertação se propunha a analisar os elementos e formas da criminalização da homossexualidade masculina no Oriente Médio, com destaque para o estudo de caso do Líbano, a partir da análise da legislação e de sua aplicação pelas forças persecutórias e judiciárias do Estado.

Ao analisar as legislações, nota-se que os tipos penais que criminalizam a relação sexual entre pessoas do mesmo sexo se vale de termos de construção histórica e jurisprudencial associada, principalmente, à sodomia. Os termos empregados nas legislações assemelham-se às vedações europeias vigentes à época do imperialismo, tanto na construção histórica do sentido de *ordem da natureza*, quanto na centralidade da penetração como o ato proibitivo.

Os demais atos sexuais que compõem a experiência sexual de indivíduos revestem-se de caráter proibitivo quando sua realização atente à moral pública – o que os submete a um regime mais discricionário de agência e lhes confere alguma proteção na intimidade e vida privada. Ao passo que a sodomia, amplamente condenada, se encontra criminalizada independentemente das circunstâncias que circundam a comissão.

Já a aplicação das normas é variável e não depende diretamente do texto legal. Conforme amplamente listadas, as interferências persecutórias na vida privada de indivíduos são randômicas e voluntaristas, cuja seleção afeta sobremaneira pessoas efeminadas ou cuja expressão de gênero não conformada ao padrão binário homem-mulher seja mais latente.

As detenções aleatórias e independentes de flagrância ou de conhecimento da prática do crime criam um estado de vigilância das relações intersubjetivas e da sociabilidade de pessoas GB – um homem gay está sob escrutínio social de forma independente à sua vida sexual e sua detenção não necessariamente está conectada à prática do crime delimitada no tipo.

As relações sociais estabelecidas criam um sistema de controle e de monitoramento da sociabilidade que ajuda o aparato de perseguição do Estado, sujeitando indivíduos GB à vulnerabilidade social pela extorsão e pela chantagem. Traços externos como vestimenta, estilo de corte de cabelo e trejeitos são suficientes à perseguição pelo aparato estatal acaso a presença do indivíduo desagrade ao denunciante.

A ideia estrutural é que a perseguição se vale de locais conhecidamente frequentados por pessoas GB para seleção de alvos, desnecessária a comissão do crime, e conta com os olhos e ouvidos de integrantes do convívio de pessoas GB para realizar a denúncia – logo, garante-se um alcance extenso do aparelho de perseguição e de controle, sem que necessariamente o Estado tenha de desenvolver uma política criminal complexa.

Em razão desse aparelho de vigilância e de controle, nota-se que a atuação estatal na repressão e investigação de casos que ganhem repercussão por divulgação ou alguma projeção é mais incisiva e diretamente proporcional à comoção que a publicidade gere – destacando-se os episódios de “casamentos entre pessoas do mesmo sexo”.

Conjuntamente, a narrativa firmada socialmente, pelas autoridades e pela mídia, esforça-se na manutenção de conexões entre homossexualidade e conduta social desviante, valendo-se da posse pelos acusados de bebida alcoólica, de pornografia, de vestimentas femininas, de preservativos e de maquiagem como elementos de reforço do discurso de condutas desviantes e pervertidas, indesejáveis.

O que emerge diretamente da atuação pontual dos regimes é um recurso de abafamento de qualquer discussão acerca da diversidade sexual que não esteja pautado na narrativa apresentada – e, indiretamente, os esforços para invisibilizar as discussões são frequentes na supressão de eventos, de matérias jornalísticas e na retaliação à divulgação de conteúdo tido por impróprio; na mesma seara, a ausência de reconhecimento oficial de instituições e de organizações que se debruçam sobre as questões LGBT é omissão proposital que não condena, tampouco sanciona as operações da sociedade civil.

A especificidade do estudo do caso libanês demonstra que o tipo penal e a aplicação eventual também são traços partilhados em comum com o restante dos países da região. No entanto, o Líbano se diferencia na experiência de ativismo, desenvolvido e organizado, que suas atenções voltadas à população GB.

Conforme relatado, desde o final da década de 1990, o Líbano assiste à crescente manifestação de pessoas LGBT que repudiam as práticas de perseguição do Estado e buscam reconhecimento social por eventos públicos e privados, campanhas de conscientização e *advocacy*.

A experiência do Líbano é única pela própria formação do Estado: o aparelho persecutório e de vigilância não difere dos demais em instrumentalização, mas sua enxuta estrutura é fruto de uma estrutura estatal falha, e falida, pelos inúmeros conflitos sociais no país, além de uma cultura histórica de autonomia da vida privada, baseada no controverso sistema de sectarismo vigente no Líbano.

Em sua estrutura de mosaico, ainda que não intencionalmente destinada à livre manifestação de seus habitantes, o Líbano viu emergir o protagonismo social baseado na atuação local e na manipulação de interesses. O foro libanês de sociabilidade que permitiu a emergência da luta pelo reconhecimento de pessoas GB e sua ocupação de espaços mais o fez por ausência de capacidade de ingerência sobre as associações privadas que por intento de liberdades civis.

Finda a exposição, nota-se que os modelos de institucionalidade da repressão às pessoas GB, à homossexualidade e à sua visibilidade são similares nos Estados estudados, seja pela implementação de tipos penais que privilegiam a criminalização da sodomia, seja pela aplicação da lei voltada ao voluntarismo de forças persecutórias e à aleatoriedade de aplicação de política criminal específica.

No entanto, o caso libanês surge como demonstração interessante de que o associativismo civil detém agência fundamental na consolidação de direitos, ainda que a institucionalidade prevaleça adotando o discurso proibitivo e regulador da vida privada. A potência de ação social dos movimentos por reconhecimento e por respeito à população GB são visíveis e palpáveis, mesmo na manutenção de modelos de criminalização que perpetuam a inquisição aleatória.

7. Bibliografia

- ABAZA, Oumnia “*Ana Gay*”: Coming to terms with Male Gayness in Egypt”, Cairo: 2010, Tese de Mestrado – Departamento de Sociologia, Antropologia, Psicologia e Egiptologia, Universidade Americana do Cairo.
- ABUKHALIL, As’ad A. “A Note on the Study of Homosexuality in the Arab/Islamic Civilization” in “*Arab Studies Journal*” 1993 2:1 pp. 32-34
- AL-FARCHICHI, Wahid et SAGHIYEH, Nizar “*Homosexual Relations in the Penal Codes: General Study Regarding the Laws in the Arab Countries with a Report on Lebanon and Tunisia*” Beirute: 2009, HELEM (org.).
- AMER, Sahar “*Medieval Arab Lesbians and Lesbian-like Women*” Austin: 2009 *Journal of the History of Sexuality* 18(2) : PP. 36-215, Ed. University of Texas Press.
- BEEMAN, William O. “*Few ‘gays’ in Middle East, but significant same-sex activity*” in “*Every day life in the Middle East*” 3ª Edição, Bloomington: 2014, Ed. Indiana Univeristy Press. PP. 151-158.
- BINONCHI, Marc “*Vichy e l’ordre moral*”, PUF, Paris, 2005.
- BLAZY, Adrien et CABANIS, André “*Droit colonial – droit des pays indépendans: continuité, discontinuité*”, Presses de l’Universitté Toulouse 1 Capitole, 2014
- CHAHINE, Pascal “*(Re)Constructing Beirut: Helem and ‘Local’ Homosexualities*” Montréal: 2008, Tese de Mestrado desenvolvida no Departamento de Artes da Universidade McGill, Montréal – Canadá.
- CHOUEIRI, Youssef “*Arab Nationalism: A history*”, ed. Wiley-Blackwell, Hoboken, Estados Unidos, 2001
- DABAGHI, Lara, ALENA, Mack et DORIS, Jaalouk “*A Case Study of the First Legal, Above-ground LGBT Organization in the MENA Region*” Beirute: 2008, Ministério da Saúde Pública – Beirute.
- DAWISHA, Adeed Arab “*Nationalism in the Twentieth Century: From Triumph to Despair*”, Ed. Princeton University Press, Princeton, 2016
- EGYPTIAN INITIATIVE FOR PERSONAL RIGHTS “*The Trap – Punishing sexual difference in Egypt*”, Cairo, 2017.

EL SAMAD, Firas et JREISSATI, Lara E. “ *The Lebanese Legal System*”, New York University, *GlobaLex*.

EL-ROUAYHEB, Khaled “*Before Homosexuality in the Arab-Islamic World – 1500-1800*” Chicago: 2005, Ed. The University of Chicago Press.

FOUCAULT, Michel “*A Verdades e as Formas Jurídicas*”, Rio de Janeiro: 1996, Ed. NAU – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

_____, Michel “*História da Sexualidade O uso dos prazeres*”, Ed. Graal, 13ª Edição, Rio de Janeiro, 2010.

_____, Michel “*História da Sexualidade: A Vontade de Saber*”, Ed. Graal, 21ª Reimpressão, Rio de Janeiro, 2011.

GARRAUD, R., “*Traité Théorique et Pratique du Droit Pénal*”, Quinto Tomo, 3ª edição, Librairie du Recueil Sirey.

HILÁRIO, Leomir et CUNHA, Eduardo “*Michel Foucault e a Escola de Frankfurt: reflexões a partir da obra crítica do poder, de Axel Honneth*”, in TRANS/FORM/AÇÃO, v. 35, Set.-Dez./2012.

HOBSBAWM, Eric “*A Era dos Impérios 1875-1914*”, Ed. Paz e Terra, 12ª ed., 2008

HONNETH, Axel “*A Luta por Reconhecimento*”, Ed. 34, 2ª Ed., São Paulo, 2009.

HOURANI, Albert “*Uma história dos povos árabes*” São Paulo: 2013, 3ª Reimpressão, Ed. Companhia das Letras.

HUMAN RIGHTS WATCH “*The Alien Legacy: The Origins of “Sodomy” Laws in British Colonialism*”, Nova Iorque: 2008, Human Rights Watch.

_____, “*Audacity in Adversity – LGBT Activism in the Middle East and North Africa*”, Nova Iorque, 2018.

_____, “*Dignity Debased Forced Anal Examinations in Homosexuality Prosecutions*”, Nova Iorque, 2016.

_____, “*In a Time of Torture: The Assault on Justice In Egypt’s Crackdown on Homosexual Conduct*”, Nova Iorque: 2014, Human Rights Watch.

_____, *"It's Part of the Job: Ill-treatment and Torture of Vulnerable Groups in Lebanese Police Stations"*, Nova Iorque: 2013, Human Rights Watch.

_____, *"They Want us Exterminated": Murder, Torture and Sexual Orientation and Gender in Iraq*", Nova Iorque: 2009.

IACUB, Marcela, *"Le sexe des imbéciles"*, Flammarion, Paris, 2002.

IGLHCR – International Gay and Lesbian Human Rights Commission et MADRE *"When coming out is a death sentence: Persecution of LGBT Iraqis"* Nova Iorque: 2014.

ILGA - International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association, *"State Sponsored Homophobia 2019: A world survey of sexual orientation laws: criminalisation, protection and recognition"*, Genebra, 2019.

LE ROBERT MICRO. Dictionnaire de la langue française, Le Robert, 2008.

LEBANESE CENTER FOR HUMAN RIGHTS, *"Torture and Arbitrary Detention: The bitter reality of Lebanon"* 2011

LEVER, Maurice, *"Les bûchers de Sodome"*, FAYARD, Paris, 1986.

LONG, Scott *"The Trials of Culture: Sex and Security in Egypt"* 2004, in *"Middle East Report"* 230, PP. 12-20.

MAKAREM, Ghassan *"The Story of Helem"* in *Journal of Middle East Women's Studies*, Vol. 7, No. 3, Middle East Sexualities, Duke University Press, 2011, pp. 98-107.

MARTEL, Frédéric *"Global Gay"*, Flammarion, Paris, 2013.

MERABET, Sofian *"Queer Beirut"* Austin: 2014, Ed. University of Texas.

MESAHAT FOUNDATION FOR SEXUAL AND GENDER DIVERSITY *"LGBT Voices from Sudan"*, 2016.

MOHAMED, M. *"Sexuality, Development and Non-conforming Desire in the Arab World: The Case of Lebanon and Egypt"* in *"Sexuality, Law and Power"*, Evidence Report n° 158, Institute of Development Studies, Londres, OUTUBRO/2015

MURRAY, S. O. et ROSCOE, W. *"Islamic Homosexualities: Culture, History and Literature"* Nova Iorque, 1997: Ed. New York University Press.

OMANI CENTRE FOR HUMAN RIGHTS *“Oman’s new Penal Code: a bonfire of human rights”*, 2018

OUTRIGHT International, et ARAB FOUNDATION FOR FREEDOMS AND EQUALITY (AFE) *“Activism and Resilience: case studies from Jordan, Lebanon, Morocco and Tunisia”*, 2018.

OXFORD UNIVERSITY PRESS. BAB.LA Arabic-English Dictionary, Oxford University.

PARTNER, Peter *“A short political guide to the Arab World”* Nova Iorque: 1960, Ed. Frederick A. Praeger Publishers.

ROWSON, Everett *“The effeminates of early Medina”*, in *Journal of American Oriental Society*, Vol. 111, Out-Dez/1991, pp. 671-693.

SCHACHT, J. *“An Introduction to Islam”*, Oxford University Press, Oxford, 1964.

TAMAGNE, Florence *“Le crime du Palace: Homossexualité, Médias et olitiqueee dans la France des années 1930”*, *Revue d’histoire moderne et contemporaine*, 2006/04, nº 53-4, pp. 128-149.

TARDIEU, Ambroise *“Étudo Médico-legales sur les attents aux mœurs”*, J. B. Baillière, Paris, 1859

WHITACKER, Brian *“Unspeakable love: Gay and Lesbian Lfe in the Middle East”* SAQI Books, 2ª ed., Londres, 2011.

Links para as decisões utilizadas do banco de dados de Legiliban:

<http://www.legiliban.ul.edu.lb/AdvancedRulingSearch.aspx?searchText=%d8%a7%d9%84%d9%84%d9%88%d8%a7%d8%b7&AndOr=AND&courtID=0&rulNumber=0&rulYear=0&judjes=&DesicionDay=&DesicionMonth=&DesicionYear=http://www.legiliban.ul.edu.lb/ViewRulePage.aspx?ID=79552&selection=%D8%A7%D9%84%D9%84%D9%88%D8%A7%D8%B7> (Decisão nº 279/2002)

<http://www.legiliban.ul.edu.lb/ViewRulePage.aspx?ID=77571&selection=%D8%A7%D9%84%D9%84%D9%88%D8%A7%D8%B7> (Decisão nº 218/2012)

<http://www.legiliban.ul.edu.lb/ViewRulePage.aspx?ID=76076&selection=%D8%A7%D9%84%D9%84%D9%88%D8%A7%D8%B7> (Decisão nº 182/2007)

<http://www.legiliban.ul.edu.lb/ViewRulePage.aspx?ID=73501&selection=%D8%A7%D9%84%D9%85%D8%A7%D8%AF%D8%A9%20534> (Decisão nº 133/2011)

<http://www.legiliban.ul.edu.lb/ViewRulePage.aspx?ID=76719&selection=%D8%A7%D9%84%D9%85%D8%A7%D8%AF%D8%A9%20534> (Decisão nº 199/2013)

<http://www.legiliban.ul.edu.lb/ViewRulePage.aspx?ID=70680&selection=%D8%A7%D9%84%D9%84%D9%88%D8%A7%D8%B7> (Decisão s/n 2013)

<http://www.legiliban.ul.edu.lb/ViewRulePage.aspx?ID=73821&selection=%D8%A7%D9%84%D9%84%D9%88%D8%A7%D8%B7> (Decisão nº 139/2008)

<http://www.legiliban.ul.edu.lb/ViewRulePage.aspx?ID=123791&selection=%D8%A7%D9%84%D9%85%D8%A7%D8%AF%D8%A9%20534> (Decisão nº 488/2016)
<http://www.legiliban.ul.edu.lb/ViewRulePage.aspx?ID=71096&selection=%D8%A7%D9%84%D9%84%D9%88%D8%A7%D8%B7> (Decisão nº 101/2004).
<https://www.hrw.org/news/2017/02/02/lebanon-edges-closer-decriminalizing-same-sex-conduct>

Links de Notícias e Documentos de Autoria Coletiva, Apócrifa ou Institucional:

<http://afemena.org/media-training-for-activists-%d8%a7%d9%84%d8%aa%d8%af%d8%b1%d9%8a%d8%a8-%d8%a7%d9%84%d8%a5%d8%b9%d9%84%d8%a7%d9%85%d9%8a-%d9%84%d9%84%d9%86%d8%a7%d8%b4%d8%b7%d9%8a%d9%86%d8%a7%d8%aa-%d8%a7%d9%84/>
<https://www.gatestoneinstitute.org/572/book-burning-unesco-and-arab-moderates>
<https://www.economist.com/open-future/2018/06/06/how-homosexuality-became-a-crime-in-the-middle-east>
<https://www.bl.uk/collection-items/the-buggery-act-1533>
https://www.nyulawglobal.org/globalex/Saudi_Arabia.html#_edn16
<https://www.amnesty.org.uk/press-releases/saudi-arabia-sexual-orientation-executions-condemned>
https://www.glapn.org/sodomylaws/world/saudi_arabia/saudinews04.htm
https://www.glapn.org/sodomylaws/world/saudi_arabia/saudinews05.htm
https://www.glapn.org/sodomylaws/world/saudi_arabia/saudinews13.htm
https://www.glapn.org/sodomylaws/world/saudi_arabia/saudinews09.htm
<https://www.reuters.com/article/us-saudi-execution-un/u-n-rights-boss-condemns-saudi-arabias-beheading-of-37-men-idUSKCN1S01CA>
<https://www.thesun.co.uk/news/8951952/saudi-execution-gay-confessions-beheading/>
<https://www.theatlantic.com/magazine/archive/2007/05/the-kingdom-in-the-closet/305774/>
https://www.glapn.org/sodomylaws/world/saudi_arabia/saudinews19.htm
https://www.glapn.org/sodomylaws/world/saudi_arabia/saudinews03.htm
<https://www.refworld.org/docid/469cd6ab3.html>
<https://fanack.com/family-law/homosexuality-in-saudi-arabia/>
<https://gulfnnews.com/world/gulf/saudi/married-gay-couples-arrested-in-saudi-raid-1.1660618>
<https://www.ibtimes.com/gay-parties-raided-saudi-arabia-religious-police-arrest-several-people-suspicion-1968038>
<https://www.newsweek.com/saudi-arabia-gay-wedding-video-goes-viral-causes-stir-gulf-kingdom-773686>
<https://www.joradp.dz/trv/fpenal.pdf>
<https://www.joradp.dz/trv/fpenal.pdf>
<https://www.dissidentblog.org/en/articles/homosexuals-algeria-self-hating-sexual-apartheid>
https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/646716/algeria_sexual_orientation_gender_identity_v2_0_september_2017.pdf
<https://www.state.gov/state-gov-website-modernization/>
https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/646716/algeria_sexual_orientation_gender_identity_v2_0_september_2017.pdf
<http://www.bailii.org/uk/cases/UKUT/IAC/2016/65.html>
<https://www.ipost.com/Middle-East/Algerian-student-murdered-He-is-Gay-written-on-wall-with-his-blood-580733>
<https://www.alaraby.co.uk/english/News/2019/2/12/Algerian-student-throat-slit-in-alleged-homophobic-murder>
<https://www.pinknews.co.uk/2019/02/11/homophobic-murder-algerian-man-throat-slit-gay-smeared-wall-blood/>
<https://www.albawaba.com/loop/he-gay-written-wall-blood-algerian-student-murdered-campus-1252164>
<https://www.facebook.com/AAlouen/posts/1996948637039939>
<https://www.hrw.org/news/2017/03/08/algeria-dont-prosecute-writer-insulting-islam>
<https://www.facebook.com/AAlouen/>
<https://lexofanzine.jimdo.com/les-num%C3%A9ros-en-pdf/>
<https://www.courrierinternational.com/article/2014/11/30/el-shad-le-premier-magazine-pour-les-lgbt-algeriens>

<https://madmagz.com/fr/magazine/407844>
<https://en.bab.la/dictionary/arabic-english/%D9%81%D8%AC%D9%88%D8%B1>
<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles-portugues/debauchery>
<https://www.refworld.org/docid/5492d8784.html>
<https://www.nytimes.com/2017/09/26/world/middleeast/egypt-mashrou-leila-gays-concert.html>
https://www.masrawy.com/news/news_egypt/details/2017/10/25/1178761/%D9%86%D9%86%D8%B4%D8%B1-%D9%85%D8%B4%D8%B1%D9%88%D8%B9-%D9%82%D8%A7%D9%86%D9%88%D9%86-%D8%AA%D8%AC%D8%B1%D9%8A%D9%85-%D8%A7%D9%84%D9%85%D8%AB%D9%84%D9%8A%D8%A9-%D8%A7%D9%84%D8%AC%D9%86%D8%B3%D9%8A%D8%A9-%D8%A7%D9%84%D8%B3%D8%AC%D9%86-%D9%85%D9%86-3-%D9%84%D9%805-%D8%B3%D9%86%D9%88%D8%A7%D8%AA
<https://www.amnesty.org/download/Documents/56000/pol300032008eng.pdf>
<https://www.adjg.gov.ae/sites/Authoring/AR/ELibrary%20Books/E-Library/PDFs/Penal%20Code.pdf>
<https://www.amnesty.org/download/Documents/56000/pol300032008eng.pdf>
http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/1254897.stm
<https://gulfnews.com/uae/crime/gay-partner-jailed-for-one-year-for-having-consensual-sex-with-victim-1.1033186>
https://data.worldbank.org/indicator/SM.POP.TOTL.ZS?locations=AE&most_recent_value_desc=true
<https://data.worldbank.org/country/united-arab-emirates>
<https://gulfnews.com/uae/crime/man-blackmailed-gay-co-worker-who-killed-himself-1.61022845>
<https://www.thesun.co.uk/living/2282983/gay-expat-reveals-what-its-like-to-live-in-dubai-where-homosexuality-is-punishable-by-10-years-in-prison/>
<https://nomadicboys.com/gay-united-arab-emirates-is-dubai-safe-for-gay-travellers/>
https://www.tripadvisor.com/ShowTopic-g295424-i872-k11470476-Gay_bars_and_nightclubs-Dubai_Emirate_of_Dubai.html
<https://queerintheworld.com/gay-dubai-uae-travel-guide/>
<https://gulfnews.com/uae/crime/gay-partner-jailed-for-one-year-for-having-consensual-sex-with-victim-1.1033186>
<https://archive.globalgayz.com/middle-east/united-arab-emirates/gay-united-arab-emirates-news-and-reports-1999-2007/#article15>
<https://archive.globalgayz.com/middle-east/united-arab-emirates/gay-united-arab-emirates-news-and-reports-1999-2007/#article12>
<https://archive.globalgayz.com/middle-east/united-arab-emirates/gay-united-arab-emirates-news-and-reports-1999-2007/#article14>
<http://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/ELECTRONIC/83557/92354/F1549605860/YEM83557.pdf>
<https://www.thenational.ae/world/mena/man-accused-of-being-homosexual-shot-dead-in-yemen-1.475302>
https://www.huffpost.com/entry/four-murders-of-gay-men-i_b_8474468
<https://www.aljazeera.com/archive/2004/05/200849161135820594.html>
<https://www.theguardian.com/world/2007/sep/25/iran.usa>
<https://www.theguardian.com/world/2007/sep/25/iran.usa>
http://gulfmigration.org/database/legal_module/Kuwait/National%20Legal%20Framework/Rights%20and%20Obligations/2.1%20Penal%20Law_AR.pdf
<https://www.theatlantic.com/international/archive/2013/10/kuwait-thinks-its-gaydar-good-enough-ban-gays-country/310026/>
<https://www.albawaba.com/news/homosexuals%2C-gay-rights%2C-kuwait-1008456>
<https://www.nydailynews.com/entertainment/movies/beauty-beast-pulled-theaters-kuwait-censors-article-1.3003616>
<http://adala.justice.gov.ma/production/legislation/fr/Nouveautes/code%20penal.pdf>
<https://www.moroccoworldnews.com/2017/02/209627/two-men-arrested-in-tangier-for-engaging-in-homosexual-acts/>
<https://76crimes.com/2016/04/04/prison-for-victim-of-morocco-attack-not-for-attackers/>
<https://76crimes.com/2016/02/05/same-sex-affair-in-morocco-leads-to-18-months-in-prison/>
<http://www.towleroad.com/2016/02/morocco-gay-men/>
<https://76crimes.com/2015/07/15/morocco-blames-victim-for-anti-lgbti-mob-attack/>
<https://www.advocate.com/violence/2015/07/02/moroccan-mob-brutally-beats-alleged-trans-woman-bystanders-watch>
<https://76crimes.com/2015/03/04/morocco-report-2-imprisoned-on-homosexuality-charges/>
<https://76crimes.com/2014/05/16/morocco-amid-lgbt-rights-campaign-prison-for-6/>

<https://irb-cisr.gc.ca/en/country-information/rir/Pages/index.aspx?doc=455292&pls=1>
https://www.ecoi.net/en/file/local/1406923/1226_1499929711_cpin-morocco-sexual-orientation-and-identity-july-2017.pdf
<http://unionfemlibre.org/>
<https://fr-fr.facebook.com/Collectif.Aswat/>
<https://www.facebook.com/Association.Akaliyat/>
<https://www.oman.om/wps/wcm/connect/09d24cb9-74ed-4e03-b5f3-f2a32bc616fd/%D9%82%D8%A7%D9%86%D9%88%D9%86+%D8%A7%D9%84%D8%AC%D8%B2%D8%A7%D8%A1+%D8%A7%D9%84%D8%B9%D9%85%D8%A7%D9%86%D9%8A+.pdf?MOD=A>
 JPERES
<https://www.bbc.com/news/world-middle-east-23948083>
<https://gulfnews.com/world/gulf/oman/interview-with-gay-omani-lands-radio-station-in-hot-water-1.1609358>
<https://www.theguardian.com/commentisfree/2010/dec/03/qatar-myths-world-cup-2022>
<https://dohanews.co/what-its-like-to-be-gay-and-qatari/>
<https://dohanews.co/not-tolerate-homosexuality-qatar/>
http://www.legislation.tn/fr/affich-code-article/code-p%C3%A9nal-article-230_9510
http://www.legislation.tn/fr/affich-code/Code-p%C3%A9nal_89
<https://www.memri.org/tv/tunisian-professor-amel-grami-homosexuality-emerged-our-heritage>
 KHOULI, Ramy et LEVINE-SPOUND, Daniel “*L’article 230: Une histoire de la criminalization de l’homosexualité en Tunisie*”, Tunis, 2019.
<https://www.damj.co/>
<https://www.damj.co/wp-content/uploads/2014/09/Rapport-UPR-LGBTQI-Tunisie.pdf>
<https://www.facebook.com/chouftn/>
<https://www.facebook.com/chouftouhonna/>
https://www.facebook.com/pg/lgbtrightstunisia/about/?ref=page_internal
<https://www.peaceinsight.org/conflicts/tunisia/peacebuilding-organisations/mawjoudin/>
<http://hrbrief.org/2016/01/prison-sentence-for-homosexuality-in-tunisia/>
<https://www.amnesty.org.uk/tunisia-gay-rights-marwan-student-freed-imprisoned-lgbti>
<https://www.awid.org/news-and-analysis/tunisia-collective-fight-individual-rights-and-freedoms>
<https://queerfilmfestival.mawjoudin.org/en/home/>
<https://www.nbcnews.com/feature/nbc-out/tunisian-presidential-committee-recommends-decriminalizing-homosexuality-n883726>
https://www.ecoi.net/en/file/local/1219135/1329_1202725629_sb106-sud-criminalact1991.pdf
<http://www.theniles.org/en/articles/archive/1046/>
<https://www.pinknews.co.uk/2012/03/30/new-magazine-and-hope-for-lgbt-people-in-sudan/>
http://www.merhaba.be/sites/default/files/documents_testimony/LGBT%20Voices%20From%20Sudan.pdf
<https://www.pinknews.co.uk/2010/06/23/syrian-authorities-crack-down-on-gay-men/>
<https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/IICISyria/Pages/Documentation.aspx>
<https://www.smh.com.au/lifestyle/it-cant-get-any-worse-than-being-gay-in-syria-today-20151001-gjze4o.html>
<https://www.counterextremism.com/content/isis-persecution-gay-people>
<https://www.gatestoneinstitute.org/12496/palestinians-gays>
<https://www.haaretz.com/middle-east-news/palestinians/.premium.MAGAZINE-what-it-s-like-to-be-a-gay-man-in-gaza-1.5843268>
<https://www.revue-internationale.com/2012/06/la-double-peine-des-gays-palestiniens/>
<https://mondoweiss.net/2014/09/blackmails-palestinian-informants/>
<https://electronicintifada.net/blogs/ali-abunimah/dont-single-out-homosexuality-response-israel-blackmail-revelations-palestinians>
https://referenceworks.brillonline.com/entries/encyclopaedia-of-islam-2/liwat-SIM_4677?s.num=0&s.f.s2_parent=s.f.book.encyclopaedia-of-islam-2&s.q=liwat
<https://www.youtube.com/watch?v=FT-4SJyxhyM>
<https://www.statista.com/statistics/804824/urbanization-in-the-mena-countries/>
<https://data.worldbank.org/indicator/sp.urb.totl.in.zs>
<https://rsf.org/en/ranking>
<http://www.legiliban.ul.edu.lb/LawArticles.aspx?LawArticleID=984601&LawId=244611&language=ar>
https://sherloc.unodc.org/cld/document/lbn/1943/lebanon_penal_code.html

<https://www.ushmm.org/learn/students/learning-materials-and-resources/homosexuals-victims-of-the-nazi-era/paragraph-175>
<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k96172828/f2.item.textImage.zoom>
http://ledroitcriminel.fr/la_legislation_criminelle/anciens_textes/code_penal_1810/code_penal_1810_3.htm
<http://www.legiliban.ul.edu.lb/LawArticles.aspx?LawTreeSectionID=263843&LawID=244611&language=ar>
<http://www.legiliban.ul.edu.lb/LawArticles.aspx?LawTreeSectionID=263843&LawID=244611&language=ar>
<http://www.legiliban.ul.edu.lb/LawArticles.aspx?LawTreeSectionID=263843&LawID=244611&language=ar>
<http://www.isf.gov.lb/en>
<https://www.facebook.com/helemlebanon/>
<http://afemena.org/>
<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G15/176/04/PDF/G1517604.pdf?OpenElement>
https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/15/treatybodyexternal/SessionDetails1.aspx?SessionID=1119&Lang=en
<https://www.ohchr.org/en/hrbodies/ccpr/pages/ccprindex.aspx>
https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CCPR/Shared%20Documents/LBN/INT_CCPR_ICO_LBN_27152_E.pdf
https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CCPR/Shared%20Documents/LBN/INT_CCPR_ICO_LBN_27260_E.pdf
<https://www.dialogai.org/actualites/2012/07/liban-offensive-televisee-contre-les-gays-dans-les-cinemas-pornos/>
<https://www.gaystarnews.com/article/police-raid-lebanon-bathhouse-arrest-27-men-gay-sex-claims130814/#gs.ifc08x>
<https://globalvoices.org/2013/05/08/lebanon-scandal-breaks-out-over-homophobic-raid-in-dekwaneh/>
https://www.justice.gov/sites/default/files/pages/attachments/2015/09/29/lbn102624.fe_.pdf
<https://ilga.org/wp-content/uploads/2016/02/Shadow-report-22.pdf>
<https://globalvoices.org/2013/05/08/lebanon-scandal-breaks-out-over-homophobic-raid-in-dekwaneh/>
<https://www.gaystarnews.com/article/police-raid-lebanon-bathhouse-arrest-27-men-gay-sex-claims130814/#gs.ifc08x>
<https://www.dialogai.org/actualites/2012/07/liban-offensive-televisee-contre-les-gays-dans-les-cinemas-pornos/>
<https://www.hrw.org/news/2019/02/11/lebanon-no-justification-lgbt-crackdown>
<https://ilga.org/crackdown-on-lebanon-gays>
<https://www.gaystarnews.com/article/lebanon-arrests-36-men-gay-porn-cinema290712/#gs.igdzr7>
<https://www.youtube.com/watch?v=Q8lQWqkADo0>
<https://www.youtube.com/watch?v=tgodayMyILM>
<https://case2769.files.wordpress.com/2011/03/torture-and-arbitrary-detention-engl.pdf>
<http://www.legal-agenda.com/article.php?id=142&folder=articles&lang=ar>
<https://www.bbc.com/news/world-middle-east-19166156>
https://www.lemonde.fr/idees/article/2012/06/10/au-liban-les-examens-de-la-honte_1715656_3232.html
<https://www.lebmash.org/putting-an-end-to-anal-testing-in-lebanon-2012-2014-the-role-of-lebmash/>
<https://www.bbc.com/news/world-middle-east-19166156>
<https://www.lebmash.org/ngo-urges-state-enforce-anal-test-ban/>
<http://www.legal-agenda.com/article.php?id=788&folder=articles&lang=ar>
<https://www.lebmash.org/putting-an-end-to-anal-testing-in-lebanon-2012-2014-the-role-of-lebmash/>
https://www.huffingtonpost.co.uk/dan-littauer/lebanon-police-raids-gay-men_b_5678120.html?guccounter=1
<https://www.dailystar.com.lb/News/Lebanon-News/2014/Jul-16/264004-banned-anal-exam-still-being-used-as-homosexuality-test.ashx>
<https://blogbaladi.com/shameful-anal-exams-still-taking-place-in-lebanon/>
<https://twitter.com/LebLGBTmonitor> <https://www.facebook.com/LebLGBTmonitor?fref=ts>
https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CCPR/Shared%20Documents/LBN/INT_CCPR_ICO_LBN_27260_E.pdf
<http://legal-agenda.com/en/article.php?id=3043>
https://www.univie.ac.at/bimtor/dateien/lebanon_progress_report_en.pdf
<http://www.legiliban.ul.edu.lb/Law.aspx?lawId=244483>

<https://www.stl-tsl.org/en/documents/legal-documents>
<https://www.stl-tsl.org/en/documents/legal-documents>
<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G15/176/04/PDF/G1517604.pdf?OpenElement>
https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CCPR/Shared%20Documents/LBN/INT_CCPR_ICO_LBN_27260_E.pdf
https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CCPR/Shared%20Documents/LBN/INT_CCPR_ICO_LBN_27260_E.pdf
https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CCPR/Shared%20Documents/LBN/INT_CCPR_ICO_LBN_27260_E.pdf
<https://www.lebmash.org/statement-world-aids-day-2016-december-1s/>
<https://en.bab.la/dictionary/arabic-english/%D9%88%D8%A7%D8%B3%D8%B7%D8%A9>
<http://www.legal-agenda.com/en/article.php?id=5429>
<http://www.legal-agenda.com/en/article.php?id=3029>
https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CCPR/Shared%20Documents/LBN/INT_CCPR_ICO_LBN_27260_E.pdf
http://www.judicial-ethics.umontreal.ca/en/codes%20enonces%20deonto/documents/Liban_CONSTITUTION.pdf
<https://iedja.org/lorganisation-juridictionnelle-du-liban/>
https://www.nyulawglobal.org/globalex/Lebanon1.html#_The_Judiciary_Branch
<https://www.justice.gov.lb/index.php/court-details/30/1>
<https://www.justice.gov.lb/index.php/court-details/32/3>
<http://www.legiliban.ul.edu.lb/LawArticles.aspx?LawTreeSectionID=260054&LawID=244483&language=ar>
<https://www.justice.gov.lb/index.php/court-details/33/3>
<http://www.legiliban.ul.edu.lb/LawArticles.aspx?LawTreeSectionID=260085&LawID=244483&language=ar>
https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CCPR/Shared%20Documents/LBN/INT_CCPR_ICO_LBN_27260_E.pdf
<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G15/176/04/PDF/G1517604.pdf?OpenElement>
<http://www.legiliban.ul.edu.lb/AdvancedRulingSearch.aspx?searchText=%d8%a7%d9%84%d9%85%d8%ab%d9%84%d9%8a%d8%a9%20%d8%a7%d9%84%d8%ac%d9%86%d8%b3%d9%8a%d8%a9&AndOr=AND&courtID=0&rulNumber=0&rulYear=0&judges=&DesicionDay=&DesicionMonth=&DesicionYear=>
<http://www.legiliban.ul.edu.lb/AdvancedRulingSearch.aspx?searchText=%d9%85%d8%ab%d9%84%d9%8a%20%d8%a7%d9%84%d8%ac%d9%86%d8%b3&AndOr=AND&courtID=0&rulNumber=0&rulYear=0&judges=&DesicionDay=&DesicionMonth=&DesicionYear=>
<http://www.legiliban.ul.edu.lb/AdvancedRulingSearch.aspx?searchText=%d8%a7%d9%84%d9%85%d8%a7%d8%af%d8%a9%20534&AndOr=AND&courtID=49979&rulNumber=0&rulYear=0&judges=&DesicionDay=&DesicionMonth=&DesicionYear=>
<https://www.hrw.org/news/2018/07/19/lebanon-same-sex-relations-not-illegal>
<https://www.aljazeera.com/news/2019/03/lebanon-court-acquits-military-personnel-sodomy-case-190330161155676.html>
<https://www.alaraby.co.uk/english/News/2019/3/30/Lebanon-acquits-gay-soldiers-ruling-homosexuality-not-a-crime>
<https://www.dailystar.com.lb/News/Lebanon-News/2019/Mar-30/480036-military-judge-rules-homosexuality-not-a-crime-in-landmark-case.ashx>
<https://ginosblog.com/military-court-in-beirut-rules-homosexuality-not-a-crime-following-civil-courts-6cc10bb6509d>
<https://www.lebmash.org/>
<https://www.lebmash.org/lebguide/>
<https://www.lebmash.org/lebmashlemsic-filling-gap-medical-student-education-training/>
<https://www.lebmash.org/lgbt-health-week-2017/>
<http://legal-agenda.com/en/makalat.php?katib=234>
<https://www.lebmash.org/putting-an-end-to-anal-testing-in-lebanon-2012-2014-the-role-of-lebmash/>
<https://web.archive.org/web/20170201021734/http://static1.squarespace.com/static/52567f12e4b02768cf839a59/t/567bd7c8a128e603ba937910/1450956744013/LPS+homosexuality+-+revised+2015.pdf>
<http://www.lpalebanon.org/supporting-lgbt-community/>
<https://marsa.me/>
<https://www.mosaicmena.org/about>
<http://afemena.org/about/>

<https://arab.org/directory/proud-lebanon/>
<https://www.beirutpride.org/list>
<https://www.ladepeche.fr/article/2017/05/17/2576521-a-beyrouth-des-libanais-homosexuels-osent-se-raconter-en-public.html>
https://www.washingtonpost.com/news/democracy-post/wp/2017/05/20/in-lebanon-gay-activism-is-fueling-a-new-conversation-about-democracy-and-civil-rights/?utm_term=.6eb6f2036380
<https://www.beirutpride.org/2018>
<https://www.beirutpride.org/arrest2018-en/>
<https://76crimes.com/2019/02/11/appeal-to-lebanon-stop-blockng-lgbti-events/>
<https://www.amnesty.org/en/latest/news/2018/05/lebanoncrackdown-on-beirut-pride-an-outrageous-attempt-to-deny-human-rights-of-lgbti-people/>
<https://edition.cnn.com/2018/05/04/middleeast/lebanon-elections-lgbt-rights-intl/index.html>
<https://www.hrw.org/news/2018/10/04/lebanon-security-forces-try-close-lgbt-conference>
<https://www.hivos.org/news/hivos-partner-pressured-to-shut-down-lgbti-conference-in-lebanon/>
<https://www.hrw.org/news/2018/10/04/lebanon-security-forces-try-close-lgbt-conference>
<https://may17.org/lebanon-country-page-2019/>
<http://afemena.org/nedwa/>
<https://www.beirutpride.org/>